

Agostinho Ramos

do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Cachoeira Paulista

1780

1970

1.^o volume

1971

Agostinho Ramos

do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Cachoeira Paulista

1780

1970

1.º volume

1971

a

Efemérides do Município de Cachoeira Paulista.

- 1780 - (mais ou menos) Fundação pelo capitão Manoel da Silva Caldas.
1876 - 29 de Março: Lei n.º 37, elevando a povoação à categoria de Freguesia e criando o distrito de paz, sob a denominação de Santo Antonio da Cachoeira.
1880 - 9 de Março - Lei n.º 5, cria-se a Vila (município) com o nome de Vila de Santo Antonio da Bocaina.
1883 - 8 de Janeiro - Instala-se a primeira Câmara Municipal.
1895 - 15 de Maio - Lei municipal n.º 14: É elevada à categoria de cidade, a Vila da Bocaina.
1915 - 29 de Outubro - Lei n.º 1470 - Recebe o nome de Cachoeira.
1944 - 30 de Novembro - Decreto lei n.º 14384 - atendendo a um plebiscito, é denominada Valparaíba.
1948 - 24 de Dezembro - Lei n.º 233 - recebe em definitivo o nome de Cachoeira Paulista.

(Nomes antigos: Caxoeira, Cachoeira de Lorena, Porto da Cachoeira, Santo Antonio do Porto da Cachoeira).

Altitude 520,490

Área - 277 Km quadrados;

Efemérides da Comarca de Cachoeira Paulista

- 1890 - 27 de Maio, Criação do Termo da Bocaina (Comarca de Lorena).
1890 - 2 de Agosto - Instalação do Termo.
1892 - 25 de Agosto - Criação da Comarca, Lei n.º 80.
1892 - 12 de Outubro - Instalação da Comarca.

À memória de Eurídice, minha
esposa, e pela feliz vivência de
meus filhos — Alaide, Maria de
Lourdes, Guilhermina, Messias, José e
Jairo —

dedica, com saudade e afeto,

Agostinho Ramos

À memória de Ovidio de Castro —
cachoeirense n.º 1 — poeta e jornalista, oferece
com recordação,

o Autor

Algumas Palavras

Desnecessário se torna dizer dos trabalhos, dispêndio e paciente pesquisa, nesses longos vinte anos decorridos, para a conclusão deste livrinho, em dois, ou três volumes. O segundo, possivelmente, circulará em Novembro, deste ano.

A impressão foi feita em tipo miúdo (corpo 8). Se fosse em tipo graúdo (corpo 12) o número de páginas, triplicaria. Há normas clássicas para a elaboração de um livro.

Entretanto, achamos que cada um deve tratar do assunto em tela, conforme bem lhe pareça, sem se preocupar com métodos, processos, diretrizes, sistemas, escolas.

«Não tenho métodos» - assim dizia D.Bosco, dois anos antes de morrer, ao reitor do Seminário de Montpellier. «Sempre andei, conforme a inspiração do Senhor e as exigências das circunstâncias».

Prefeito desta cidade, quatro vezes, não desejo que, nada, seja lembrado, de algo que hei feito.

Quero, apenas, dizer que três motivos me alentam neste fim da vida:

- a) assegurei a estabilidade da comarca em ocasião perigosa...
- b) afastei para bem longe as fronteiras de outros municípios que viam morrer nas cercanias da cidade, incorporando ao nosso patrimônio, muitos mil alqueires de terra;
- c) salvei, com a publicação deste livro, a história de Cachoeira que jazia imersa e dispersa. Ai, os cachoeirenses de hoje, sentirão o passado de sua terra e contemplarão o desfilê de seus ancestrais que jazem no vale das sombras.

Finalmente, devo dizer, que a Cachoeira dei minhas energias com o entusiasmo próprio da mocidade, com a esperança de quem confia e com a fé que nos aproxima de Deus.

Cachoeira Paulista, 19 de julho de 1971

Agostinho Ramos.

Minha Terra

Letra de
Ovidio de Castro

Música de
Nelson Lorena

Côro:

Minha terra pequenina,
minha amada Cachoeira -
Tu és cidade oficina,
Do futuro, mensageira.

I

No sopé da Mantiqueira,
quase junto às suas fraldas
fundou minha Cachoeira,
o lendário Silva Caldas.

II

Feita de vales e montes,
minha terra pequenina
tem a nutri-la, três fontes,
a enfeita-la uma colina.

III

Cingem-lhe a cinta, dois rios
que, avistados bem de cima,
são dois versos luzidífos,
vasados em bela rima.

IV

O sol, sôbre a minha terra,
quando nasce, alegra tudo:
— primeiro, as aves da serra,
— depois, o arvoredado mudo...

V

O homem que mora nela
tem coragem, enfrenta a vida...
— Sai ao mar, fica sem vela,
mas, traz o mar de vencida.

VI

Quando a dor se manifesta
entre o seu povo sublime,
quem é sandável empresta
a outrem o bem que redime.

Bibliografia

Arquivos:
do Estado
da Curia Metropolitana
do Forum local
da Prefeitura local
da Câmara municipal
da Matriz local

Jornais:

«Êco Municipal» 1878
«Gazeta da Bocaina» 1884
«O Cachoeirense» de vários anos
«Almanaque da Provincia de São Paulo» 1884
«A Noticia» local de vários anos

X X X X

Prata da Casa	Ovidio de Castro
Gens Lorenensis	Dr. Gama Rodrigues
Escola Normal da Capital	João Lourenço Rodrigues
Apontamentos	Azevedo Marques
«Os Caboclos»	Agenor Silveira
Os puris	Paulo Reis
Viagens pelo Brasil	Spix e Martius
Batista Cepelos	
Repertório de Sesmarias	
Viagens	Saint Hilaire
Lutgardes de Castro	
Olimpio Catão	
Afonso Taunay	
Padre Manuel Ayres Casal	
Um fazendeiro do seculo XIX	D. Carlota Pereira de Queiroz
Caminhos	vários
Memória Histórica da E. F. C. B.	Paulo de Andrade Martins Costa
Coletanea Esportiva	José Machado
Felix Guisard Filho	Jaques Felix
Instituto de Engenharia	Alberto Prado Guimarães
«Recordações de 32»	Agostinho Ramos

Capítulo I

Sumário: dentro da prehistória. — O Rio Paraíba. — Os índios Puris. — Algumas considerações. — Primórdios. — Sesmarias. — Manoel da Silva Caldas. — Caminhos da região.

Há quanto tempo, quantos e quantos, estudam e falam do Vale do Paraíba.

A ciência, nas indagações geológicas, potamográficas, e prográficas, vem pesquisando e procurando traçar seguro roteiro. A origem, o curso e o fim das cousas, não se enquadram no esquema da nossa percepção, da nossa razão, vez que, as veredas do indecifrável estão bloqueadas. O "como", o "porquê" e o "quando", perturbam nossa meditação, e, se insistirmos muito, a pesquisa perde o sentido, dando lugar à confusão. Então, o leigo se sente liberado e com direitos a conjecturas.

Devia ter sido, mesmo, assim:

Vale do Paraíba — imenso lago. Para os lados de Mogi das Cruzes, o parapeito da Serra de Itapeti; à direita, o paredão da Serra do Mar, impedindo a invasão do Atlântico; a esquerda, a Serra de Jaguamimbaba (parte da Mantiqueira) detendo a massa líquida; e, finalmente, em Cachoeira, a comporta granítica, contendo o anseio das águas. Até Queluz, (Funil) a barreira se levanta. Com certeza, foi assim: o elemento líquido roendo, carcomendo a rocha, ou quem sabe, sacudido por terremoto, levou de roldão o contingente geológico e, em fantástica desabrida foi ter ao mar. Então, o Vale do Paraíba, que para nós se espalha de Cachoeira a Guararema, entrou de alvorecer.

A prova, temo-la nos fósseis, (peixe) facilmente, encontrados, quase, no alto dessas duas cordilheiras.

Um grande anfiteatro se fez. As duas serras se defrontam.

O cenário é magnífico, soberbo.

Na garganta, por onde se esgueira o rio Paraíba, nesta cidade e, onde se construiu sólida ponte para, a então, "Estrada de Ferro Pedro I" — nota-se o reflexo do fenômeno geológico que sacudiu esta região — com a série de pequenas corredeiras, as quais, por ocasião da vazante do rio, dão a impressão de cachoeiras.

Dai, o nome de "Caxoeira", que vem de afastados tempos, marcado por uma determinante física. Não encontramos outra justificativa.

De Cachoeira, para baixo, a natureza se tumultua, comprimindo-se ou se alargando, na multiplicidade de seus acidentes geográficos.

Assim, após teu batismo, há milênios, orvalhado de pingos d'água que se avolumaram e, te fizeram, vamos, agora, Cachoeira, aos marulhos dessa corrente, contar tua história.

A. R.

Rio Paraíba

— Longe, na direção de sudeste, município de Silveiras, por trás dos contrafortes que dominam Cachoeira, nasce o Paraitinga, emergindo, em filetes de prata, dos grotões profundos.

Avança na direção de Cunha, de São Luiz do Paraitinga e, de pois, de receber o Paraíba, dessa junção em diante, aparece o nome de Paraíba. Faz graciosa curva em Guararema e, após, banhar um rosário de cidades, vem cortar Cachoeira, oferecendo perspectiva magnífica.

Paraitinga — corrupção de pira-peixe, itinga-água clara.

Paraibuna — corrupção de pira-peixe, ibuna - água escura.

Paraíba — corrupção de pira-peixe, aiba - ruim.

Rio de grande significação, repositório histórico, banha três Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Numerosos, volumosos e meticulosos estudos têm sido feitos, envolvendo a imensa bacia e sua grande calha;

Ellsée Reclus, figura dentre os primeiros. Um geólogo dissera:

“Águas abençoadas as deste Rio, o único no Estado, em cujas margens, nunca se conheceu febre de espécie alguma e onde existe uma fauna rica e abundante”.

São afluentes do Paraíba, em Cachoeira, os rios: Bocaina, Embaú, Pitêu, Jataí e Salamanco.

Os Índios Puris

Não é possível dizer com exatidão, de suas origens e nem os etnólogos, a isso se aventuram.

“Índios que habitavam o território compreendido entre a Serra da Mantiqueira e o rio Paraíba, capitania de São Paulo.

Nos mais recônditos lugares tinham ligeiras cabanas para suas residências; plantavam pouco, tirando o seu principal alimento da caça; não usavam vestuário, à exceção dos panos da honestidade, trazendo nú o resto do corpo. Falavam um idioma, totalmente, diverso da língua geral brasileira; não tinham comércio com homens de cor diversa da sua, aos quais consideravam como inimigos. A respeito de religião acreditavam que havia um Deus, autor de todas as coisas, mas não lhe rendiam culto. Sabiam que a alma do homem era imortal e, crentes de que todos iam para o céu, depositavam nos sepulcros uma escada, querendo significar com isso a subida das almas para o Empyreo. O seu nome de purys ou puchris, significava gente mansa ou tímida; de pe-

quena estatura, e, com efeito, apenas observavam homens civilizados, deitavam a correr, mas não feriam nem matavam.

O governador Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, conseguiu chamar êsses filhos das selvas ao grêmio da civilização, sem derramamento de sangue. «(Enciclopédia—M. Jackson).

Algumas Considerações

«Nas vizinhanças de Areias, (1817) acha-se, ainda, atualmente uma insignificante aldeia de índios, resto de numerosas tribos que, antes dos paulistas, se apossaram da Serra do Mar. Êsses índios, agora, em parte exterminados . . . «(Martius) . . . «dão-lhes o nome geral de «Coroados» porque eles costumam raspar a cabeça deixando uma coroa de cabelos em volta das têmporas» . . . (Martius).

Nota interessante - Guaratinguetá . . . " o nome indígena da vila, dá boa prova da argúcia dos primitivos habitantes: o comprido nome significa o lugar onde o sol volta " (?) "De fato, passa o Trópico de Capricórnio, apenas, um grau do Sul da vila" . . . (Martius) . Ora, um grau mede 110 quilômetros e pouco mais. Perto de Caraguatatuba, caminho de Ubatuba, passa o Trópico de Capricórnio, coincidindo com a distância de Martius.

— «Tab-a-etê — Taba legítima» (?)

— «Puri, apelido posto pelos tupis nêsse índio feroz, é etimologicamente o «comedor de carne humana».

— «Tinham origem comum com os coroados que eram goitacás»

— Os puris foram assinalados em várias regiões do País mas, finalmente, seu aldeamento principal foi Queluz.

— Parece que o mais acertado é, mesmo, aceitarmos-os como nossos ancestrais, estabelecidos entre a Mantiqueira e o Rio Paraíba.

— Finalmente, o assunto foi estudado, exaustivamente, pelo professor Paulo Pereira dos Reis — de Lorena.

Eis nossos ancestrais, nossa gente primitiva. No final de sua existência não avançavam além de Lorena, pois que, os Gualanases, rondavam até Guaratinguetá e os Tamoios, dominavam o litoral. (Há divergências sobre os Puris. Uns julgam-nos valentes e perigosos, outros, mansos e tímidos.

Primórdios

As canoas sulcaram as águas do Rio Paraíba nêsses tempos afastados, quer sob soalheiras, ou em noites de lua clara e, tanto quanto hoje, para um comércio primitivo, ou para a cantilena do remeiro que sonha.

Depois, o rancho na beira d'água e os pobres pescadores, como seus primeiros habitantes.

Os Puvís foram se afastando destes sítios.

Cessaram os sons da inúbia e não mais o maracá.

O Paraíba foi a grande estrada que trouxe a estas paragens o homem civilizado.

Assim, como o Tietê foi o caminho das monções que levou o bandeirante a desbravar a terra desconhecida, para outras bandas, também o Paraíba foi o roteiro, cavalgado no seu dorso pelos «ousados paulistas, rasgando nos sertões um sulco de bravura e desfraldando no ar o pendão das conquistas». (Batista Cepelos).

As bandeiras que partiam do Rio de Janeiro atingiam Queluz e, aí, na direção da Mantiqueira, passavam pelo sítio da Lapa, (mais tarde - quilombo de escravos) transpunham a serra, São José do Picuí (hoje Itamonte) e penetravam nas Gerais.

Outros aventureiros, quer em fôrma de bandeiras, ou não, deixavam o porto de Parati, atravessavam a Serra do Mar e vinham ter ao Falcão (Cunha) para, depois, atingirem o porto de Guaipacaré-Meira (Lorena) e daí o Limoeiro, Embaú, Passa Vinte, Entre Rios e pela garganta mais acessível (Tunel), se arrojam pelas Gerais.

Igualmente, as expedições, oriundas de Taubaté, assim praticavam, tomando como ponto de partida Guaipacaré, visando a exploração além Mantiqueira, às vezes optando pela estrada Embaú, Quilombo, Marins (Serra) e Gerais.

Repertório das Sesmarias

Volume IV

Página 409 — Item I

Sesmaria registrada no livro n.º 28 a folhas 73

MANOEL DA SILVA CALDAS,

da Villa de Lorena.

Mela legua de terras, com legua e meia de sertão na paragem denominada Matto Dentro de Juruvapari, partindo com as dos herdeiros de Miguel Rodrigues (1), hoje de Pedro Cunha (2), de uma parte e doutra os herdeiros do capitão Bartolomeu de Amorim Ferreira (3), correndo o sertão para a serra do Quebra Cangalhas.

Observação.

Na mesma página 409 há os seguintes registros:

1.º) Página 409/2 — Manoel da Silva Caldas

Veja André de S. Payo Botelho.

Sesmaria Registrada no Livro n.º 22 Folhas 72

Nada Consta.

Quanto a André de S. Payo Botelho:
Não há referências no repertório. No Volume IV.

2.º) Pagina 409/8 — Manoel da Silva Caldas

Veja André de S. Payo Botelho.

Sesmaria Registrada no Livro n.º 22 a Folhas 98

Nada Consta.

Não havendo também referências a
André De S. Payo Botelho.

Livro N.º 9 Folhas N. 102

Manoel de Siqueira Cardoso, morador na Freguezia da Piedade.
Um sítio na paragem chamada Maimbotyba da Cachoeira, principiando desde o ribeirão chamado das Minhocas e correndo rio acima até o de Anhimoquara que será meia légua de testada pouco mais ou menos, com duas léguas de sertão, correndo da Parayba, de Noroeste para o Sueste.

Livro N.º 13 Folhas N. 23v.

Manoel Siqueira Cardoso, morador em Guaratinguetá.
Uma légua de testada, com o sertão até os morros começando a testada rio abaixo da Parayba onde acabam as terras do suplicante no sertão correndo até os morros, correndo o rudas ditas terras ao Sueste.

Nota — No 2.º volume desta narrativa, possivelmente, serão esclarecidas as sesmarias, seus proprietários e suas divisas que envolveram Cachoeira, cem anos antes de sua emancipação.

Manoel da Silva Caldas

Merece uma referência especial, Silva Caldas, que foi o verdadeiro fundador de Cachoeira. Em outros capítulos diremos de sua benemerência e espírito de religiosidade!

Fôra morador de Lorena e aí possuía bens, naturalmente; sesmaria. "rio abaixo", pois que, só assim, poderia desmembrar de suas terras o patrimônio doado ao Bom Jesus.

Entretando, no documento que se vai lêr ("Gens Lorenense" Gama Rodrigues) vê-se que Silva Caldas aí morou, ou quem sabe, aí nasceu e foi sepultado. O que é certo, foi ter sido, ele, eleito membro do pelourinho da, então, Vila de Lorena.

« Termo de Eleição — Aos quatorze dias do mês de Novembro de (1788) mil setecentos oitenta e oito annos nesta Villa nova de Lorena em a Casa de apousentadoria do Dezembargador Miguel Marcelino Veloso e Gama, Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca de

Sam Paulo, onde eu Escrevam de seu cargo ao diante nomeado fui vindo sendo ali mandou o dito Ministro declarar e por este termo que elle havia no dia de ontem procedido a Elleiçam de pelouros e que não se pudera Concluir a referida aççam por ter chovido e que na referida Elleiçam a que se procedeu para Elleitores que haviam de nomear a Juizes Ordinários e mais Officiaes da Câmara sahiram a mais votos Antonio Gonçalves da Cunha, o Capitam Manoel da Silva Caldas, Domingos Fernandes de Siqueira, Domingos Gonçalves Leal, José Dias dos Santos e Joam Fernandes de Siqueira, os quais depois de apresentados e divididos os pares sem terem parentesco algum procederam à dita nomeação e para Constar o Referido mandou o dito Ministro fazer este termo que assignou com os ditos Elleitores e eu Joam da Costa Silva Escrivam da Ouvidoria Geral e Correiçam o Escrevi — Velloso e Gama — Antonio Gonçalves da Cunha — Domingos Fernandes Siqueira — Domingos Gonçalves Leal — José Dias dos Santos — Manoel da Silva Caldas — Joam Fernandes de Siqueira”.

Caminhos da Região

Embaú devia ter sido o entroncamento.

As tropas de Minas Gerais transportando, principalmente, queijo e toucinho, procuravam o litoral, para obtenção de sal e aguardente — esta necessária à fabricação de fumo. As vias principais eram: Marins, Quilombo, Embaú, Entre-Rios, Passa Vinte, Embaú.

Do Embaú a Cachoeira — seis kilometros — e as tropas passaram a fazer seu “pouso” principal, ao redor da Capelinha do Bom Jesus. À noite, aí, os tropeiros rezavam e cantavam. Essa estrada Embaú-Cachoeira, no local hoje denominado “Aguada”, infletia para a esquerda — Caminho de Saint-Hilaire — atingindo o chamado Açude. Daí, um ramo, á esquerda ia ter ao local, hoje Cruzeiro e outro, á direita, atingia a capelinha do Bom Jesus, na Margem Esquerda.

No dia seguinte, em canoas ajouçadas, (balsa) atravessavam o Rio Paraíba e penetravam em trilhos, atingindo o Morro Vermelho, cujo nome é o mais antigo de que se tem noticia, nesta cidade.

A principio se aproveitavam do “Caminho Novo” e demandavam ao Rio de Janeiro. Como porém, a distância era muito longa, trataram de penetrar pela Serra da Bocaina, buscando os portos de Mambucaba e Parati. O maior volume de tropas, como no-lo atesta Saint-Hilaire, provinha de Baependi.

Então, ditas tropas aí (Morro Vermelho) se bifurcavam: umas tomavam a direção da Bocaina; rumando para Mambucaba; outras pelo roteiro dos bairros do Palmital, Salamanco, Vassoural, Cunha, Parati.

Um casário muito rústico, de sapé, se derramava pelas cercanias da Capela do Bom Jesus, ao Rio Paraíba (hoje Rua Padre Antonio) e aí todos se alojavam, à vontade, e, por isso, recebeu o nome de Comuna (até agora conservado) .

Segundo dados históricos, foi antes de 1750 (1725 ?) que teve início a construção de uma estrada ligando Lorena ao Rio de Janeiro, a qual recebeu o nome de Caminho Novo, (Vereda Freguesia da Piedade à Fazenda Santa Cruz dos Padres do Colégio do Rio de Janeiro) entrando, em decadência, o Caminho dos Guaianazes — Guaratinguetá- Cunha.

“Caminho Novo” foi um fator de progresso e as terras de Cachoeira, muito ubérrimas, foram melhor consideradas.

Aconteceu, porém, que o citado caminho, passava pelo Morro Vermelho, Pitêu, na direção de Lorena e, portando, fóra do local onde hoje se localiza Cachoeira — parte baixa, úmida e mesmo alagadiça.

Não havia o atêrro da Central e na estação chuvosa as águas do Paraíba e dos três riachos inundavam uma grande área.

Êsse, o motivo principal (topografia baixa) porque sòmente muito mais tarde, Cachoeira de desenvolveu.

«Caminho Novo» por onde passaram nossos monarcas, recebeu, o nome de «Estrada do Imperador».

Resumo dos caminhos da região

1.o Via-fluvial — Rio Paraíba

- a) Partida do Pôrto da Cachoeira - Rancho das Canoas.
- b) Portos fluviais: Gualpacaré (Golaba), Meira, Guará (Passaro), Itaguaçu (Pedra grande), Pinda (Anzol), Tab-a-etê (Casa legítima), Quiririm e Caçapava (clareira na mata) com linha de navegação, (Potreiro).

2.o Via-Marítima — Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Mambucaba, Parati - para Guaratinguetá - caminho dos Guaianazes.

3.o Via-terrestre:

- a) Rio de Janeiro, Resende, Queluz, Lapa, Mantiqueira, São José do Picuí (Itamonte) Minas Gerais.
- b) Rio de Janeiro (Vereda Santa Cruz dos Padres) a Piedade (Lorena) surgindo, então, em sua margem Bananal, Barreiro, Areias e Silveiras.
- c) Parati—Cunha Guaratinguetá—São Paulo.
- d) Guaratinguetá—Lorena—Gualpacaré (atravessa o Paraíba) Limeiro, Embaú.

- e) Embaú-Quilombo, serra dos Marins, Gerais.
 - f) Embaú-Passa Vinte, Entre Rios, Mantiqueira-Gerais.
 - g) Embaú- mais tarde Vila Novais - Cruzeiro, Pinheiros, Queluz.
 - h) Embaú-Cachoeira;
 - i) Cachoeira-Serra da Bocaina, Mambucaba.
 - j) Cachoeira Palmital, Salamanco; Vassoural, Cunha, Parati.
- Como se vê, Embaú bem mereceu o nome de Cruzeiro, porque as estradas aí se cruzavam.

Não foi possível localizar a "Estrada do Sal" e nem a que passava pelo alto da Serra da Bocaina, bem como a estrada das "Candelas" para cuja reforma João Barbosa Ferraz, obtivera do governo da província a subvenção de três contos de réis (3.000\$000), em 1864.

Uma conjectura: quem sabe a "Estrada do Sal" seria a atual do "Salamanco" - e a das "Candeias" a que hoje atravessa os bairros do Rio do Bravo, Caneleiras - região onde existia essa árvore própria para esteio de cerca.

Capítulo II

Sumário - Cachoeira - início da povoação. Augusto Saint - Hilaire - «Segunda viagem a São Paulo» - Ciclo do café (1834-1887). Decadência e ressurgimento do Vale do Paraíba.

«Cachoeira - Arraial situado à margem do Paraíba, a nordeste da capital e a 2 e 1/2 léguas ou 13,8 kilometros além da cidade de Lorena, na estrada geral de São Paulo ao Rio de Janeiro.

Teve origem, este arraial, pela fundação de uma capéla, que aí fizeram, Sebastiana de Tal e outros devotos do Senhor Bom Jesus, em 1.780.

Manoel da Silva Caldas e sua mulher, Ângela Maria de Jesus, por escritura passada no cartório do tabelião de Guaratinguetá, a 18 de outubro de 1.784, doaram, para patrimônio da mesma capéla, 200 braças ou 440 ms. de testada e 1/2 légua ou 2,8 kilômetros de sertão, no mesmo lugar.

Este arraial promete desenvolvimento por ser o ponto terminal da estrada de ferro «D. Pedro II» e da junção com a estrada de ferro «São Paulo e Rio de Janeiro».

Tem duas cadeiras de instrução pública primária para ambos os sexos.

Foi elevada à freguesia por Lei n.º 37 de 29 de março de 1.876. (Cart. do 1.º Of. de S. Paulo, processo de tomada de contas pela extinta ouvidoria). Azevedo Marques - Apontamentos Históricos e geográficos. (1.876).

X X X

Como se vê, pelo documento anterior, Cachoeira teve seu início na Margem Esquerda, nas duzentas braças de testada (1) que constituam o patrimônio doado ao Senhor Bom Jesus da Cana Verde, as quais partindo da barranca do Paraíba, naquela margem, avançavam meia légua de sertão, para os lados da Mantiqueira. (atual Rua Cel. João Porto é linha divisória - na direção do Bambú Gigante e Araticum).

(1) - As duzentas braças de terra referidas, partiam do ponto onde o chamado, hoje, rio da «Aguada» desemboca no Paraíba. Daí testando a Margem Esquerda abaixo vinham ter em frente, onde hoje se situa a rua Cel. João Porto (linha divisória do atual terreno foreiro.) Seguiu a divisória, por esse terreno acima, atingia o morro, apanhando um valo até «meia légua de fundo para o sertão», aquém do Bambú Gigante ou seja apanhava a estrada que da Aguada infletia para a esquerda. Dêsse ponto descia, córrego abaixo (da Aguada) até atingir o rio Paraíba (200 braças - 440 metros). Tratando-se de um trapézio irregular, segue-se que o referido patrimônio está quase extinto, a não ser a parte esquerda da rua Cel. João Porto e adjacências até o Rio Paraíba, ainda chamado «terreno foreiro».

Augusto de Saint-Hilaire

«Segunda Viagem a São Paulo»

«Pôrto da Cachoeira, 21 de março de 1822 — 4 léguas —
Tôda a região percorrida hoje está cheia de mata e tem terra, geralmente, muito boa. Vê-se à beira do caminho, um número bastante considerável de casas e muita terra cultivada, mas muito poucas habitações de certa importância. A cerca de légua e meia daqui passamos por uma aldeola chamada Imbanha (Embaú) e onde existe uma capela dependente da matriz de Lorena. Na primeira légua que fizemos, o terreno era bastante igual e a mata não tinha grande vigor.

A medida que nos aproximávamos daqui, tornou-se o terreno mais montanhoso e a mataria mais vigorosa.

Encontrei, geralmente, muito pouca vegetação florida e quase unicamente espécies vulgares de perto do Rio de Janeiro e em outras regiões de matas virgens pouco corpulentas.

Nos morros descortinávamos todo o território que se estende entre a cadeia marítima e a Serra da Mantiqueira, região que forma uma espécie de bacia entre as duas cadeias.

A cana de açúcar e o café são os dois produtos que mais se cultivam nesta comarca. Vêem-se engenhos de açúcar, mesmo perto de

casas, que não indicam senão a indigência. Paramos num arraial situado à margem do Paraíba e chamado Pôrto da Cachoeira. Para poder fazer amanhã maior caminhada quis atravessar o rio esta noite, mas esta passagem nada tem de difícil e realiza-se em muito pouco tempo. Fizemos uma balsa com três grandes canoas ajougadas e sobre as quais colocamos tabuado redondo por um parapeito de madeira. Oito burros carregados e várias pessoas podem atravessar, na mesma viagem, em tal balsa. Minhas portarias, ainda desta vez, isentaram-me do pedágio.

Augusto de Saint-Hilaire

"Rancho das Canoas, 22 de março de 1822. 1 légua e meia".

"É difícil ver-se algo mais bonito do que a posição do Pôrto da Cachoeira. Esta villa foi construída à beira do Paraíba, sobre o declive de uma colina, no alto da qual fica a igreja.

O Paraíba poderá ter aqui a mesma largura que o Loiret diante de Plissay. Corre com lentidão e majestade.

À esquerda da colina onde fica situada a cidade, existe outra, coberta ainda de mata virgem, e acima dela à beira do mesmo rio, algumas cabanas esparsas, entremeadas de cerrados grupos de bananeiras e laranjeiras. A terceira colina eleva-se à esquerda da cidade. Era antigamente, como a primeira, coberta de mata, e dela se cortou parte. Substituíram-na por engenho e plantações.

Quando se atravessa o rio, avista-se em conjunto, o que acabo de descrever; vê-se, além disso, ao longe, a Serra da Mantiqueira, cortada por imensas florestas e a gente não pode cansar-se de contemplar uma paisagem que tem, ao mesmo tempo, algo de risonho e majestoso.

A villa da Cachoeira compõe-se apenas de uma dezena de casas e não passa de distrito da villa de Lorena. Ali se encontram algumas lojas e vários ranchos. Os ferreiros são bastante numerosos; seu trabalho tem muita reputação na região.

A cidade de Cachoeira é lugar de passagem de todas as tropas que, ao Rio de Janeiro vão de Baependy e suas redondezas; partem para a capital carregadas de fumo e voltam cheias de sal.

Raro o dia em que não passam algumas pela Mantiqueira e, por conseguinte, pela villa da Cachoeira. Só ontem encontramos três ou quatro.

A meio quarto de légua, escasso da Cachoeira, o caminho bifurca-se; tomando-se à esquerda vai-se ao Rio de Janeiro; passando-se à direita marcha-se para São Paulo.

A Região que atravessamos é arenosa, muito igual e coberta de matas.

Estava o tempo encoberto quando partimos e logo caiu chuva muito forte. Abrigamo-nos sob um rancho isolado que se construiu, não sei para que fim, a alguns tiros de besta da estrada, e ali fiz descarregar as malas. Em tôda a volta do rancho ficam capoeiras, quase que completamente cobertas de goiabeiras, mirtáceas que se encontram em grande quantidade e outras capoeiras, das partes baixas e úmidas na região das matas virgens como por exemplo perto do Rio de Janeiro”

Continua Saint-Hilaire

“Até a vila de Lorena que fica situada a três léguas de Cachoeira o terreno à direita da estrada, é baixo e pantanoso” (Brejão) ...

«Durante muito tempo, só existiram canoas para se atravessar o rio, (em Jacarei) mas acabam de lançar uma balsa semelhante, à do Pôrto da Cachoeira» ...

«Em Cachoeira passamos por privações idênticas»... «Já que vocês não têm feijão, nem toucinho, nem farinha, que comem então?»...

«Nada de notável à passagem do Paraíba. À noite fui procurar um alferes que, neste momento, faz as vèzes do capitão-mor, convocado a São Paulo como eleitor.

Disse-me que o Paraíba era navegável desde a Freguesia de Nossa Senhora da Escada até Cachoeira.

Desciam pelo rio até Guaratinguetá, tabuas, toucinho e cerâmica fabricada em Nossa Senhora da Escadinha»...

«E hoje conversando com um capitão de milicias que mora na Vila da Cachoeira, dele ouvi haver sabido do capitão-mor de Baependy que o Príncipe fôra, perfeitamente, recebido em Minas»...

«Despesas de viagem, em Cachoeira

Pôrto da Cachoeira, 20 de março de 1822

1/4 de feijão	\$ 800
Biscoitos a 40	\$ 320
1 queijo	\$ 180
2 rapaduras	\$ 030
1 medida de sal	\$ 080
2 medidas de açúcar	\$ 240
1 alqueire de milho	\$ 280
Gorgeta à passag. Paraíba	\$ 080»

Até 1822, quase, nada de importante deu-se nesta região. Os oradores que de 1880 a 1890 falavam sobre os mais variados assuntos, apenas se referiam a Cachoeira de 1790 - 1820, na sua quase inexpressão de povoado incipiente. Era ponto de passagem de tropas e local famoso pela perícia dos ferradores de animais. O caminho Novo absorvia todas as atenções dos comerciantes (cometas).

Há a acrescentar, que, a passagem de Martius por aqui, é assim referida por ele.

« A estrada de São Paulo para Minas Gerais passa aqui em dois pontos - Pôrto da Cachoeira e Pôrto do Meira, sobre o Paraíba ». (1817)

Ciclo do café (1834-1887)

Decadência e ressurgimento do Vale do Paraíba

Afonso Taunay, em sua admirável « História do Café no Brasil », citando o autorizado Alberto Araújo Guimarães, diz: « Os viajantes estrangeiros que durante o século XIX, atravessaram a Província, testemunharam o esplendor dos grandes fazendeiros de café. O Vale do Paraíba representava, então, a mola econômica da nação. As enormes fazendas de café situadas nas vertentes do Paraíba, não somente, contribuíram para o engrandecimento econômico do Império, como, também, formavam a mentalidade dos grandes estadistas que, tiveram na política nacional, função preponderante ».

« Infelizmente, o esplendor do Vale do Paraíba, não se pôde conservar, e hoje é-nos penoso considerar o estado de rotina em que vive, em comparação com o passado brilhante que o exaltou ».

— « Foi efêmero, no entanto, esse esplendor. O Vale do Paraíba que dominava o império com a potência de sua produção grandiosa e a atuação dos estadistas notáveis, que no governo do Brasil tiveram função preponderante e que haviam saído desse meio - enérgicos, independentes e cultos - depois de 13 de maio de 1888, começou a declinar rapidamente. Duas causas promoveram esta queda formidável e brusca: a desorganização do trabalho, mercê da lei de 13 de Maio e a erosão das terras montanhosas ».

- « Foi o Vale que venceu a guerra do Paraguai » -

« Exclamou um parlamentar... o grande esteio do Brasil, o maior sustentáculo do império, e o que lhe permitiu conseguir a realização dos grandes empréstimos externos, graças aos quais se compraram os encouraçados forçadores de Humaitá e a artilharia de 24 de Maio e de Lomas Valentinas » (Os fazendeiros de Bananal, foram os maiores avalistas).

Rhenânia, Rhur, Vale do Tennessee, Eixo-Rio São Paulo-Belo Horizonte, (Triângulo de Ouro) - eis o vigor de uma região - assim denominada, na sua realidade e nas promessas de uma esperança. Ultimamente, a ação vem se verificando no seus delineamentos programados e nos seus investimentos realizados.

Capítulo III

Sumário - Fatos e efemérides anteriores a 1880

- 1630 — «Jaques Félix veio a conquistar as terras dos índios Jeromis e Puris»...
- 1639 — junho, 30 - Provisão a Jaques Félix... «residindo Jaques - Félix em Tremembé, perlustrava os sertões vizinhos, subindo a Mantiqueira, atravessando a cordilheira pela garganta do Embaú»...
- 1646 — «em busca de minas, façanha que o mesmo Jaques Félix, não se demorou a executar, transpondo a serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú... «noticias do vigor com que Félix atacava e reduzia os índios do Paraíba.» (Félix Guisard Filho - «Jaques Félix - Achegas à história de Taubaté)
- 1784 — Doação de um patrimônio em terras, em Cachoeira, ao Senhor Bom Jesus da Cana Verde. Doador - Manoel da Silva Caldas.
- 1817 — «Uma légua abaixo de Lorena está a outra passagem, chamada Pôrto da Cachoeira. Em ambas há barcas, que no fim do século passado, andavam arrendadas por 12.000 cruzados» (Corografia Brasileira - Padre Manuel Aires Casal - 1817).
- 1817 — Passa por este arraial Spix-Martius, exploradores e cientistas alemães.
- 1822 — março, 22 - Passa por este arraial Augusto Saint-Hilaire, cientista e explorador francês.
- 1822 — Agosto, 18 - Comitiva do príncipe D. Pedro ao passar pelo, então Pôrto da Cachoeira (sic) em 18 de agosto de 1822 (Varnhagem):
Luiz Saldanha da Gama - jovem secretário
Francisco Gomes da Silva
Francisco de Castro
João Carlota - criado particular
João Carvalho - criado particular
Ten. Cel. Joaquim Aranha Barreto Camargo
Padre Belchior Pinheiro.
- 1829 — Os irmãos Stephenson, na Inglaterra, inventam a locomotiva, a vapor.
- 1831 — julho, 31 - Bento Barbosa Ortiz (cachoeirense), camarista em Lorena, assina a proclamação do apôlo à Regência e ao jovem Imperador, convocando os jovens para a luta. Entre outros, assina esse documento, Anacleto Ferreira Pinto, famoso na revolução de Silveiras (1842).

- 1843 — Nasce em Campo Belo, Estado do Rio, o Doutor Antonio José da Costa Júnior (vide biografia).
- 1845 — abril, 15 - Nasce nesta cidade (fazenda), o coronel Domiciano Rodrigues Pinto (vide biografia).
- 1850 — Referências - «De Lorena a Cachoeira - 3 léguas - de Cachoeira a Silveiras 4 léguas...
«Sai de Lorena às 4 e meia da tarde, às sete cheguei ao pouso das Minhocas, ao pé de Cachoeira, nada podendo dizer desta freguesia, pois, era noite quando passei por lá. (Carlota Pereira de Queiroz- «Um fazendeiro Paulista» do século XIX).
- 1854 — maio, 30 - Em Mauá, inauguração da primeira Estrada de Ferro Brasileira.
- 1858 — março, 29 - E.F. Pedro II. É inaugurado o primeiro tráfego desta Estrada, até Queimados.
- 1862 — maio, 19 - «Por ato legislativo, é autorizado o Governo a contratar, com o engenheiro B. M. Fox a exploração do Rio Paraíba desde a Freguesia da Escada (hoje Guararema), até a povoação de Cachoeira, município de Lorena, para o reconhecimento de sua navegabilidade»..
- 1863 — abril, 3 - Lei provincial sobre a navegação do Rio Paraíba entre Jacareí e Cachoeira.
- 1864 — João Barbosa Ferraz, consegue do governo da Província a importância de 3.000\$000 (três contos de réis) para consertar a Estrada das «Candeias».
- 1871 — Por contrato celebrado com o governo, em 1871, foi autorizada a navegação do Rio Paraíba, desde a cidade de Jacareí até o porto da Cachoeira, ponto terminal da E. F. Pedro II (J.F. de Godói)
- 1873 — Hotéis...
«Cruzeiro», José Antonio Bastos; «União», Viúva Midões; «Reis» José da Costa Reis; «Lobão», Manoel Joaquim Lobão; «Silva», Antonio C. da Silva Pinto (Almanaque da província de São Paulo para 1873 - Antonio J. B. Luné e Paulo Delfim da Fonseca).
- 1873 — Capela da Cachoeira - Alfredo Galvão de Moura Lacerda, o primeiro professor.
- 1873 -- novembro, 14 - Nasce na Margem Esquerda desta cidade o Dr. Waldomiro Silveira (vide biografia).
- 1875 — Inauguração da Estação do Norte, hoje Roosevelt.
- 1875 — julho, 14 - Abertura da estação provisória (Mão Fria) da Estrada de Ferro «D. Pedro II», na Margem Esquerda da povoação

- de Cachoeira, em meio a grande regozijo da população.
- Estabelecimento da navegação a vapor do alto Paraíba, sendo seus fundadores Marcondes, Chaves e Cia. Esta navegação é feita por dois vapores e quatro lanchas de ferro com lotação de várias toneladas cada uma, fazendo uma viagem redonda (sic) por semana, entre Cachoeira e Caçapava.
- 1875 — novembro, 22 - Nasce na Margem Direita desta cidade o Dr. João Evangelista Rodrigue (vide biografia).
- 1876 — março, 29 - Por lei provincial desta data foi a povoação de Cachoeira elevada à Freguesia com a denominação de Santo Antonio da Cachoeira (Distrito).
- 1876 — maio, 17 - Nasce na Margem Esquerda desta cidade o Dr. Francisco Cardoso Ribeiro (vide biografia).
- 1876 — Agosto, 16 - Instituição Canônica da Paróquia de Cachoeira.
- 1877 — junho, 14 - Inauguração definitiva da estação da estrada de Ferro D. Pedro II, na Margem Direita, com ligação à Estrada de Ferro «São Paulo — Rio de Janeiro», ainda em construção.
- 1878 — julho, 28 - «Eco Municipal», - Do seu primeiro número - Redator - Manuel Saturnino de Seixas:
«Desconhecido romeiro, novel obreiro do futuro, o «Eco Municipal» que hoje vem à luz da publicidade, nos horizontes de Cachoeira, saúda a briosa população desta faceira e juvenil localidade» ... E nós, humilde conviva ousamos solicitar um lugar na arena dos combatentes do porvir. Quem somos? donde viemos? para onde vamos? cumpre-nos responder»...
- 1878 — A navegação a vapor do Alto Paraíba, fundada em 1875, por Marcondes, Chaves e Cia, passa para o domínio dos novos empresários, França e Cia, sob a gerência de Luís Félix França.
- 1878 — julho, 28 - «Reunião política. Reunir-se-à, hoje a convite do Dr. Costa Júnior, o Partido Liberal, desta Freguesia, em casa do mesmo doutor».
- 1878 — julho, 28 - Cemitério - «Acha-se já bem começada, aquela importante obra, tão instantemente reclamada pela imprensa em nome da população de Cachoeira e que é levada a efeito por uma comissão beneficente».
(Trata-se do atual cemitério, pois o primitivo situava-se na Margem Direita onde hoje se localiza a Casa Paroquial e adjacências).
- 1878 — agosto, 8 - Reunião política - Cêrca de cem pessoas do credo Liberal, a convite do Dr. Costa Júnior, reuniram-se em sua residência. Foram tratados os meios de pleitearem as eleições

que terão lugar amanhã, em Lorena. Oraram os Srs. Bráulio Muniz Dias da Cruz, Doutores Costa, Freitas, José Inácio de Macêdo e Padre Tomás de Aquino, de Campo Belo. Ficaram encarregados de organizar as chapas de eleitores especiais e gerais os Srs. Cap. Bento Francisco Barbosa Ortiz, Dr. Costa Júnior e Domiciano Rodrigues Pinto.

1878 — agosto, 10 - Autoridades. Acha-se em exercício de subdelegado de polícia, desta Freguesia, o tenente Domiciano Rodrigues Pinto. Dá audiência as quintas-feiras, às 10 horas da manhã, em sua residência. O atual Juiz de paz em exercício é o Sr. Bento B. Ortiz. Dá audiência aos sábados. (Hotel Ortiz)

1878 — agosto, 11 - Foram, no dia 7 do corrente, entusiasmamente recebidos na Estação da Estrada de Ferro de Cachoeira a chegada do trem da tarde os Srs. Dr. Antonio José da Costa Júnior e Bráulio Muniz em regozijo do triunfo alcançado, em Lorena, pelo partido desta cidade, representado naqueles dois cidadãos.

1878 — agosto, 18 - «Cachoeira de Lorena». São nomes que figuram no cabeçalho do Eco Municipal.

1878 — agosto, 18 - Em longo artigo de fundo o «Eco Municipal» se dirige ao presidente da Província, Dr. João Batista Pereira, pedindo a construção de um templo católico e de uma ponte sobre o Rio Paraíba.

1878 — agosto, 18 - O «Eco Municipal» em apêlo ao presidente da Província Dr. João Batista Pereira, diz da comissão organizada para a construção do novo cemitério municipal e de uma outra para construção da matriz sem qualquer auxílio governamental. Entretanto, dá início a campanha visando a construção da ponte sobre o Paraíba.

1878 — agosto, 18 - Ponte; «A S. Exa. o Sr. Presidente da Província, Dr. João Batista Pereira... e baseado neste princípio, é que invocamos (a Câmara) de S. Exa. seu valiosíssimo concurso para satisfação do mais vêemente anelo, da laboriosa população de Cachoeira - a construção de uma ponte de rodagem sobre o Rio Paraíba». (Foi o primeiro passo para a construção de tal ponte.

1878 — setembro, 20 «Laboratório Rhodes» - «vacina» - Conselho do imortal P.N. Chernoviz... ordinariamente, dão-se três ou quatro picadas em cada braço. Em vez de lanceta pode se empregar uma agulha. Se para embeber a lanceta ou agulha, não se pode molhar num botão vacinal, o que se chama braço a braço emprega-se o pús vacínico, conservado entre dois vidros; então dissolve-se na menor quantidade de água fria, possível

agitando-a por alguns momentos com a ponta da lanceta até que a mistura adquira uma certa opacidade. Para ser de boa qualidade o pús vacínico deve ser colhido do 7.º ao 9.º dia depois da vacinação»...

- 1878 — outubro, 6 - «Balsa do Paraíba» - Pedimos ao Exmo. Sr. Presidente da Província que se digne ordenar a aquisição de um novo cabo para a balsa de passagem que nos serve, nesta Freguesia.
- 1878 — outubro, 6 - «S. S. Majestades Imperiais» - a dois do corrente, em regresso para a Córte, passaram por esta freguesia, S. S. M. Imperiais de volta de sua excursão ao oeste da Província.
- 1878 — outubro, 6 - «Ao agente da Barreira de Cachoeira, à Margem Esquerda. Rogamos a S.S. que nos explique em que princípio de lei se funda para cobrar barreira de gêneros alimentícios que alguns fazendeiros dêste município remetem».
- 1878 — outubro, 10 - «Escola Noturna» - trata-se de abrir à pública concorrência nesta florescente localidade aulas noturnas para adultos gratuitos, fazendo-se a distribuição dos dias da semana por diversos cavalheiros, cada um dos quais se encarregará dos trabalhos do ensino na noite designada. (que louvável iniciativa).
- 1878 — outubro, 10 - O «Eco Municipal» insiste junto da Câmara de Lorena e do presidente da Província, sobre a necessidade da construção da ponte do Paraíba.
- 1878 — outubro, 10 - «Triste reminiscência - Vai completar um ano que o brioso povo de Cachoeira, estupefato, presenciou a horrível hecatombe que dizimou a seus co-irmãos. Uma febre insidiosa, em sua marcha, aí se desenvolveu e tal foi o caráter gravíssimo, que uma grande parte dos acometidos, sucumbiu, a despeito de todos os esforços da medicina. Essa febre, em grande parte, foi atribuída ao velho cemitério que deve ser substituído por outro em lugar apropriado, onde as inhumações sejam feitas com a necessária e imprescindível profundidade de modo a cortar-se os deletérios eflúvios cadavéricos».
- 1878 — novembro, 24 - Os poderes locais voltam a reclamar a construção da ponte.
- 1878 — novembro, 24 - «Matadouro» - que nos conste, ainda a Câmara Municipal de Lorena, não providenciou sobre a construção do matadouro desta Freguesia. Continuaram em vigor as «rolhas» de costume. (o matadouro foi instalado na beira do Rio Bocaina e aí serviu até 1924 - quando foi transferido para o local atual)

- 1879 — janeiro, 19 - O «Eco Municipal» de Manoel Saturnino de Seixas inicia o ataque a Câmara de Lorena, visando a emancipação de Cachoeira.
- 1879 — fevereiro, 2 - Nomeação. Por carta imperial de vinte e cinco do corrente mês (janeiro) e decreto da mesma data, foi nomeado presidente da província de São Paulo o bacharel Laurindo Abelardo de Brito. Foi quem assinou a Lei n.º 5 de 9 de março de 1880, criando o município de Cachoeira. (Em sua homenagem, como, prefeito, demos seu nome a uma das ruas desta cidade, (vide biografia).
- 1878 -- novembro, 3 - «Inauguração - A vinte sete do mês passado, inaugurou-se definitivamente, nesta Freguesia, à margem esquerda, o laboratório químico do sr. Teodoro Fragoso Rhodes, - farmacêutico.
- 1879 -- fevereiro, 2 - «Balsa» Horário. Desde as cinco horas da manhã até às 9 horas da noite. Registro de salto».
- 1879 — fevereiro, 2 - «O sr. A. Carrara promoveu grande carnaval com passeatas e bailes «Masquês».
- 1879 — fevereiro, 23 - Novo cemitério de Santo Antonio da Cachoeira. O Diretório encarregado das obras do novo cemitério, feito por subscrição popular ... arrecadação: 3.823\$000; despesa: 4.142\$260.
- 1879 -- abril, 26 - Os chefes políticos da Freguesia, apresentam ao eleitorado do terceiro Distrito, o nome do Dr. Costa Júnior a deputado provincial.
- 1879 — maio, 18 - Está finalmente, provida a cadeira de primeiras letras desta localidade, na Margem Esquerda do Paraíba, por ato presidencial de 5 do corrente com a remoção da professora pública de primeiras letras D. Maria José Marcondes de Toledo, da Vila de Redenção para esta Freguesia.
- 1879 — junho, 1 - Dirigindo-se ao presidente da Província, o «Eco Municipal» volta a atacar a Câmara Municipal de Lorena, pugnando pela emancipação de Cachoeira.

Finalmente

- 1880 — Março, 9 - Lei n.º 5. É elevada à categoria de Vila, sob a denominação de Santo Antonio da Bocaina, a atual Freguesia de Santo Antonio da Cachoeira, desmembrada de Lorena.

Cemitérios

O primeiro cemitério localizava-se na Margem Esquerda, nas proximidades da cabeceira da ponte sobre o Paraíba, onde foi também construída uma capela que, certa vez, abrigou a imagem do Senhor

Bom Jesus da Cana Verde. Dêsse local foram retiradas ossaturas humanas, há bem tempo. Simultaneamente, começaram a ser inhumados os cadáveres, principalmente de escravos, no alto do morro, chamado da «Figueira». Quando da construção de uma igreja nesse local, os sepultamentos se avolumaram e, então, houve mais cuidado. As ruínas de talpa dêsse templo foram destruídas em 1927 pelo proprietário do local, Sr. João Godói. Agora, recentemente, foram feitas escavações para atêrros e, então, afloraram ossaturas humanas em grande quantidade. Dentre as caveiras que verificamos - uma apresentava dentadura natural perfeita, conservando o brilho do esmalte.

Quando na Margem Direita se verificaram sintomas de progresso e foi levantada modesta capelinha em homenagem a Santo Antonio, instalou-se um novo cemitério, nas adjacências dêsse templo, onde hoje se situa a casa paroquial.

A prova, temo-la nas ossaturas que daí foram retiradas. Essa situação permaneceu até 1877 quando foi iniciada a campanha para construção do atual cemitério. Agora vai falar o «Eco Municipal», jornal da época:

- 1878 — julho, 2 - Acha-se bem começada aquela importante obra, tão instantemente, reclamada pela Imprensa, em nome da população de Cachoeira e que é levada a efeito por uma comissão beneficente.
- 1878 — setembro, 20 - Festival em benefício das obras do cemitério, pela companhia Casali.
- 1878 — outubro, 20 - A construção do cemitério para cujo fim, fêz-se correr pelo povo uma subscrição, é uma obra de palpitante necessidade, já debaixo do ponto de vista pelo respeito que devemos tributar aos mortos, como também, atento a representar um princípio, notôriamente, higiênico indispensável à salubridade pública.
- 1878 — outubro, 20 - Novo cemitério de Santo Antonio da Cachoeira. Esta Freguesia possui, hoje um dos melhores cemitérios do Norte da Província. Seus habitantes serão eternamente gratos aos que não pouparam sacrifícios para dotá-la com um melhoramento tão necessário e tão, urgentemente, reclamado. Comissão para angariar donativos:

Bento José de S. B. Ortiz, Manoel Marques Pinto, Antonio Alípio Franco, Bento Barboza Ortiz, José Francisco Ortiz, João E. Marcondes, Carlos Pinto Dias, Antonio José da Costa Júnior, Galdino Rodrigues Pereira Goulart. Subscritores: com duzentos mil réis: Bento José da Silva Ortiz Barbosa, Dr. Antonio José da Costa Júnior, Cap. Antonio L. Barbosa, Cap. José A. Estêves. Com cem mil réis: Major Francisco Assis da Oliveira Borges, Marques Costa e Cia. Com cinquenta mil

réis: João Carlos Nogueira de Sá, José Rodrigues da M. Coutinho, D. Ana Maria de Seixas, José Francisco Ortiz, João E. Marcondes, Manoel José da Silva, Francisco Vieira da Cruz, Vitoriano de Almeida Cunha, Frutuoso e Cia. Cândido Vieira de Siqueira. Com trinta mil réis: Domiciiano Rodrigues Pinto, Pôrto e Irmãos, Galdino R. Pereira Goulart, Carlos Pinto Dias, Toledo e Silva, Manoel Viana e Cia, Luiz Félix França, Ferreira e Irmãos, José Joaquim Gonçalves, Jaime Antonio da Costa, Francisco do S. Pinto e Cia, Bento Barbosa Ortiz, Inocência M. Pereira, José A. Teixeira Tostes, Antonio José Estêves, Manoel J. da Silva Filho, Manoel Saturnino de Seixas, Cap. A. José Serapião. Com vinte mil réis: Telha e Rodrigues, Manoel Rodrigues Freire, Francisco Antonio Teixeira, D. Maria L. de Castilho, Antonio Alves Moreira, Claudino de Almeida Palma, Carolino Antonio Fernandes, Joaquim Cândido Pinto, Manoel José da Costa, D. Ana Maria Freire, José Luiz F. de Magalhães, Tertuliano Rodrigues Pinto, Joaquim José Rodrigues da Mota, um anônimo, Manoel Antonio dos Reis, Raimundo de Oliveira Campos, Antonio Augusto Arantes, José Frutuoso Ferreira, Francisco de Godói Bueno, Francisco Soares de O. Pena, José A. da Silva Midões. Com dez mil réis: Antonio Pinto Moreira. Com cinco mil réis: Antonio Rodrigues Lemos. Com dois mil réis: Antonio Leal das Neves, Câmara de Lorena: quinhentos mil réis. Companhia Casali: quinhentos mil réis. Companhia Nelson: beneficio trezentos mil réis. Com vinte mil réis: José de Assis P. de Freitas e Dr. Ildefonso Ascânio de Azevedo.

Despesa: 4.142\$000 Deficit: 330\$000.

Notas — Só, pouco mais de cinco anos, após a «Inauguração» do novo cemitério, tiveram início a construção de túmulos perpétuos. Os primeiros:

- 1883 — Ana Rosa.
- 1884 — Elisiária da Silva Guerra.
- 1886 — Francisca Maria da Conceição.
- 1886 — Família Bento Soares.
- 1890 — Risoleta — filha de Newton Benston.
- 1890 — Fernandina — filha de Fernando de Paula e Silva.
- 1890 — Pergentina — filha de João de Oliveira Marcondes.

Capítulo IV

Sumário - Relação de antigas famílias, fundadoras de Cachoeira.

Moradores da Vila da Bocaina, em 1.880.

Os primeiros moradores da Margem Direita após, 1780, se instalaram no bairro das «Minhocas» e adjacências (1791). «Pitéo» a esse tempo não existia com tal denominação.

No segundo volume desta narrativa, dir-se á, algo, sobre este assunto, bem como sobre as duas sesmarias que partindo das margens

do Paraíba, avançavam para os lados da Bocaina e Palmital (bairros).

O casal Bento Barbosa Ortiz - D. Ana Ortiz, deve datar, seu nascimento, mais ou menos em 1808, pois que, o primeiro, em 1831, já era vereador em Lorena e subscreveu o manifesto de apôlo ao infante imperador D. Pedro II, (quando da abdicação) juntamente, com Anacleto Ferreira Pinto, presidente da Câmara.

Foi D. Ana Ortiz quem, em 1862, doou grande patrimônio em terras, ao padroeiro Santo Antonio.

O casal Antonio Rodrigues Pinto - D. Escolástica Rodrigues Pinto, deve datar, seu nascimento, de 1820, porquanto em 1845, nascia seu filho, o coronel Domiciano;

O casal, capitão Ignácio Pinto - D. Ana Pinto, deve datar, seu nascimento, de 1825. Ambos aqui nasceram, se casaram, possuíram fazendas e tiveram os seguintes filhos: Antonina - casada com Cândido Pinto Barbosa; Rosa - com José Rodrigues do Prado; Marcelana - com Justiniano Silva; Mariana - com Fernando de Paula e Silva; Virginia - com Salvador Barbosa; Guilhermina - com o Dr. Newton Benaton; Emília com o coronel Domiciano Rodrigues Pinto; Augusta - com Lindolfo Guimarães. Como Cachoeira só começou a se movimentar, após, 1850, com o advento da Estrada de Ferro D. Pedro 2.º (1854) era natural que se entregassem à várias atividades, não só os «autóctones» que não eram muitos, como os que vinham de fóra. Assim, dêsse trabalho conjunto formaram-se antigas famílias e todos se rejubilaram, em 1880, porque se consideravam fundadores da cidade. Vai a seguir uma relação dos filhos da terra e daqueles que, antes de 1880, aqui se instalaram, constantes de almanaque e jornais da época, sendo de notar que, aqui chegaram, em ocasiões diferentes.

Moradores na Margem Direita e Esquerda

Famílias: Rodrigues Pinto, Barboza Ortiz, Goulart (oriundos de Itu) Prado, Domiciano Siqueira, Pinto Barbosa, Santos Pinto (Joaquim), Cardoso Ribeiro (Paulino), Muniz (Antonio Nunes), Barboza Ferraz (português), Antonio Gomes Xavier, Dr. Antonio José da Costa Júnior, Teodoro Fragoso Rhodes, Freitas Braga, Fragoso, Seixas, Marques Pinto, José Antonio Nogueira de Sá, Manoel Nascimento Silva, Moreira e Seixas, Antonio Nunes Muniz, Claudino da Almeida Palma, Barbosa Reis e Cia., Marques Mota e Cia., Bráulio Muniz, Dias da Cruz, Dr. Costa Freitas, Padre Tomaz de Aquino (de Campo Belo), Hermenegildo Antonio de Almeida, Carlos Pinto Dias, Antonio A. Oliveira, Padre Antonio Caetano Ribeiro, Alferes Antonio Ferreira Lemos, Dr. J. A. R. de Luz, Antonio Alípio Franco, Adolfo Américo Franco, Francisco Ferreira da Rocha, Augusto Alves Moreira, Manoel Viana e Cia., Jerônimo Pinto de Freitas, Dr. Muratt, médico, Ildefonso Ascânio de Azevedo,

— médico, Inocêncio Melo Pereira, Manoel Ignácio Borges, Bento Alves de Moura Coelho, Francisco Ortiz, José Joaquim Rodrigues da Mota, Aureliano Almanzora, Antonio Alípio Franco, Vitoriano de Almeida Cunha, Miguel Fernandes da Rocha, Antonio José de Araújo Coutinho, João E. Marcondes, Antonio Rodrigues do Prado, Antonio da Cunha Lisboa, José Martins Coimbra (português), Francisco de Paula Oliveira Gusmão, Augusto Alves Moreira, José Perroni, Benjamim F. Pereira, Antonio Alexandre Franklin, Francisco Vieira da Cruz, Barros e Irmãos, João P. Soares, Miguel Petrônio, Firmino J. Salerma, Antonio A. Oliveira, Augusto P. Silva, Rafael D'Alia, Agostinho Lourenço, Francisco Paraguai, Joaquim P. Moreira, Manoel M. P. Guerra, Antonio B. Ribeiro, B. e Irmãos, Antonio Bernardino Ribeiro, Randolfo Lorena, Rodrigo Pinto de Lavras, Araújo e Rocha, Manoel Marques Pinto, João P. de Toledo, Galdino R. Pereira Goulart, Manoel Vieira Rosas, José Teodoro da Cunha, Antonio Pereira, Vicente Fernandes, Antonio P. de Moura, Justino da Silva Campos, Monteiro e Lôbo, Hotel Midões, Francisco de Godói Bueno, José Maria de Seixas, Deodato da Silva Rodrigues, Bento José Lavra, Francisco Antonio Teixeira, Antonio Prado, Araújo e Rocha, Antonio Alves, Domingos C. Pinto, João de Oliveira Porto, José Vieira Borges, Fernando de Paula e Silva, Francisco Leme Barbosa Filho, Francisco Leme Barbosa, Bento José da Silva, Barbosa Ortiz, Justino Capucho, José de Oliveira Porto.

Coronel Domiciano Rodrigues Pinto

Nasceu a 15 de abril de 1845. Seus pais: Antonio Rodrigues Pinto e D. Escolástica Rodrigues Pinto, abastados fazendeiros e membros da família, fundadora desta cidade. Do consórcio com D. Emiliana Rodrigues Pinto, teve dois filhos: D. Lúcia, casada com o Dr. Francisco Assis de Oliveira Braga, ex-deputado e Dr. João Evangelista Rodrigues, ex-deputado, prefeito e juiz em várias comarcas, casado com D. Clotilde da Costa Rodrigues, filha do Dr. Costa Júnior. A partir de 1865, a ação do coronel Domiciano (então, tenente Domiciano) juntamente com outros se tornou decisiva para Cachoeira. Foi, em grande parte, a seu vigor na luta que, sua terra natal conseguiu ser Freguesia, Distrito, desmembrou-se de Lorena e finalmente, conquista seu Termo e sua Comarca. Não se expunha muito. Dizem seus coevos que agia, calculadamente, e com plena visão dos problemas, sempre prudente e calmo. Seus amigos seguiam seus conselhos. Estávamos em 1880 e Lorena, não podia ver com bons olhos, como era natural, a perda de uma grande parte de seu território que é hoje o município de Cachoeira.

Faleceu o coronel Domiciano, no dia 19 de abril de 1919. Foram-lhe prestadas grandes honras fúnebres. O autor desta narrativa traçou seu necrológio no «O Cachoeirense» que circulou nesse dia.

D. Emiliana, sua esposa, faleceu no dia 29 de Agosto de 1921.

Dr. Antonio José da Costa Júnior

Nasceu em Campo Belo, município de Resende, Estado do Rio, no ano de 1843. Faleceu no dia 8 de abril de 1919, com 76 anos de idade. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, no ano de 1864. Abriu banca de advogado em Resende, onde permaneceu pouco tempo. Veio para Cachoeira e aqui advogou, fêz-se político, adquirindo em épocas diferentes as fazendas da «Barra» e «Santana». Casou-se com D. Ana Inácia de Macêdo Costa e desse consórcio teve os seguintes filhos: Eurídice, Antonio, Cristiano, José, Augusto, Anésia casada com o Sr. Júlio Cerqueira César, Clotilde, casada com o Dr. João Evangelista Rodrigues e Idalina, casada com o Dr. Francisco de Paula Abreu Sodré [progenitores do Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, atual governador de São Paulo]. Firmando-se em Cachoeira por laços de família e por seus méritos, ingressou, decididamente, na política, tornando-se acérrimo defensor dos interesses locais. Corria a década 1870-1880. Cachoeira, nem distrito era de Lorena. O Dr. Costa Júnior, e o então, tenente Domiciano Rodrigues Pinto e outros valôres se atiraram à luta para criar, primeiro, o distrito e depois o município de Cachoeira. Era natural que a nossa muito estimada Lorena se opusesse, resolutamente. Acontece, porém, que na Presidência da Província de São Paulo estava o Dr. Laurindo Abelardo de Brito, enteado do Conselheiro Ramalho. De caráter voluntarioso, decidido, aceitou as alegações de Costa Júnior e contrariou Lorena que, naquela ocasião, só cedia a Bananal o penacho dos galardoados pelo Imperador com seus barões, condes e viscondes. E criou-se o município de Cachoeira (1880). Seu desmembramento oficial foi moroso, pois a nossa estimada vizinha, se obstinava a fazer entrega de um pedaço de «sua alma física». Finalmente, a primeira Câmara de Cachoeira só se instalou em 8 de janeiro de 1883.

Narremos aqui, interessante episódio. Dado que Cachoeira anseava pelas festas de sua independência que tardavam, promoveu-se grande manifestação ao Dr. Costa Júnior. Um orador fechou a série de discursos com este verso, parodiando Castro Alves: «Disse um dia Jeovah: Vai Costa, abre a cortina, da minha eterna oficina e tira Cachoeira de lá».

Prudente de Moraes, quando na presidência provisória de São Paulo, recebeu a visita de seus velhos amigos Costa Júnior e José Inácio de Macedo. E daí tivemos a criação do Termo da Comarca (1890). Em 1891, como deputado geral, assinou a Carta Magna de 24 de Fevereiro. Em 1892, quando Bernardino de Campos, presidia São Paulo, não teve dúvida, criou a Comarca de Cachoeira, atendendo, assim, a um pedido de seus velhos amigos e correligionários Drs. Costa Júnior e José Inácio de Macedo. Pertenceu ao Partido Liberal, sob a bandeira de Campos Sales, elegeu-se deputado provincial em três biênios e proclamada a República foi membro da Constituinte e a seguir elegeu-se deputado federal até 1916, quando desistiu de sua reeleição, recolhendo-se para junto dos seus.

Ao seu enterro compareceu o Dr. Altino Arantes, presidente do Estado, com seu secretariado e o mundo político de São Paulo. Em Cachoeira foi hasteada a bandeira em funeral. Quando, prefeito, em sua homenagem, demos o nome de «Costa Júnior» à praça fronteira a estação, onde ele residiu durante longos anos.

Dr. José Ignácio de Macedo

Nasceu em São José do Barreiro, filho do casal - José Maria de Macedo e Ana Ignácia de Macedo. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Consorciou-se, em primeiras núpcias em Itajubá, com D. Adelaide Macedo. Dessa união nasceram seus filhos: Aristides, Maria Antonieta e Maria Adelaide. Residiu em Cruzeiro, onde foi vereador. Ligando-se a Cachoeira por laços de família, participou da vivência da, então, Freguesia, como batalhador de seu progresso.

Algumas Notas: 1878 - Agosto, 12 - É nomeado promotor público da comarca de Lorena, o Dr. José Ignácio de Macedo, vereador em Cruzeiro. 1878 - julho, 31 - O Dr. José Ignácio de Macedo inicia sua colaboração no semanário «Eco Municipal» abordando problemas vários, principalmente agrícolas e se batendo pela construção da ponte sobre o Rio Paraíba. É dessa época a célebre polêmica travada com Leão Brasil sobre a cremação de cadáveres. Macedo era a favor e Brasil contra. «Cincinato» era o pseudônimo do Dr. José Ignácio e «Calo Graco» de Leão Brasil. 1878 - setembro, 21 - «Realizou-se na fazenda da «Barra» de propriedade do Sr. José Maria Macedo, o casamento do Dr. José Ignácio Macedo com a Sra. D. Tereza Alexandrina dos Santos, filha do Sr. Joaquim dos Santos Pereira. O pomposo ato reuniu os grandes da região. Dentre os brindes trocados entre os Srs. Drs. Costa Júnior e Gentílio Moreira de Castro Lima, ambos se referiram aos tempos acadêmicos, desde 1860. A cerimônia foi celebrada pelo padre Pedro José da Veiga, vigário de Cruzeiro. Dêsse segundo matrimônio, nasceram seus filhos: José Ignácio, Alice, Ana, Alberto, Norival e Noêmia. O Dr. José Ignácio, foi empossado nesta cidade, pelo Dr. Prudente de Moraes, presidente do Estado, no cargo de Juiz Municipal e de Orfãos, quando da criação do fôro da Bocaina, desmembrado de Lorena - no dia 2 de Agosto de 1890. Quando da criação desta comarca em 25-8-1892, o Dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, nomeou o Dr. José Ignácio, seu primeiro juiz de Direito, verificando-se sua posse, e instalação do fôro, no dia 12-10-92. Colega de Prudente e de Bernardino, dos tempos acadêmicos, não lhe foi difícil conquistar o Termo e Comarca para esta terra.

Laurindo Abelardo de Brito

É um nome, e, para Cachoeira, dos mais caros.

«Por carta imperial de 25 de janeiro de 1878 e decreto da mesma

data foi nomeado presidente da Província de São Paulo o bacharel Laurindo Abelardo de Brito». Foi quem assinou o decreto de criação do município de Cachoeira, desmembrado de Lorena (Lei n.º 5 de 9 de março de 1880).

Tem-se a impressão de que era um homem resoluto. Lorena, naquela época (1880) desfrutava de grande prestígio. A corôa galardoava seus homens com títulos honoríficos e cargos de alta importância. Abelardo de Brito acolheu as justas aspirações de Cachoeira, emancipando-a e contrariando os pró-homens da vizinha cidade.

Por dever de gratidão vamos homenagear êsse varão, valendo em parte, o livro do renomado professor João Lourenço Rodrigues sobre a Escola Normal da Praça, «Laurindo Abelardo de Brito nasceu em Montevideu, em 8-9-1828 descendente do tronco quinhentista dos Pires-o tenente Manoel José de Brito e D. Paula da Costa, também, natural de Montevideu, filha do senador uruguaio D. Antonio Costa».

O tenente Manoel de Brito veio para São Paulo e aqui falecendo, sua viúva casou-se com o jurista Dr. Joaquim Ignácio Ramalho, depois barão e conselheiro do Império. Muito inteligente, Abelardo de Brito, bacharelou-se em 1852 pela Faculdade do Largo São Francisco. «Nomeado, em 1852, promotor público de Curitiba, fêz no Paraná, brilhante carreira política, tendo sido deputado provincial e deputado geral por aquela província».

Em 1878 transferiu sua residência para São Paulo, onde exerceu a função de Inspetor do Tesouro e de Presidente da Província, cargo que, em 1881, passou ao vice-presidente Conde de Três Rios. Venceu Antonio Prado em ruidoso pleito (1881), sendo eleito deputado geral pelo 1.º Distrito. Então, recebeu a carta do conselho. Faleceu em São Paulo, com 56 anos de idade, no dia 8 de abril de 1885.

Deve-se à sua claravidência, o reerguimento da Escola Normal de São Paulo, no dia 2 de agosto de 1880.

Capítulo V

Sumário — A primitiva Capela - Freguezia - Distrito - Vila ou município - Cidade - Intendentes - Prefeitos - Primeiras divisas - Outras divisas - Vários nomes de Cachoeira. Notas Diversas.

- a) A palavra freguezia vem do latim: «filii Ecclesiae» - filhos da Igreja ou «filius gregis» - filho do rebanho.
- b) Distrito - divisão territorial, onde o governo exerce ação administrativa, judicial, fiscal, sanitária, policial.
- c) Vila - povoação de categoria inferior a uma cidade, mas superior a uma aldeia.
- d) Município - extensão territorial em que a municipalidade exerce a sua administração.
- e) Cidade - título honorífico concedido a uma vila em progresso.
- f) Comarca - sede de juizado.

Com o desbravamento da grande zona, o homem do centro teve necessidade da via marítima visto que, a terrestre, era morosa, quanto penosa, para atingir a Côrte. Mambucaba e Parati, tornaram-se, então, os pórtos procurados pelas tropas que, durante dois séculos, sulcaram as velhas estradas pedregosas e cheias de acidentes da Mantiqueira e da Bocaina.

Foi na febre dessas jornadas rústicas, quando se disseminavam por êstes sítios o «pouso» das tropas e dos tropeiros, que apareceu a figura varonil do Cap. Manoel da Silva Caldas, morador em Lorena.

Alma simples, religiosa e boa devia ter sido a dêsse homem, doando ao Senhor Bom Jesus da Cana Verde o patrimônio sagrado que a mão do tempo não corrompeu e por onde se derrama o casário em que habitamos (Vide capítulo II).

A gente simples daquele tempo, em cujo coração o lampadário da fé não arrefecia a chama que eleva, não podia se manter indiferente ante aquela demonstração religiosa do Cap. Silva Caldas e, por isso, mãos a obra, para o levantamento da Capelinha primitiva, sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Cana Verde.

A graciosa ermida, em meio à solidão reinante, aos poucos foi atraindo para seus arredores «gentes de longes terras». E os tropeiros que vinham de Minas e buscavam o mar e os forasteiros cansados de longa jornada, e as romarias que aqui aportavam, todos traziam o anseio único de, prostrados, implorarem ao Bom Jesus da

Cana Verde a graça e o perdão, ora, na prece muda, ora, casando as suas vózes tristes num ducto trêmulo e profundamente sentido.

A primitiva Capela, um dia cedeu à mão impiedosa do tempo. Uma outra, então, principiou a ser levantada. As paredes laterais e algumas outras internas, asseguravam o próximo remate dessa obra rústica, porém, de uma solidez à tóda prova, numa colina da Margem Esquerda.

Conta-se que, certa vez, apareceu enforcado, ou se enforcara, dentro da Capela em construção, um escravo que aí trabalhava. Ninguém mais ousou prosseguir nos trabalhos. A semente da superstição germinou e se alastrou pródiga. As ruínas dessa obra permaneceram até 1927. Ao seu lado o primeiro cemitério de que se tem notícia.

Escolheu-se, então, outro local (o mesmo atual e primitivo), e aí foi erguida nova Capela, porém, de proporções muito acanhadas, sob a direção de Bento Alves de Moura Coelho (1871).

Mais tarde, os irmãos Pôrto, dando mostra de sua generosidade e religião, ampliaram e retocaram a Capela, tornando-a bem mais confortável.

Essa Capela foi há muitos anos demolida (1922), para que em seu lugar se levantasse o formoso templo cristão que se vê na Margem Esquerda. A comissão que nos legou esse esplêndido trabalho, era presidida pelo incansável vigário Padre José Soares Machado e constituída dos seguintes membros: Srs. José de Oliveira Gomes, Manoel Rodrigues Fontes, João Pôrto Filho, José Pôrto Sobrinho e Abdias Pinto (1).

Por lei provincial n.º 37 de 29 de março de 1876 foi elevada à Freguesia, sendo canonicamente instituída por provisão do Vigário Geral, datada de 16 de agosto do mesmo ano, conforme adiante se verá.

Como se sabe, desde quando as Estradas de Ferro «São Paulo e Rio de Janeiro» e «D. Pedro II» assentaram seus trilhos na Margem Direita, houve o deslocamento de tóda atividade da nascente cidade para aquêlê lado. O patrimônio, em terras, oferecido a Santo Antonio, na Margem Direita, a movimentação das estradas de ferro que aí se encontravam, o intenso comércio e, ainda mais, a topografia do terreno, foram a causa de criação da Freguesia sob a denominação de Santo Antonio da Cachoeira.

As terras que hoje constituem o município de Cachoeira, por longo tempo fizeram parte do município de Lorena.

O seu desenvolvimento foi muito moroso e só se pronunciou com sintomas promissores, quando os engenheiros (sob a chefia do Dr. Newton Benaton) começaram a derrubar as matas por onde deviam passar as locomotivas da Estrada de Ferro «São Paulo e Rio» e «D. Pedro II». A «São Paulo e Rio» inaugurou a sua estação nesta cidade,

ligando Cachoeira a São Paulo, no dia 7 de julho de 1877.

1) Decorridos quarenta anos - (1922-1962) a capela do Bom Jesus se mostrou em estado precário. O fôrro cedia, o telhado antiquado, os vitrais depredados e, internamente, notava-se ausência de ordem e de estética. A Professora Maria de Lourdes Gomes Ramos, com permissão do Bispo de Lorena, D. José Melhado Campos, se constituiu em comissão e, depois, de um esforço ingente, nos deu a formosa Igreja do Bom Jesus, um primor de bom gosto e ambiente de religiosidade - órgão, pintura, bancos, paramentos e altar-mor. A professora Maria de Lourdes é bisneta do Coronel José Antonio de Oliveira Pôrto e neta do Comendador José de Oliveira Gomes que, pode-se dizer, desde tempos afastados foram os patronos do venerando templo. É filha de Eurídice Pôrto Gomes Ramos e do autor desta narrativa.

«Freguesia e Distrito de Paz»

Por lei provincial n.º 37 de 29 de março de 1876, foi Cachoeira elevada à Freguesia, sendo canonicamente instituída, por provisão do Vigário Geral, datada de 16 de agosto do mesmo ano. Nessa mesma lei se criava o Distrito de Paz da nova Freguesia, conforme os seguintes documentos:

«Lei n.º 37 de 29 de março de 1876 -

O Juiz de Direito, Sebastião José Pereira, Presidente da Província de São Paulo etc. etc. etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei, a Lei seguinte:

Art. I - Fica elevada à categoria de Freguesia, a Capela de Santo Antonio da Cachoeira, na Paróquia de Lorena.

Art. II - A nova freguesia pertencerá ao Município de Lorena.

Art. III - É o Governo autorizado a determinar as divisas dessa Freguesia, nos municípios circunvizinhos.

Art. IV - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a tôdas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Governo de São Paulo, aos 29 dias do mês de março de 1876.

(L.S.) Sebastião José Pereira»

Primeiras Divisas:

«Ato da 24 de julho de 1876».

Divisas

O presidente da Província em vista das informações prestadas pelas Câmaras Municipais de Lorena e Cruzeiro, aquela em Offício de 16 e esta de 20 de Maio próximo passado e autorizado pelo Artigo 3.º da Lei Provincial n.º 37 de 29 de Março antecedente, estabelece as seguintes divisões para a nova Freguesia de Santo Antonio da Cachoeira que ficará pertencente ao primeiro dos referidos Municípios a saber: «Em relação ao Município e Paróquia de Cruzeiro, começarão na barra de um pequeno córrego que deságua no rio Paraíba, pouco abaixo da ponte de ferro de D. Pedro II no mesmo rio Paraíba, da dita barra devem seguir por um espigão que fica ao lado Sul, a procurar um vallo das divisas da fazenda de José Maria de Macedo, que vai ter a um pequeno córrego; por este abaixo até onde faz barra um outro córrego que verte dos sítios dos herdeiros do finado Antonio Francisco de Castilho; por este acima até encontrar com terras do Patrimônio do Senhor Bom Jesus; pelo rumo do mesmo Patrimônio com a fazenda do Dr. Antonio José da Costa Júnior até ao rio Paraíba e por este abaixo até ao primeiro ponto de partida. Em relação a Lorena começarão pelo ribeirão das Caninhas, desde o rio Paraíba até a fazenda do Cap. José Antonio Estêves e José Rodrigues da Motta Coutinho a tocar as divisas da fazenda deste com as de José Antonio Nogueira de Sá e desta até ao alto da Serra do Quebra Cangaihas, ficando a fazenda Nogueira de Sá para Lorena.

Palácio do Governo de São Paulo, 24 de julho de 1876.

Sebastião José Pereira.»

Município ou Vila

Pela Lei n.º 5 de 9 de março de 1880, foi a então Freguesia elevada a categoria de Vila, sob a denominação de Vila de Santo Antonio da Bocaina. Eis a referida lei:

«Lei n.º 5,
9 de março de 1880:

Laurindo Abelardo de Brito - Presidente da Província de São Paulo etc. etc. etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. I - Fica elevada a categoria de Vila, sob a denominação de Santo Antonio da Bocaina, a atual Freguesia de

Santo Antonio da Cachoeira;

Art. II - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando portanto, a tôdas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário desta Província a faça cumprir publicar e correr.

Dada no Palácio do Govêrno da Província de São Paulo, aos 9 dias do mês de março de 1880.

(L.S.) Laurindo Abelardo de Brito:

«A lei n.º 44 de 3 de abril de 1882 desmembrou da Vila da Bocaina para anexar ao município de Cruzeiro os terrenos do Bom Jesus que estavam encravados na fazenda do Dr. Costa Júnior servindo, ali, de divisa entre um e outro município a estrada que, partindo da porteira do pasto da fazenda do Dr. Costa Júnior, segue em linha reta até aos terrenos de José Maria Macedo, passando pela mesma chácara do Dr. Costa Júnior».

Câmara Municipal

Na ata, que se segue, acham-se bem esclarecidas as notas principais de instalação do município da Vila de Santo Antonio da Bocaina.

«Ata da Sessão da Camara Municipal de Lorena para Instalação da Camara da Villa de Santo Antonio da Bocaine.

Aos oito dias do mês de Janeiro de 1883, nesta Villa de Santo Antonio da Bocaina, município de Lorena, em o torreão do Edifício da E. F. D. Pedro II - Presente o Presidente da Câmara Municipal de Lorena e os vereadores Exmos. Srs. Dr. Theophilo Braga, Major Bráulio Moreira de Castro Lima, Domingos Marcondes de Andrade, Alferes Francisco Marques de Oliveira, Alferes Antonio Mansueto, Rodolpho Machado, Manoel da Costa Neves e Silva, Tenente José Mariano Ribeiro da Silva e sendo assim abriu a sessão e declarou que o fim especial, era instalar a Câmara desta Villa, e achando-se presentes os Srs. Vereadores o Sr. Presidente convidou em comissão o Exmo. Sr. Dr. Theophilo Braga, Rodolpho Machado, Major Bráulio Moreira, Manoel da Costa Neves e Sr. Mansueto Osório para convidá-los a prestar juramento, o que foi feito tomaraõ seus lugares e o Sr. Presidente deferiu-lhes o juramento na forma da lei. Igualmente foram convidados os Srs. José Fructuoso Ferreira, João Jacintho de Agular Borges, Tenente Galdino

Rodrigues Pereira Goulart e Miguel Rangel dos Santos Maia, Juizes de Paz desta Paróquia a prestarem juramento, os quais na forma da lei assim procederão. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Sr. Tenente Domiciano Rodrigues Pinto a ocupar a cadeira de Presidência, afim de proceder a eleição de Presidente desta Câmara e também a de Vice-Presidente o que foi feito.

O Sr. Vereador Saturnino de Seixas, pediu a palavra e disse que podendo, como a exemplos em outros lugares ser a eleição nominal, assim, queria, no que se opôs o Sr. Vereador Joaquim dos Santos Pinto Júnior e o Sr. Presidente consultando a Câmara teve de assim proceder pelo que foi a votação secreta.

O Sr. Presidente declarou que ia proceder a eleição de Presidente desta Câmara e convidou os Srs. Vereadores a darem seus votos, e, feito deu o seguinte resultado - Tenente Domiciano Rodrigues Pinto, 3 votos - Joaquim dos Santos Pinto Júnior, 2 votos - Joaquim José Rodrigues da Motta, 1 voto - e um em branco - depois os convidou a proceder a eleição de Vice-Presidente - a qual deu o seguinte resultado: Manoel Saturnino de Seixas, 4 votos - Tenente Joaquim José Rodrigues da Motta, 1 voto - Joaquim dos Santos Pinto Júnior - 1 voto. Pelo que o Sr. Presidente declarou que fôra eleito para presidente - Domiciano Rodrigues Pinto e Vice-Presidente Manoel Saturnino de Seixas. Em ato successivo o Sr. Joaquim Cândido Pinto, declarou que por engano votara em ocasião de para Presidente - Vice-Presidente e vice-versa e protestou ambas as eleições - Findos estes atos, o Sr. Presidente suspendeu a sessão, afim de assistirem com os Vereadores e convidados o Tedeo - Laudamus, do que para constar lavro esta ata, Eu Paulino G. Bastos, secretário da Câmara Municipal de Lorena a escrevi, aos 8 dias do mês de janeiro de 1,883. Em tempo de claro que foi lançada uma cédula em branco - O Secretário - Paulino G. Bastos, Domiciano Rodrigues Pinto, Joaquim José Rodrigues da Motta, Manoel Saturnino de Seixas, Joaquim Pedro Barbosa, Joaquim Luiz de Freitas Braga, Joaquim Cândido Pinto, Joaquim dos Santos Pinto Júnior».

Durante o período monárquico foram vereadores da nossa Câmara, além dos citados na mencionada ata, mais os cidadãos: José Joaquim Gonçalves, Manoel Rodrigues Freire, Dr. Antonio Francisco de Siqueira, Augusto José da Silva Barbosa, Galdino Rodrigues Pereira Goulart, Luiz Félix França e Antonio Gomes Xavier.

Presidiram a Câmara nêsse período os Srs. Domiciano Rodrigues Pinto, Joaquim Cândido Pinto e José Joaquim Gonçalves. Com a queda do governo monárquico, as Câmaras Municipais foram substituídas pelos Conselhos de Intendência e os vereadores receberam o nome de Intendentes, sendo o primeiro Conselho de Intendência Republicano nomeado, composto dos cidadãos: Padre João Macário Monteiro, Bento Alves de Moura Coelho, Crispim Fernandes de Souza, Joaquim Silvério da Fonseca Queiroz e Luiz Rodrigues Moreira.

Devido às circunstâncias ocasionais, somente em 1883, a primeira Câmara Municipal começou a funcionar. Nesse tempo os juizes da paz eram cargos de confiança, portanto, nomeados pelo governo e não eleitos pelo povo. Nessa época a população orçava por mais de 2500 habitantes e era intensa a atividade rural. A Vila possuía 400 prédios e a renda do município era de oito contos anuais. Além das repartições públicas, perfeitamente organizadas, a imprensa, a indústria, o comércio, floresciam.

Aqui existiam uma fábrica de cerveja, uma de sabão, duas de telhas e tijolos, oficinas de serralheiros, ourives, ferreiros e latoeiro; dois relojoeiros, três padarias, quatro hotéis, três kiosques, farmácia, dois médicos, um bilhar, um açougue, dois alfaiates, dois cabeleleiros, dois dentistas, cinco comissários, seis lojas de fazendas e armarinhos, dezessete casas de molhado, um negociante de sal em grosso, trinta lavradores de café e cana de açúcar, três semanários entre os quais o «Eco Municipal» que tinha uma tiragem de 1200 exemplares, sob a direção de Saturnino de Seixas e a «Gazeta da Bocaina» dirigida por Pedro Teixeira.

«Lei n.º 1470 de 29 de outubro de 1915.

Muda para a denominação de Cachoeira, o nome do distrito de paz, do município e comarca de Bocaina e restringe para o de Piquête a designação da Vila Vieira de Piquête. O Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado de São Paulo:

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Art. I - Passam a ter a denominação de Cachoeira o distrito de paz, o Município e a Comarca da Bocaina.

Art. II - Passam a denominar-se Piquête o distrito de paz e o município de Vila Vieira de Piquête.

Art. III - Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário do Estado dos Negócios do Interior assim a faça executar.

Palácio do Governo de São Paulo, aos 29 de outubro de 1915.

Francisco de Paula Rodrigues Alves,

Altino Arantes».

Em Dezembro de 1891, eclodiu em São Paulo uma revolução, sendo deposto o Dr. Américo Brasiliense e ascendendo ao poder o Dr. Cerqueira César.

Em consequência deste ato, o Conselho de Intendência desta Vila foi também deposto e proclamados pelo povo reunido

na praça pública, legítimos representantes do município, os Srs. Dr. Cícero Anatólio Vieira Brasil, Luiz Rodrigues Moreira, Joaquim Silvério da Fonseca Queiróz, José da Rocha Carneiro, João Dias de Matos, Antonio Marques de Seixas, Capitão José Joaquim Gonçalves e como delegado de polícia o Sr. Joaquim Cândido Pinto. Essa deposição efetuou-se sem incidente desagradável, no dia 14 de dezembro de 1891, tendo o Secretário do Conselho deposto se apresentado para fazer a entrega do arquivo. Por decreto de 19 de julho de 1892, cessaram os Conselhos de Intendência, para novamente, ficar com a designação de Câmara e os intendentess com os nomes de vereadores eleitos. Efetuadas as eleições, assim ficou composta a nova Câmara: Srs. Cel. Domiciano Rodrigues Pinto, João Pinto Fernandes, João Antonio de Oliveira Pôrto, Diogo Ramos de Oliveira, José Joaquim Gonçalves e Joaquim Cândido Pinto. Foram Presidentes dos Conselhos de Intendência, os Srs. Casimiro dos Santos Pinto, Dr. Cícero Anatólio Vieira Brasil, Joaquim Pinto Barbosa e Joaquim Silvério da Fonseca Queiróz. A Câmara escolhia dentre os seus membros um para exercer as funções de Intendente Geral.

Os intendentess tiveram função desde 1892 até 17 de janeiro de 1908, data em que receberam o nome de prefeitos. Foram intendentess os cidadãos: Cap. José Joaquim Gonçalves, Cel. Domiciano Rodrigues Pinto, Manoel do Nascimento Silva e Virgílio Neves.

Foram prefeitos os Srs.: Virgílio Neves, Dr. João Evangelista Rodrigues, Major Severino Moreira Barbosa, João Barbosa Ferraz Filho e Antonio da Silveira Mendes (1930). Foram Presidentes da Câmara os Srs. Cel. Domiciano Rodrigues Pinto, José Joaquim Ferreira, João Antonio de Oliveira Pôrto, Joaquim Pinto Barbosa, Deocleciano Ramalho, Dr. Antonio Joaquim Gonçalves Rocha, Francisco Ribeiro Barbosa, Dr. João Evangelista Rodrigues, Severino Moreira Barbosa, Antonio Joaquim Rodrigues e Major José Antonio Nogueira de Sá. (até 1930).

A Vila de Bocaina foi elevada à categoria de cidade pela lei municipal n.º 14 de 15 de maio de 1895.

Câmara Municipal: Em 1930, instalou-se no país um governo ditatorial sob a chefia do Sr. Getúlio Vargas, sendo extintas as Câmaras Municipais.

Foram reabertas em 1936 e a 23 de julho, desse mesmo ano, verificou-se a instalação da de Cachoeira Paulista.

Foi eleito Presidente o Sr. Avelino da Silveira Mendes.

Reeleito em 1937 viu seu mandato anulado pela instituição no país do chamado «Estado Novo» (10-11-1937).

Foram Presidentes da Edilidade de Cachoeira Paulista, a partir de 1948, quando foi restabelecida a ordem legal, os senhores: Edgar de Andrade Ferraz - (6 vezes), Raul Rios Filho, Alcides Sacilotti, Wagner Carneiro Marcondes, Mário Pacheco Filho, Eurico Martins Lara (3 vezes), João Leite do Prado, Erasmo Pompéia Pinto, José Mário Reis Pinto, Frederico Ferretti Filho, Antonio Benedito Hummel (Vice-Presidente), Fernando de Molière Romeiro (2 vezes) e Gilberto de Souza, atual presidente.

Prefeitura: A partir de 1930 exerceram o cargo de prefeito Municipal os Srs.: José Ortiz Nogueira, Dr. Milton Cavalcanti Pina, Agostinho Vicente de Freitas Ramos (quatro vezes), Fernando Máximo, Deocleciano da Silva Azevedo, Abdias Pinto, José Carlos de Souza, D. Adele Bénaton Guimarães, José Rodrigues do Prado Filho, Roque Cozzi, Erasmo Pompéia Pinto (três vezes), Geraldo Francisco dos Santos, Luiz de Campos Alves e D. Edila Aida de Andrade Couto, eleita para o quadriênio 1969-1972.

Outras Divisas

Com a criação da Comarca de Cruzeiro (1934) foi extinto o município de Jataí (Sapé) e todo seu território incorporado ao município de Cachoeira Paulista e bem assim os bairros de Embaú, Embaúzinho e Quilombo, até então, partes integrantes do município de Cruzeiro.

Dado, porém a motivos que não é oportuno recordar (nessa época não eramos prefeito) quase todo o território do extinto município de Jataí, posteriormente, passou a pertencer a Cruzeiro, vindo a divisa, entre esses dois municípios a ser no chamado «Rio das Pedras».

Então pelo decreto n.º 9775 de 30/11/1938 - firmado pelo inventor Dr. Ademar de Barros - Cachoeira Paulista passou a ter as seguintes divisas:

com o município de Cruzeiro

«Começam no espigão intermediário das águas dos ribeirões Embaú e Piquete, cabeceira do córrego Mendanha, seguem pelo espigão até a junção daqueles dois cursos, descem pelo Embaú até a barra do ribeirão Passa Vinte, e por este até o rio Paraíba, pelo qual sobem até a barra do ribeirão do Alegre, por este acima até a boca do córrego da Dorotéia pelo qual vão até sua cabeceira, atingindo a rumo o espigão que deixa a direita, as águas do ribeirão do Alegre e, a esquerda, as do ribeirão do Paiol».

com o município de Silveiras

«Começam no espigão que deixa, a direita, as águas do ribeirão

do Alegre, e a esquerda, as do ribeirão do Paiol, em frente a cabeceira do córrego da Dorotéia, seguem pelo espigão até cruzar com o divisor que deixa a direita as águas do ribeirão Jataí ou das Marrecas, e, a esquerda, as do ribeirão Silveira, indo até a barra do ribeirão do Bravo, no rio da Bocaina, sobem por aquêle até a boca do córrego São Miguel, vão daí, em reta à cabeceira mais setentrional do ribeirão do Entrecosto, na Serra da Bocaina».

com o município de Lorena

«Começam na Serra da Bocaina, na cabeceira mais setentrional do ribeirão do Entrecosto, seguem pela crista da Serra até a cabeceira mais meridional do ribeirão Caninhas, por este abaixo até o rio Paraíba, e por este acima até a barra do córrego Limoeiro, pelo qual sobem até sua cabeceira, continuam pelo espigão até a cabeceira mais meridional do córrego Santa Galo ou Vargem Grande».

com o município de Piquê

«Começam no espigão em frente à cabeceira mais meridional do córrego Santa Galo, ou Vargem Grande, pelo qual descem ao ribeirão Piquê, seguem por este até a boca do córrego Passa Quatro, e por este até a barra do córrego Mendanha, pelo qual sobem até sua cabeceira, atingindo por fim, o espigão intermediário entre as águas dos ribeirões Piquê e Embaú, onde tiveram início estas divisas».

Novamente em 1953, Piquê absorveu uma boa parte do território Cachoeirense e as divisas entre esses dois municípios vieram ter dentro da povoação do Quilombo.

A esse tempo não éramos prefeito de Cachoeira.

Finalmente, as atuais divisas do município são as do documento seguinte:

Pela Lei nº 2456 de 30-12-1953 são confirmadas as divisas constantes da Lei nº 8.050 de 31-12-1963.

Lei nº 8.050 de 31 de Dezembro de 1963

Dispõe sobre o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado.

Artigo 1.º - O Quadro territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, para o quinquênio 1964-1968, é o estabelecido nesta lei.

Município de Cachoeira Paulista (Criado em 1880)

a) - DIVISAS MUNICIPAIS

- 1 — **Com o município de Cruzeiro.**
Começa no divisor intermediário das águas dos ribeirões Embaú e Passa Quatro, na cabeceira do córrego Mendanha; segue por este divisor até o contraforte entre o Ribeirão Piquete, à direita, e o córrego Caxambu, à esquerda; prossegue por este contraforte em demanda da fóz do córrego Caxambu, no ribeirão Embaú, pelo qual desce até sua fóz no ribeirão Passa Vinte e por este até o rio Paraíba, pelo qual sobe até a fóz do ribeirão das Pedras; sobe por este até o ribeirão do Alegre; sobe por este até a fóz do córrego Dorotéla ou Santa Cabeça, pelo qual sobe até sua cabeceira no divisor que deixa, à direita, as águas de ribeirão do Alegre e à esquerda, as do ribeirão do Paiol.
- 2 — **Com o município de Silveiras.**
Começa na cabeceira do córrego da Dorotéla ou Santa Cabeça, no divisor entre as águas do ribeirão do Alegre, à direita e as do ribeirão do Paiol à esquerda; segue por este divisor até entroncar com o divisor entre as águas do ribeirão do Alegre e córrego Santa Galo; prossegue por este divisor até a cabeceira do córrego da Divisa; desce por este até sua fóz no córrego Santa Galo, pelo qual desce até sua fóz no ribeirão Palmital; segue pelo contraforte da margem esquerda do ribeirão Palmital até o divisor Palmital-Bocaina; caminha por este divisor até entroncar com o contraforte da margem direita do córrego Nossa Senhora da Conceição; prossegue por este contraforte em demanda da fóz do córrego Nossa Senhora da Conceição no rio Bocaina, pelo qual sobe até a fóz do rio do Bravo; sobe por este até a fóz do ribeirão São Miguel pelo qual sobe até o córrego Urutaguá; sobe por este até a fóz do córrego de Ramiro Emboaya, pelo qual sobe e pelo galho sul até sua cabeceira mais meridional no espigão Paraíba-Paraitinga, que é a serra do Quebra Cangalha; segue por esta serra até a cabeceira mais setentrional do córrego da Cachoeira.
- 3 — **Com o município de Lorena.**
Começa na serra do Quebra Cangalha (Bocaina) que é o espigão entre o rio Paraíba e Paraitinga, na cabeceira mais setentrional do córrego da Cachoeira; segue pela crista da serra até a cabeceira mais meridional do ribeirão Caninhas; desce por este até o rio Paraíba, sobe pelo rio Paraíba, até a fóz do córrego Limoeiro, pelo qual sobe até sua cabeceira daí, vai, em reta, ao espigão Branco-Piquete, na cabeceira sudoriental do ribeirão do Areão.
- 4 — **Com o município de Piquete.**
Começa na cabeceira sudoriental do ribeirão do Areão, pelo qual desce ao ribeirão Piquete; sobe por este até a fóz do ribeirão

Passa Quatro, e por este até a fôz do ribeirão Jaracatiá; sobe por este ribeirão até a fôz do Córrego Mendanha, pelo qual sobe até sua cabeceira no espigão intermediário entre as águas dos ribeirões Passa Quatro e Embaú, onde tiveram início estas divisas. (Publicado no Diário Oficial do Estado, em 31 de Dezembro de 1963 - sob o n.º 247)

Notas diversas

1.817 - junho - 16 — É benta a ermida de Santo Antonio da Cachoeira (a 2.a).

— Até 1822, quase nada de importante deu-se nesta região. Os oradores que de 1850 a 1890 falavam sobre os mais variados assuntos, apenas, se referiam a Cachoeira de 1790-1822, na sua quase inexpressão de povoado incipiente. Era o ponto de passagem de tropas e local famoso pela pericia dos ferradores de animais. O «Caminho Novo» absorvia todas as atenções dos comerciantes-viajantes (cometas).

— Após as viagens de Saint-Hilaire, Cachoeira continuou a ser o mesmo arraial semi-abandonado. Certo é que a lavoura de café se intensificava. Derrubava-se a mata e repontava a famosa rubiácea, em searas magníficas.

Para Queluz convergiam os viajantes da Corte e tropeiros e daí para as Gerais. Guaratinguetá e Lorena absorviam os produtos de São Paulo para redistribuí-los pela região.

Tal era o abandono ou desconhecimento desta povoação que, Emílio Zaluar, no seu livro «Peregrinação pela província de São Paulo» (1880) não faz referência alguma a Cachoeira e, no entanto, descreve todas as cidades de Bananal a Mogi das Cruzes.

Cachoeira, como que se estiolava entre o Caminho Novo e o Paraíba. Apenas, o grande movimento de tropas, já descrito em páginas anteriores.

A partir de 1850 começou a abrir-se para o Vale do Paraíba uma grande clareira - a Estrada de Ferro Pedro II (E. F. C. B.)

- Segundo Olímpio Catão, (historiador lorenense) quando Cachoeira era bairro, depois distrito, ou Freguesia de Lorena, a situação policial, ou mesmo de fiscalização e algo de administração, era a seguinte:

Quarteirões:

Palmital acima - 361 hab. Alferes Albino Rodrigues da Mota.

Palmital abaixo - 141 hab. Bráulio Moreira de Castro Lima.

Bocaina acima - 234 hab. Leocádio Antunes de Siqueira,

Bocaina abaixo - 115 hab. João Batista da Velga,

Pitas - 394 hab. Firmino Pereira da Silva.

Minhocas -

Três Barras - 150 hab. Luiz Paes de Oliveira Rosa.

Não há referência sobre terrenos da Margem Esquerda, pois que, mais tarde, quase toda essa área passou a pertencer a Cruzeiro.

- Verificando a grafia do nome e significado de nossos ancestrais indígenas, encontramos:

a) puri, índios - tribo.

b) puris - mestiço de índio.

c) purys, - índios.

... mansos, antropófagos ... falta apurar.

Vários nomes de Cachoeira

1.o -- Caxoeiras - (corredeiras) - primitivo.

2.o -- Pôrto da Caxoeira.

3.o -- Cachoeira de Lorena.

4.o -- Santo Antonio do Pôrto da Cachoeira.

5.o -- Vila da Bocaina.

6.o -- Cachoeira.

7.o -- Valparaíba.

8.o -- Cachoeira Paulista.

Capítulo VI

Sumário — Bairros. — Ruas. — e Praças.

Bairros:

Quilombo - «Casa no mato» onde se refugiavam os escravos. Naturalmente, esse bairro, acolheu os fugitivos.

Embaú - Apesar das diversas corruptelas e, mesmo, outros nomes, Embaú, vem de embaúba - árvore conhecida e muito comum na região - alimento da preguiça (animal).

Embauzinho - Diminutivo de Embaú.

Limoeiro - vem de limão que era farto nas cercanias. É o mais antigo bairro, pois; tropas, comerciantes, bandeiras, aventureiros, que atravessavam o Paraíba no pôrto do Meira e Hepacaré, em Lorena, ganhavam logo o bairro do Limoeiro (entre Cachoeira e Lorena) atingiam o Embaú e daí demandavam às Gerais.

Palmital - Grande bairro cujo nome provem da palmeira que dá palmito, então, abundante naquelas terras.

Pitas - Seu nome vem do vegetal muito conhecido.

Bocaina - (Depressão na cordilheira) É o maior bairro deste município. Parte das proximidades do perímetro urbano e vai ter até aos contra fortes da serra de onde tira o nome.

Sapé ou Jataí - Antigo município. Vegetais conhecidos lhe deram o nome. Há outros numerosos bairros que são sufragâneos dos bairros maiores como: Santa Rita, Xavier, Rio do Bravo, Sertão da Usina, Caneleiras, Mato Dentro, São Miguel Salamanco, Santa Cabeça.

Ruas e Praças:

Margem Esquerda

A primeira rua de Cachoeira Paulista, foi a «Bom Jesus», que em forma de trilho, partia da capelinha (local atual) e avançava até o camicho por onde passavam as tropas de Minas Gerais, hoje Rua São Benedito.

Pela ata da câmara de 12-8-88, indicações do vereador Manoel Saturnino de Seixas, várias ruas da Margem Esquerda receberam os seguintes nomes: Major Francisco de Oliveira Borges, Augusta, Baixa, Santa Cruz, e da Boa Vista que ia até a porteira da fazenda do Dr. Costa Junior.

Só muito mais tarde, quando a Margem Esquerda se desenvolveu e, então, foi formado o atual quadro de suas vias públicas. E las, com os respectivos motivos:

Fraça e Rua Bom Jesus - em homenagem ao primitivo orago.
Rua 29 de Março - data da lei provincial n.º 37 de 1876 que elevou a povoação à Freguesia.

Travessa Campos Sales - Presidente da Republica, pertence a história.

Rua São Benedito - das mais antigas. Homenagem ao Santo.

Rua Rangel Pestana - Homenagem a Francisco Rangel Pestana, um dos componentes do triunvirato que, após, a proclamação da República, governou São Paulo.

Rua Padre Antonio - Padre Antonio Caetano Ribeiro, 1.º vigário de Cachoeira Paulista.

Rua Coronel João Pôrto - João Antonio de Oliveira Pôrto, foi presidente da Câmara Municipal.

Vila Alaide Tereza - em homenagem à professora Alaide Gomes Ramos, filha do autor desta narrativa, atualmente, lecionando em Santo André.

Margem Direita

Deslocando-se a cidade da Margem Esquerda para a Direita, assim foram designados suas ruas e praças até 1950.

Praça «Costa Júnior» - Dr. Antonio José da Costa Júnior, fazendeiro, proprietário, deputado provincial e federal e um dos fundadores de Cachoeira.

Rua Pinto Fernandes - Capitão João Pinto Fernandes. Veio para Cachoeira nos seus alvares e se incorporou ao seu desenvolvimento. Foi camarista.

Rua Prudente de Moraes - Lembra o nome do grande presidente da República, criador do termo da Comarca. Seu primitivo nome era «Rua do Sapo».

Rua 7 de Abril - Data da abdicação (1831) de D. Pedro I.

Praça Monsenhor Machado - Mons. José Soares Machado, vigário da paróquia de 1917 a 1939.

Rua São Miguel - Homenagem ao mais potente dos arcanjos.

Rua Coronel Vieira - Joaquim Vieira Teixeira Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Lorena e que presidiu a posse da Câmara de Cachoeira (1883). Primitivo nome da Rua São Sebastião.

Rua Major Batista - João Batista do Nascimento. Homem de reais préstimos e que assistiu Cachoeira em vários cargos, quando do seu início. Era de Pindamonhangaba.

Rua Santo Antonio - Nome do padroeiro.

Rua 13 de Maio - Lembra a data da libertação dos escravos. Seu primitivo nome era «Rua Alegre» e «Cadeia Velha».

Praça Evangelista Rodrigues - Homenagem ao grande Cachoeirense cuja biografia vai em outro local.

Travessa Coronel Gonçalves - José Joaquim Gonçalves (Cél. Juquina) vereador e intendente deste município.

Rua Marechal Deodoro - Proclamador da República.

Rua Prefeito Mendes - Antonio da Silveira Mendes, grande batalhador pelo progresso da cidade. A revolução de 1930 encontrou-o no

cargo de prefeito municipal. Essa rua, primitivamente, recebeu o nome de «15 de Novembro».

TRAVESSA GOMES XAVIER - Antonio Gomes Xavier, foi um dos fundadores da Cachoeira, exercendo vários cargos públicos. Farmacêutico da mais alta competência, instalou nesta cidade uma farmácia e um laboratório. Até hoje estão atualizados os produtos «Xavier». Deve datar de 1880 o lançamento dos famosos medicamentos - «pati amargoso» e «xarope de alcitrão».

Praça Major Lombardi - José Lombardi, natural da Itália. Grande amigo da cidade, aqui empregando suas economias. Foi provedor da Santa Casa. Essa praça primitivamente recebeu o nome de Praça «General Francisco Glicerio» depois «João Pessoa».

Rua Bernardino de Campos - Lembra o nome do grande presidente de São Paulo que, por decreto de 25 de Agosto de 1892, criou a comarca de Cachoeira Paulista.

Rua Ribeiro de Almeida - Engenheiro da E. F. C. B., chefe do Ramal e a quem se deve a instalação do antigo 7.º depósito, depois L. L. 10.

Rua José Pôrto Filho - Cachoeirense dos mais dedicados, farmacêutico caridoso, participou em tempo da vida ativa da cidade.

Rua Norival Pinto - Fazendeiro, foi um dos maiores incentivadores da criação do gado holandês, neste município.

Rua Barbosa Ferraz - (antiga rua da Palha). João Barbosa Ferraz - português. Batalhou pela causa da cidade. Muito lhe valeu a amizade que lhe devotava o Conselheiro Rodrigues Alves. Procurava a tudo ajudar. Beneficiou a capela do Bom Jesus, quando de sua reconstrução em 1871.

Avenida Rodrigues Alves - (antiga rua da Ráia) - Lembra o nome do grande presidente que pertence a história. Em 1915 decretou a mudança do nome de Vila da Bocaina para Cachoeira.

Avenida Cél. Domiciano - Domiciano Rodrigues Pinto - o varão a quem Cachoeira, no seu início, tudo deve.

Praça Prado Filho - José Rodrigues do Prado Filho - Cachoeirense esforçado, devotado à sua terra. Foi prefeito e um dos inventores das grelhas rotativas. Esse logradouro público recebeu os seguintes nomes: Largo da Cadeia «Praça Independência», «General Isidoro Dias Lopes».

Praça Carvalho Araujo - Diretor da E. F. C. B. e benfeitor da cidade.

Praça Santo Dumont - Nome do grande inventor do mais pesado que o ar.

Rua Ministro Cardoso - Dr. Francisco Cardoso Ribeiro - Cachoeirense, juiz em várias comarcas, secretário de Estado e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Rua São Sebastião - Esta rua, a princípio recebeu o nome de «Major Vieira» e se localizava onde hoje se situa a «Rua Santo Antonio». Posteriormente, veio a conservar a mesma denominação em seu novo local, na época atual. Então a Rua Santo Antonio teve seu início e, até, hoje, conserva esse nome. A Rua Major Vieira foi mudada para o local onde se conserva.

Rua 7 de Setembro - em homenagem à data da Independência. Antes, Rua Dr. Newton Benaton.

Vilas

Carmem - Nome da professora Carmem Fontes.

Alaíde Tereza - Nome da professora Alaíde Tereza Ramos.

Cacarro - Nome do fazendeiro Carlos Pinto Filho.

Carmelina - Nome da Senhora Dacicleiano Azevedo.

São João - Nome do grande Santo.

Parque Primavera

— Os nomes dessas Vilas obedeceram a vontade dos proprietários dos terrenos que assim homenagearam pessoas de suas famílias, a saber: Manoel Rodrigues Fontes, Agostinho Ramos, Luiz de Campos Alves, Benedito da Silva Azevedo e Artur Moreira Barbosa.

Zona Suburbana

Bairros - «Comuna», «Itelvina», «Morro Vermelho», «Minhocas», «Lagoa Seca», «Pitéo» e «Mão Fria».

«Comuna» - Era a área compreendida entre a Capela do Bom Jesus e Rio Paraíba, frente a Estação. Como aí se alojavam tropas, tropeiros,romeiros, em grande numero, sem serem incomodados, adveio o nome de «Comuna» até agora conservado.

«Itelvina» - Bairro até hoje chamado «atrás do morro» é, onde em outros tempos, morou a velha Itelvina, figura tradicional.

«Morro Vermelho» É o mais antigo nome da Margem Direita e provem da cor do seu barro.

Lagoa Seca - Não há outro modo de interpretar essa denominação senão, pela existência aí, de uma lagoa, que secou.

Pitéo - Quando do «Caminho Novo» ou «Estrada do Imperador», José Pinto de Souza Pitéo, morador do Pau Grande em Lorena, instalou

nesse local uma hospedaria, estalagem, ou coisa que o valha. Preparava quitutes (pitéo). Tornou-se conhecido e daí o nome do bairro, por esses dois motivos.

«Mão Fria» - Duas versões, assim, rezam: a 1.ª - Todas as manhãs a velha preta apertava a mão dos hóspedes dessa chácara que regressavam da fonte, onde ia lavar o rosto, dizendo: «que mão fria!» «que mão fria!»

Outra versão, porém lendária: nas cercanias de Cachoeira Paulista, na Margem Esquerda do Rio Paraíba, habitavam os Puris - índios supersticiosos, tementes a Tupã.

Entre as belas da tribo estava Maná, filha do cacique Taboré. Em cerimonial, Maná é consagrada a Tupã (nova Vestal).

Acontece, porém, que Maná encontra-se com o jovem Catú. O amor nasce. Tupã enraivecido faz cair u'a mãe de ouro nos campos indígenas. Maná, curiosa, aproxima-se do objeto estranho. Sente que u'a mão fria, gelada, arrasta-a para o interior da terra.

Ela vai-se afundando, desaparecendo, ficando à tona apenas, seus olhos tristes, derramando lágrimas.

Essas lágrimas se transformaram em fonte de água pura e cristalina. (Mão Fria).

Era o viogança de Tupã . . .

Ato n.º 3

«Agostinho Ramos Prefeito Municipal da cidade de Cachoeira nomeado na forma da lei, considerando que nesta cidade de Cachoeira existem ruas com nomes em duplicata;

Considerando que várias ruas e travessas permanecem sem designação definitiva.

Resolve

a) Dar o nome de Avenida Silva Caldas, à rua que vai da linha ferrea à ponte sobre o Rio Paraíba. (1)

b) Avenida Cel. Carlos Pinto, à rua que partindo da porteira da Central, no local chamado «Boeiro» vai ter além do Depósito. (2)

c) Padre Francisco Filippo, à rua Ten. Domiciano, a qual partindo do Largo da Matriz vai terminar na rua Cap. Pinto Fernandes. (3)

d) João Marcondes, à rua que partindo da rua Bernardino de Campos vai ter à Avenida Cel. Domiciano (atualmente chamada Saturnino Silva) (4)

e) 9 de Março, à rua que, partindo da Avenida Rodrigues Alves, vai ter aos fundos de um terreno do Sr. Antonio Sacilotte filho (atualmente chamada Travessa Saturnino Silva) (5)

f) Dr. José Ignácio, à rua que partindo da Avenida Rodrigues Alves vai ter à rua São Sebastião, passando por traz do futebol; (6)

g) Abelardo de Brito, à rua que atualmente tem o nome de Travessa Santa Casa; (7)

h) Alto da Boa Vista, à toda zona de construção esparsa situada entre as ruas Ribeiro de Almeida e Barbosa Ferraz; (8)

Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cachoeira, 26 de Março de 1932. »

- 1) - Doador do patrimônio ao Bom Jesus.
- 2) - Um dos pioneiros do gado holandês, nesta região.
- 3) - Construtor da Igreja Matriz.
- 4) - Doador do terreno para instalação do 7.º depósito de E.F.C.B.
- 5) - Data da lavratura da lei, emancipando Cachoeira.
- 6) - O primeiro juiz desta Comarca.
- 7) - Presidente da Província que assinou a lei de emancipação de Cachoeira.
- 8) - Alto da Boa Vista.

Nota - Com o aumento acentuado da cidade muitas ruas foram abertas e, portanto, com inúmeras denominações.

Capítulo VII

Sumário — A pendência Cachoeira — Cruzeiro

Embaú com o nome de Conceição do Cruzeiro obteve sua emancipação, desmembrando-se de Lorena em 6 de março de 1871.

Cachoeira, se desligou de Lorena, tornando-se município, pela lei n.º 5 de 9 de março de 1890. Divisas amplas, justas.

A lei n.º 44 de 3 de abril de 1882, anexou a Cruzeiro os terrenos encravados na fazenda do Dr. Costa Junior. Não se sabe qual o motivo. Nasceu, então, o litígio.

Ditos terrenos, vinham morrer na Margem Esquerda, parte da rua 29 de Março, onde Cruzeiro cobrava impostos municipais.

Essa anomalia ecoou na Assembléia Provincial que tomou a providência que se segue, allás não aprovada.

«Projeto n.º 190 - A comissão de Estatística, examinando as representações da Câmara Municipal da Villa da Bocaina, em que pede que sejam restauradas suas antigas divisas com o município do Cruzeiro, considerando que a lei vigente:

1.º - Desmembrou grande parte do município da Bocaina para anexar ao de Cruzeiro;

2.o - Que tirou para esta Vila (Cruzeiro) grande parte das terras do patrimônio do Senhor Bom Jesus, orago da margem esquerda da Bocaina;

3.o - Que essa anexação foi tão injusta e caprichosa, tanto que prédios urbanos da Vila da Bocaina ficaram pertencendo ao município de Cruzeiro;

É de parecer a Comissão que sejam atendidas as representações da Câmara Municipal da Vila da Bocaina, para o que, oferece redigido, o seguinte projecto:

A Assembléa Provincial de S.Paulo decreta:

Art. 1.o - Fica revogada a lei provincial n. 44, de 3 de Abril de 1882, que alterou as divisas entre os municípios da Bocaina e Cruzeiro.

Art. 2.o - Revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões da Assembléa Provincial, 9 de Março de 1885 - João Moraes - Cônego Rodrigues de Oliveira - Leonor Ferreira-Cunha Moreira.»

Por decreto de 27 de Maio de 1890, Prudente de Moraes, criou o Termo da Bocaina, desligado da Comarca de Lorena, ficando Cruzeiro na dependência jurídica de Cachoeira.

Pela lei n.o 80 de 25 de Agô'sto de 1892 criou-se a comarca de Cachoeira, quando presidente do Estado Bernagdino de Campos, permanecendo Cruzeiro na mesma situação de dependência jurídica, mas suas fronteiras dentro de Cachoeira.

Nossos estimados vizinhos, com todos os direitos e razões que se não discutiam, durante longo tempo, bateram nas portas dos poderes competentes, pedindo sua comarca.

Não foram atendidos.

Em 1931 a situação começou a se modificar, quando o Interventor de São Paulo, Coronel João Alberto, por um circular, fez sentir aos prefeitos que só sobreviveriam, com autonomia, os municípios com renda superior a cem contos de réis (100.000\$000 anuais).

Cachoeira equilibrou-se, mais ou menos, porque seu orçamento era pouco mais do que o exigido (120.000\$000) .

Município ameaçado, levando no seu bojo a comarca - prefeito que eramos - sem ter a quem pedir, porque o govêrno era revolucionário, providencialmente, eclodiu a Revolução de «32».

Em 1934, no govêrno Armando Sales de Oliveira, voltou o assunto a ser discutido com veemência. Prefeito de Cruzeiro - o muito dedicado e grande amigo Eurico Pena, já, então, São Paulo com um govêrno civil e paulista, eis que nos valem de três ilustres cachoeirenses:

Dr. Waldomiro Silveira - secretário da justiça (nesse governo), Dr. João Evangelista Rodrigues, juiz na Capital e Dr. Francisco Cardoso, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Novas divisas - Finalmente, pelo decreto n.º 6.448 de 21 de Setembro de 1934 foi anexado ao município de Cachoeira todo o município de Jataí (então extinto pelo mesmo decreto) e uma parte do Distrito do Embaú, Embauzinho e Quilombo.

Então, Cruzeiro obteve sua desejada, justa, oportuna comarca e Cachoeira afastou suas divisas para bem longe, aumentando, grandemente, a área do seu município.

O povo solenizou, efusivamente, esse acontecimento pelo qual foi mantida a comarca e ampliado o município.

« A posse do Embaú - Domingo passado (19 de Agosto de 1934) o Sr. A.R. prefeito municipal, em atenção ao que dispõe o decreto n.º 6.448 de maio deste ano e consequentes instruções do Departamento de Administração Municipal, dirigiu-se à Vila do Embaú em companhia do Dr. Delegado de Polícia, Coletores Federal e Estadual e demais pessoas gradadas desta cidade. Antes de chegar à referida vila, já os rojões espoucavam no ar, o que demonstrava, patentemente, a satisfação dos embahuenses.

Recebida a comitiva, na porta do posto policial, ali foram saudadas as autoridades cachoeirenses pelo sr. José de Oliveira Montenegro, que proferiu expressiva oração.

Chovia, e assim sendo, ingressaram todos no amplo salão das audiências do juizado de paz no prédio referido. Ali usaram da palavra primeiro, o dr. Delegado de Polícia e depois o sr. Prefeito Municipal.

Pelo secretário da Prefeitura de Cachoeira, sr. Benedicto E. Rodrigues Alves foi lavrada a competente acta, que foi assignada pelas numerosas pessoas presentes.

Lá fora os rojões papoucaram vinte minutos, ininterruptamente.

Usou então da palavra, a professora srta. Maria Aparecida Godoy.

Sua oração impressionou, vivamente, a assistência, não só pela delicadeza da forma, como também, pela parte estrutural, emoldurada dos mais judiciosos conceitos.

Respondendo, a seguir, o sr. Prefeito, que agradeceu as formosas palavras da oradora que vinha de saudá-lo. Disse de sua grande amizade ao Embahu e do contacto que sempre manteve com o districto, desde os recôncavos do rio Monteiro, às furnas do Panelão e planícies do Quilombo. Referindo-se a um tópico do discurso da oradora que o saudara, disse que o Embahu tem a sua história e a sua tradição, sabendo-se, como se sabe, que o seu território, quando ainda livre do humano pé civilizado foi palmilhado por Brás Cubas, Jaques Félix e Fernando Dias.

Após essa reunião, dirigiram-se todos à casa do sr. Francisco Bastos, onde foram fidalgamente, tratados. Não quizeram os visitantes

voltar à Cachoeira sem que primeiro prestassem uma homenagem à d. Ricarda Godoy, figura central do Embahu. E assim, incorporados se dirigiram ao antigo solar da veneranda senhora, que a todos distinguia com a bondade que lhe é peculiar.

Está pois o Embahu incorporado ao município de Cachoeira. »
De a «A Notícia» de 26-8-1934

Em 1938 pelo que dispunha o decreto n.º 9775 de 30 de Novembro desse ano, verificou-se nova divisão territorial do Estado, mais equitativa e Cachoeira, melhor aquinhoadada. Promoveram-se grandes festas. De um boletim, então distribuído... tendo sido este município e comarca grandemente contemplados com territórios, convoca-se o povo, para na praça... A comissão: Paulo Ferreira de Castilho - juiz de direito; Bento Negreiro - promotor de justiça; José René Mota - delegado de polícia; Ary Lopes Leal - chefe do 7.º Depósito; Plácido Guedes Magalhães - coletor federal; Laudelino Lucas - chefe da estação; Maria de Lourdes Vasques - coletora substituta; Agostinho Ramos - prefeito municipal. »

Em 1948 - A vida municipal corria normalmente, quando em fins de 1947 e começo de 1948, moradores dos Bairros do Embaú e Quilombo se movimentam e, por meio de um abaixo assinado, pedem a anexação dos referidos bairros a Cruzeiro, desanexando-os de Cachoeira. Esse documento foi encaminhado à Assembléia Legislativa, por um deputado desta região, em forma de requerimento, assim concebido;

«Requerimento

Considerando que, na conformidade do disposto nas Constituições Federal e Estadual, estão sendo feitos estudos indispensáveis à elaboração do projeto de lei que fixará o novo quadro territorial, administrativo e judiciário do Estado, a vigorar no quinquênio 1949/1953, nos termos do artigo 151 da Constituição Estadual;

Considerando que, pela Resolução n.º 1, de 1948, o Plenário conferiu à Comissão de Estatística a atribuição de apresentar o projeto dessa lei quinquenal, em virtude do que, a ela devem ser encaminhados todos os documentos relacionados com a matéria;

Considerando que, em consequência, à Comissão de Estatística estão sendo encaminhadas as representações de populações interessadas em alterar o atual quadro do Estado;

Considerando a representação anexa, dos moradores dos bairros de Embaú, Embauzinho e Quilombo (atualmente pertencentes ao Município de Valparaíba), em que é pleiteada retificação de divisas entre os municípios de Piquete, Valparaíba e Cruzeiro, para que aqueles bairros passem a pertencer a este último;

Considerando serem justas as razões invocadas, pelo que a retificação pleiteada merece nosso integral apôlo:

Requeremos à Mesa se digne encaminhar à Comissão de Estatística a representação anexa, em que os moradores dos bairros de Embaú, Embauzinho e Quilombo, pedem a sua reintegração no Município de Cruzeiro.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1948

(a) _____

A Assembléa atendeu a reclamação, deferiu, em votação, o requerimento do deputado, derrubando a emenda apresentada contra a anexação por uma maioria absoluta.

Deputados favoráveis a Cachoeira: Antonio de Oliveira Costa, Joviano Alvim, Antonio Vieira Sobrinho, Auro Soares de Moura Andrade, José Millet, Epaminondas Lobo, Sebastião Carneiro, Nelson Fernandes, Mota Bicudo, (?) Silvio Pereira e Waldir Rodrigues.

No transcurso dos estagios parlamentares, para juntada de documentos, Cachoeira lançou mão de todos os recursos no sentido de impedir o pronunciamento favorável da Assembléa, á pretensão dos moradores do Embaú e Quilombo. Pelo documento junto ver-se á das razões de Cachoeira.

«Proc. N.º CE-411

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Conselho Nacional de Geografia

Diretório Regional de Geografia no Estado de São Paulo.

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao respeitável despacho retro, devo informar a Vossa Excelência o seguinte:

I - Recebido hoje.

II - Examinado com o requerido cuidado.

III - Trata-se de pedido de anexação de territórios de Valparaíba e de Piquê ao município de Cruzeiro.

IV - Como muito bem dizem as informações de fôlhas 26 e 26 verso, não há, no processo, elementos suficientes para determinação dos territórios e respectivas populações.

V - As firmas não estão reconhecidas.

VI - Considere-se o documento de folhas 22/24, firmado pelo Senhor Prefeito Municipal de Valparaíba.

VII - Junto um mapa em que aparecem os municípios de Valparaíba, Piquê e Cruzeiro, como é solicitado a folhas 26 verso, item 2.

VIII - Em face do que fica exposto, julgo, salvo melhor juízo, que o presente processo não deve ter andamento.

IX - Á consideração superior, para decidir com a costumeira Justiça.

São Paulo, 9 de agosto de 1948.

a) Bueno de Azevedo Filho

Secretário da Subcomissão»

Dado, como é natural, em tais ocasiões, uma providência de véspera - tomada pelos nossos estimados vizinhos, deu-lhes ganho de causa, no plebiscito, que se realizou no dia 24 de outubro de 1948. Desnecessário dizer dos trabalhos desenvolvidos, anteriormente, por ambas as partes. A votação verificou-se por meio de cédulas brancas e pretas e dela participaram os analfabetos. Á Cachoeira, por sorteio, coube a cédula preta. Seguiram-se recursos, alegações e, quando parecia perdida a causa de Cachoeira, eis que o deputado Castro Neves que havia votado a favor de Cruzeiro (mas dotado de espírito de justiça e dentro da lei) levantou uma questão de ordem, dizendo que no dia anterior a Assembléia votara a emenda n.º 103 da autoria do deputado Ulisses Guimarães com um adendo, impossibilitando de um modo geral «a passagem de território ou distrito de uma comarca para outra».

A emenda 103 foi aprovada de véspera com o referido adendo, este ignorado pela Assembléia que só havia tomado conhecimento da redação primitiva. O próprio deputado que apresentou o requerimento de desanexação votou, de véspera, pela emenda. E, assim, foi mantido o statu quo e Cachoeira não diminuída.

Grandes festas solenizaram o acontecimento.

Foi dessa forma que começou (1882) transcorreu e terminou (1948) essa grande jornada, sem excessos, sem paixões descabidas entre dois municípios que veem no rio Embaú, não um marco divisionário, mas acidente geográfico ligando sem solução de continuidade duas populações que se estimam.

Capítulo VIII

Sumário - Ata de posse do município de Jataí

«Aos quinze dias do mês de Junho de mil novecentos e trinta e quatro, às quinze hora, na sede do município de Jataí, edifício do posto policial, compareceram os Srs. Agostinho Vicente de Freitas Ramos, Dr. João Alfredo Cataldi, Aristides Guimarães e Plácido Guedes de Magalhães, respectivamente Prefeito Municipal, Delegado de Polícia, Coletor Estadual e Coletor Federal de Cachoeira e mais numerosa pessoas gradas de Jataí e Cachoeira. Na ausência do Prefeito Sr. Tito Franco

de Almeida Davies, e Sr. Antonio Pereira Coutinho, secretário e fiscal da Prefeitura de Jataí compareceu afim de fazer entrega do município. O Sr. Agostinho Vicente de Freitas Ramos-Prefeito de Cachoeira tomou a palavra e disse que ali se encontrava por força do decreto n.º 6448 de 21 de Maio p. findo e consequentes instruções do Departamento de Administração Municipal constante do officio n.º 41.196. Determinou a seguir que secretariasse a sessão o Sr. Benedicto Estanislau Rodrigues Alves, secretário-contador da Prefeitura de Cachoeira. Di-se mais que aquela solenidade, não importava, absolutamente, num grande jubilo dos cachoeirenses em ver as fronteiras do município alargadas para os lados de Jataí. Entretanto, como as condições materiais do município anexado eram de molde a não deixar dúvida sobre a sua extinção próxima, Cachoeira vinculada a Jataí por laços morais e econômicos pleiteou a sua anexação junto ao esclarecido governo do Dr. Armando de Salles Oliveira e o povo de Jataí ajudou nessa tentativa, aliás coroada do melhor exito. Já agora, então, há alegria porque ratificou-se na ordem material o que desde muito era latente na ordem moral. Finalizando o Sr. Prefeito de Cachoeira, disse que recebia das mãos do unico funcionário do município Sr. Antonio Pereira Coutinho o município de Jataí, prometendo fazer o que estiver a seu alcance para o bem de sua população. Ninguém mais usando da palavra foi encerrada a sessão. Eu, Benedicto Estanislau Rodrigues Alves, secretário a escrevi e subscrevo Agostinho Vicente de Freitas Ramos, Antonio Pereira Coutinho, João Alfredo Cataldi, Aristides Ferreira Guimarães, Plácido Guedes de Magalhães, José Ferreira, Anesia Pimentel Ferreira, Alcides Ferreira, João Pereira Coutinho, Julieta Araújo, Antonio Lopes de Araújo, Albertina Araújo, Corina Leite Ferreira, Celeste Leite Ferreira, José Menino França, Antonio José Ferreira, Antonio Ferreira Filho, Aureliano Marcondes Ferreira, América Marcondes Ferreira, Francisco Ferreira, Agostinho Gomes da Silva, Antonio Silva Vianna, Francisco de Castro. Benedicto Estanislau Rodrigues Alves».

Capítulo IX

Sumário - Vila da Bocaina. O primeiro documento publicado descritivo de Cachoeira.

«As primeiras edificações da Villa de Santo Antonio da Bocaina, outrora Santo Antonio da Cachoeira, datam de um século, mais ou menos. Eram miseráveis choupanas de pobres sertanejos, na sua maioria pescadores das margens do Rio Parahyba.

Não se sabe ao certo a data do patrimônio doado pelo capitão Manoel da Silva Caldas, mas crê-se que fôra anterior a 1780.

São duzentas braças de testada que constituem o patrimônio do Senhor Bom Jesus da Canna Verde, e que partindo da barranca do

Parahyba á Margem Esquerda, até completar meia légua de sertão, para os lados da cordilheira da Mantiqueira, vão dividir-se com terrenos do município de Cruzeiro.

Em 1785, por provisão de D. Manoel da Resurreição, Bispo de São Paulo, deu-se principio á capella, primitiva, sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Canna-Verde, a qual foi benta pelo Vigário de Guaratinguetá, padre Manoel Lescura Bauher, por provisão do mesmo Diocesano, em data de 6 de Agosto de 1786.

A Imagem do Senhor Bom Jesus foi doada pelo saudoso e venerando vigário de Lorena, padre José Gonçalves da Silva, que todos os annos ali ia fazer, uma romaria, no mês de Agosto.

Em 1871, o actual protetor Bento Alves de Moura Coelho, requereu e obteve licença para edificação de nova capella, visto como a antiga achava-se, completamente, arruinada.

Até hoje ainda não se acha concluída essa capella.

Presentemente, há um Diretório, composto dos cidadãos padre Antonio C. Ribeiro, Dr. Manoel P. Alves de Barros, Luiz F. da França e M. Saturnino de Seixas, encarregado de promover e concluir a obra.

Por lei provincial n.º 37, de 29 de Março de 1876, foi levada á freguezia, sendo, canonicamente, instituída por provisão do Vigário Geral datada de 16 de Agosto do mesmo anno. A nova freguesia de Santo Antonio da Cachoeira teve por primeiro vigário o padre Antonio Caetano Ribeiro, que até hoje alli occupa esse cargo.

Por lei provincial n.º 5 de 9 de Março de 1880, foi elevada á categoria de villa de Santo Antonio da Bocaina.

Devido á incuria com que os nossos governos exercem as suas attribuições, só a 8 de Janeiro de 1883, tomou posse a respectiva Câmara Municipal, do presente quadriennio.

A villa da Bocaina está collocada em uma aprazivel collina, conta uma população urbana superior a dois mil habitantes, mede cerca de dois kilometros de extensão, de um extremo a outro e é cortada pelo rio Parahyba, que, naquella lugar necessita de uma ponte de rodagem.

O clima é ameno e saudável.

É notável o edificio da Estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, que passa por ser o primeiro, como obra de arte, de toda a linha: É ponto terminal de-sa Estrada e da de «S. Paulo e Rio de Janeiro». Também é digna de menção a bella ponte, da mesma estrada, que ahi se vê.

O cemitério municipal passa por ser um dos melhores do norte da provincia.

Os terrenos são férteis e próprios para a cultura do café, canna de assucar, fumo e cereaes.

Câmara Municipal

Tenente Domiciano R. Pinto.

Manoel Saturnino de Seixas.

Joaquim dos Santos Pinto Júnior.

Joaquim Pedro Barbosa.

Joaquim Luiz de Freitas Braga.

Joaquim Cândido Pinto.

Joaquim José R. da Motta.

Secretário

Ernesto A. d' Andrade.

Procurador

Cândido Pinto Barbosa.
Manoel de Freitas Pereira.

Zelador do Cemitério

Camillo Rodrigues dos Ouros.

Vigário da Paróchia

Padre Antonio Caetano Ribeiro.

Capellães

Padre Antonio Corrêa.
Padre Francisco de C.A. Bacelar.
Padre Henrique de Souza Lobo.
Padre João Nepumuceno.
Padre João Graciano de Faria.

Protector dos Patrimônios

Bento Alves de Moura Coelho.

Juizes de Paz

1.o José Fructuoso Ferreira.
2.o João Jacintho de Aguiar.
3.o Miguel Rangel dos Santos Maia.
4.o Ten. Galdino Rodrigues P. Goulart.

Registro da Bocaina

Administrador

Capitão José Joaquim Gonçalves.

Escrivão

Antonio Alipio Franco.

Guardas

Miguel J. da Silveira Netto.
Joaquim de Escobar.

Correio

Agente

Florianio Pereira da Silva.

Ajudante

A. José Lacombe.

A agência funciona no torreão central da Estação da E.F.D. P. II.

Subdelegado de Policia

Proprietário, vago.

Suplentes

1.o Francisco Salustiano de Souza.
2.o vago.
3.o Antonio da Cunha Lisboa.

Instrução Pública

(Districto Literário, creado em 17 de Abril de 1880).

Inspector

Para esse logar fora nomeado o cidadão Manoel Saturnino de Seixas que o exerceu até principios do anno de 1883, época em que solicitou sua exoneração, tendo sido nomeado para substituí-lo o pharmacêutico T. Frugoso Rhodes que presentemente se acha em exercício.

Professôres Públicos

Margem Esquerda

Antonio J. Batista de Carvalho.
D. Maria Eugênia de Andrade.

Margem Direita

Franklin Gonçalves Ramos.
D. Anna Júlia Schultz.

Bairro do Palmital

Olegário Jorge de Lorena.

Indústria e Comércio.

Imprensa

Em 28 de Julho de 1878 o cidadão Manoel Saturnino de Seixas fundou o «Echo Municipal», que até hoje redige, com actividade, e gran de acceitação por parte do público.

Sua tiragem actual é de mil e duzentos exemplares.

Publica-se aos sabbados.

«Gazeta da Bocaina», de propriedade de Felipe Nery Telxeira & Cia., fundada em 19 de julho de 1883.

Publica-se às quintas feiras.

«Colibry», pequeno hebdomadario, de que são proprietários os typographos da «Gazeta da Bocaina», e cujo 1.º número sahio à luz a 26 de Agosto de 1883.

Sua tiragem é de 250 exemplares.

Publica-se aos domingos.

Estrada de Ferro

Agente da Estação

Florianio Pereira da Silva.

Ajudante

Fernando de Paula e Silva.

Fiel

Gennaro Mattos.

Conferente

Major F.B. de Azevedo.

Telegraphista

F. Corrêa de Mello.

Médicos

Dr. Manoel Pedro Alves de Barros.
(margem esquerda do Parahyba).

Dr. Francisco A. de Siqueira, (margem direita).

Pharmacêuticos

Antonio G. Xavier, (margem direita). Teodoro Fragoso Rhodes, (margem esquerda)

Padarias

Barros & Irmão.

João dos Santos.

A. Nunes Muniz.

Hotéis

Cruzeiro, Turiano Soares Lousada.

União, Francisco de Oliveira Castro.

Central, Antonio C. da Silva Pinto.

Lobão, Manoel Joaquim Lobão.

Botequim ambulante, João Antonio Ferreira, no torreão Central da Est.

Bilhar

Monteiro & Moreira.

Kiosques

Existem três em effectivo commercio, sendo dois à margem direita e um à margem esquerda do Parahyba.

Açougue

Rodrigues & Rocha.

Cervejas, fabrica de Figueiredo Borges & Cia.

Sabão, fabrica de Antonio das Cannas.

Alfaiates, lojas de Augusto Pereira de Souza e Joaquim Maria do Amaral.

Existem cerca de 30 officinas de serralheiros, ferreiros, ourives e latoeiros.

Cabelleiros

Thomaz José de Oliveira

J. A. Santos.

Relojeiros

Honório Ernesto.

João Nunes Duarte.

Dentistas

Tertuliano Rodrigues Pinto.

Pedro de Alcântara.

Serâmica

Existem duas fabricas de telhas e tijollos, perfeitamente montadas, sendo uma à margem direita e outra à margem esquerda do Parahyba, ambas muito concorridas, sendo os seu productos de prompta venda.

Commissários

José dos Santos Pinto Reis.
Lobo & Cia.
Luiz Félix de França.
Manoel Marques Pinto.
Porto & Irmão.

Fazendas e Armarinho.

Antonio Luiz de Moraes.
João Antonio Ferreira.
Joaquim da Silva Reis.
Raphael Dhalla.
Teixeira & Filho.
Tenente Domiciano Rodrigues Pinto.

Molhados

Antonio G. Barbosa Pinto & Filhos.
A. Estevam da Silva.
Camillo R. dos Ouros.
Francisco de Salles S. Peres.
Galdino R. Pereira Goulart.
João José Mariano.
Joaquim Cândido Pinto.
Joaquim Vicente Coutinho.
Joaquim Christiano Cópio.
José Pinto Ribeiro.
Francisco Pinheiro.
Francisco Luiz Pereira.
Miguel Patroni.
Pinto Lages.
Porto & Irmão.
Sebastião Leite da Silva.
Teixeira & Filho.

Sal, negociante de

Pantaleão Dias da Costa.

Lavradores de café e cana de assucar

Anna Ribeiro da Silva Barbosa.
Capitão Antonio Lemes Barbosa.
Cândido Vieira de Siqueira.
Custódio Lemes Barbosa.
Eugênio José Nogueira.
Francisco Lemes Barbosa.
Francisco Soares de Ol. Penna.
Francisco José de Moraes.
Dr. Getulio Moreira de C. Lima.
(tem uma machina de beneficiar café)
João Antonio Nogueira, (capitão)
João Batista da Silva Barbosa.
J. Evangelista Marcondes, (capitão)
João Baptista da Veiga.
João Barbosa Ferraz.
João Vieira de Siqueira.
Joaquim Luiz de Freitas Braga.
Joaquim J. Roiz da Motta, (tenente)
José Antonio dos Reis.
José F. da Silva Barbosa, (alferes)
José Francisco Lopes.
José Pedro Pinto de Carvalho.
José Rodrigues da M. Coutinho, (cap.)
José Pinto Barbosa.
Leopoldo J. da Silva Barbosa.
Lourenço Lemes Barbosa.
Manoel José da Silva.
Manoel José Nogueira.
Manoel Lopes da Silva.
Manoel Rodrigues Freire.

Do «Almanaque da Província de São Paulo - 1884».

Nota - Foi com esta credencial, em grande parte que, Cachoeira, pleiteou sua emancipação municipal, em 1880.

Capítulo X

Sumário — Têrmo, Comarca, Entrâncias, Juizes, Promotores, Cartórios, Serventuários, Delegacia de Policia.

Por decreto de 27 de Maio de 1890, sendo presidente do Estado o Dr. Prudente de Moraes, foi criado o fóro da Bocaina, desligado do de Lorena e sendo-lhe anexado o municipio de Cruzeiro sob a denominação de Têrmo da Bocaina. O Têrmo foi instalado no dia 2 de Agosto de 1890, com a presença do Dr. Prudente de Moraes, Presidente do Estado e de seu Secretário Dr. Antonio Mercado. Nesse dia foi empossado o Juiz Municipal e de Orfãos nomeado, Dr. José Inácio de Macedo, com grande solenidade.

Pela lei n.º 80 de 25 de Agosto de 1892, foi, a Vila da Bocaina, elevada a comarca, sendo presidente do Estado o Dr. Bernardino de Campos. No dia 12 de Outubro desse mesmo ano, instalou se solenemente a Comarca e pelo presidente da Câmara foi dada a posse ao primeiro Juiz de direito nomeado, Dr. José Ignácio de Macedo. Foram juizes desta comarca os cidadãos: Drs. José Ignácio de Macedo, Eduardo de Campos Maia, Geraldo Leite de Magalhães Gomes, João Varela, Bento Ribeiro da Luz, Antonio Carlos Pereira da Costa, João Eremita da Silva Ramos, e Eugênio Fortes Coelho. (até 1930)

Foram promotores públicos os Srs. Drs. José Manoel Freire, Eduardo Galvão de Souza Melo, Francisco Assis de Oliveira Braga, João Evangelista Rodrigues, Antonio Lambert, José Alves Pinto, Alvaro de Oliveira Ribeiro, Manoel Ferraz de Camargo Júnior, Teofilo Moysés de Carvalho Aranha, José Maria Vaz Lobo da Câmara Leal, Arthur Cruz Galvão do Rio Apa, Cláudio Romeiro e João Batista Nascimento Pereira. (até 1930)

O 1.º tabelião, acumulando, interinamente, as funções de Oficial do Registro Geral, foi o Major Antonio Procópio Rodrigues Neves. Conjuntamente com o juizado Municipal, foi criado o cargo de Escrivão de Orfãos, sendo seu primeiro serventuário o cidadão Major Alacrino Nunes de Melo. Mais tarde (1893) foi criado o 2.º Tabelionato, sendo nomeado para o mesmo, o Major Alacrino e ficando a cargo dos dois Tabeliães os serviços do escrivão de orfãos. Foram segundos Tabeliães os Srs: Anibal de Oliveira Brasil, João Elias Quadros Pacheco, Francisco Estácio Fortes, Casemiro Pinto Júnior, José da Silveira Mendes.

A Curadoria Geral de Orfãos, teve como 1.º serventuário o Sr. Antonio Bernardino Ribeiro.

O primeiro contador e Partidos do Têrmo da Comarca foi o Sr. Joaquim Luiz de Freitas Braga. Hoje esse cargo comporta mais a função de Distribuidor.

Havia o cargo de Partidor do Têrmo que, primeiramente, foi exercido pelo Sr. Francisco Salustiano de Siqueira Júnior.

A primeira sessão do júri da Vila da Bocaina, realizou-se em 1890 sob a presidência do Dr. Machado Pedrosa, Juiz de Lorena.

Até 1930, citamos os nomes daqueles que exerceram cargos principais nesta cidade. Vamos continuar até a presente data. Juizes de Direito: Drs. Antonio Fontes Resende, Manoel Tomaz Carvalho, Benedito Júlio de Oliveira Braga, Paulo Ferreira de Castilho, Manoel Duarte Calado, Hildebrando de Freitas, Antonio Marzagão Barbuto, Vitor Machado de Carvalho, José Goulart Sobrinho, Daniel de Faria Costa, José Caetano Ferreira Munhoz, Francisco Cesar Rodrigues Pinheiro, Nelson Schiave e Rubens Calazans.

Promotores de Justiça: Drs. João Batista do Nascimento Pereira, José Pereira dos Santos, Hugo Cacuri, José Oswaldo Jardim de Azevedo, Geraldo Chad, Moacir Ferrer Carvalho, D. Maria Ivone Domingues, Artur Ramos Marques, Francisco Esmeraldo de Melo, Emeric Levai, José Ferreira Maia.

Tabellães - 1.º Ofício - João Vieira de Barros Júnior
José Porto Gomes, Germano Rainer
2.º Ofício - José da Silveira Mendes, João Dias de Oliveira.

Registro Geral - Raul Garcia, Benedito E. Rodrigues Alves, João de Deus Andrade.

Cartório de Paz - Nascimento «Registro n.º 1: Aos sete dias do mês de Janeiro de 1889, neste Distrito de Paz da Paróquia da Vila de Santo Antonio da Bocaina, Têrmo da Comarca de Lorena, provincia de São Paulo compareceu Miguel Costa etc.» criança - José da Costa - Filho de Miguel e Augusta Maria da Conceição. (Todos naturais do Ceará).

Casamento - Registro n.º 1 - 11-2-1889 - Contraentes - João da Silva Benevides e Maria Claudina da Conceição - (ele português, ela fluminense).

Óbito - Registro n.º 11-1-1889 - Ana Maria Carlota do Espírito Santo, filha de Benedito Olimpio de Moura e Antonia Carlota do Espírito Santo (Cachoeirense, mas teve poucos momentos de vida).

2.º nascimento - João Porto Filho (Jóca Porto).
Exerceram o cargo de escrivão de paz os seguintes Srs:
Claudino de Almeida Palma, Joaquim Luiz de Freitas Braga, José Eduardo Nogueira de Sá, João Nunes Duarte, Antonio Salustiano de Miranda, Alberto Carneiro de Campos, João Villela de Souza Rabelo (Janjão), Benjamim Rodrigues Fontes, Dilson Gomes Fontes, atualmente d. Célia Fontes do Livramento - Oficial maior - d. Vanda Fontes Macedo.

Cartório do Registro Geral la. Escritura registrada:
comprador - Conselheiro Manoel Antonio Duarte de Azevedo.

Imóvel - Fazenda Palmeira, (Vila Cruzeiro)
Data - 26 - 11 - 1892.
Preço - 40.000\$000
O escrivão - Antonio Procópio Rodrigues das Neves.
1.º Oficial de Justiça do Termo — Marcos Roiz Abreu.
Cachoeira - Comarca de 2.ª entrância - vide efemérides.

Delegacia de Policia

Exerceram o cargo de Delegado de policia por muitos anos os Srs: Tenente Coronel José Antonio de Oliveira Porto, Diogo Ramos de Oliveira, Joaquim Cândido Pinto e Manoel Rodrigues Fontes.

Não nos é possível dar uma lista completa das autoridades policiaes, visto datar de muitos anos a criação da subdelegacia e delegacia desta cidade. Com outros cargos, da-se o mesmo fato, pois demandaria muito tempo para se chegar a uma relação completa.

O primeiro delegado de carreira, nomeado para esta cidade, foi o Dr. Alarico Silveira. Foram seus sucessores nesse posto os D. s. Demétrio Baltasar Sotto Maior, Juvenal Piza, João Octavio Neves, Manoel de Azevedo Castro, Arthur Cruz Galvão do Rio Apa, Abel Figueira de Aguiar, José Penteado, Dermeval Vasconcelos Galvão, Eduardo Tavares do Carmo, Heraldo Pimenta Bueno, Gualter Silva, Menênio Campos Lobato, Samuel Mourão, Edmundo Aguiar, Eutichio Guimarães, Carlos de Freitas, Afonso Alencar Levy e Edmundo Azurem (até 1930).

(A partir de 1930) Artur Gusmão, Luiz Colombo d'Avila Florence, João Alfredo Cataldi, Wilson Alves de Carvalho, José Fleury da Silveira, José René Mota, Sebastião Garcia, Apio Moreira Prates, Ailton Lisboa Paca, Joaquim Martins Arruda, Isnei Arnoso Figueiredo, Francisco Marcondes Romeiro, João Pantaleão, Pedro Teodoro Martins Fontes, Júlio de Freitas, Felipe Carone, Ricardo Ortega Granado, Roberto Monteiro de Andrade, Paulo Novaes de Paula Santos, Adail Pereira Ribeiro, Lincoln de Carvalho, José Carlos Ribeiro, Carlos Guimarães de Abreu, José Moraes e José Jerônimo Guimarães Soares.

Capítulo XI

Sumário — Cachoeirenses ilustres

Waldomiro Silveira, Francisco Cardoso Ribeiro, João Evangelista Rodrigues, Jarbas Rodrigues do Prado, Ovidio de Castro.

Dr. Waldomiro Silveira

Nasceu nesta cidade no dia 11 de Novembro de 1873. Faleceu em Santos no dia 3 de Junho de 1941. Bacharelou-se em direito em 1895.

Dedicou-se à advocacia e foi promotor público. Exerceu o cargo de Secretário da Justiça e da Educação, além de ter sido eleito deputado. Seu primeiro livro de contos «Os cablocos», publicado por Monteiro Lobato & Comp. em 1920, reproduz trabalhos seus vindos a lume em 1891, com os quais grangeou «a glória de ter sido o criador da literatura regionalista no Brasil». São seus seguidores no gênero: Afonso Arinos, o próprio Monteiro Lobato, Cornélio Pires e outros. Nesse campo é considerado o precursor em toda a América Latina.

Escreveram sobre Waldomiro Silveira, entre outros: Edgard Cavalheiro, João Pacheco, Carlos Silveira, Coelho Neto, Afonso Arinos, Monteiro Lobato, Buarque Holanda, Raimundo Menezes, Agenor Silveira, Agostinho Ramos...

A casa onde nasceu Waldomiro Silveira, nesta cidade, ainda existe muito, precariamente e situa-se no ponto mais alto da Margem Esquerda, fim da Rua São Benedito e começo da Campos Sales. (Está passando por completa reforma).

Esclareço que quando Cachoeira esteve ameaçada de ver seu município retalhado (Interventoria João Alberto) e transferida a sede de sua comarca para Cruzeiro, providencialmente, sobrevem a Interventoria Armando Sales e, Waldomiro Silveira, muito ajudou a mim, prefeito de então e ele Secretário da Justiça.

Dr. Francisco Cardoso Ribeiro

Nasceu o Dr. Cardoso Ribeiro, nesta cidade, na Margem Esquerda, numa chácara de seus pais - o casal Paulino - D. Floripes Ribeiro, no dia 17 de Maio de 1876.

Após brilhante curso na Faculdade de Direito de São Paulo e já diplomado, foi sucessivamente nomeado Juiz de Campos Novos de Paranapanema, Santa Cruz do Rio Pardo, Taubaté, Atibaia e Campinas. Daí, a convite do Dr. Washington Luis, então, presidente do Estado, passou, a dirigir a Secretaria da Justiça.

Terminado o quadriênio presidencial, o Dr. Cardoso Ribeiro foi Ministro do Tribunal de Contas, Juiz Privativo de Menores da Capital e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Então, presidente da República, seu grande amigo, Dr. Washington Luis, foi o Dr. Cardoso Ribeiro nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 16 de Maio 1932. Seu caixão mortuário passou por esta cidade e na estação local recebeu as homenagens fúnebres de seus conterrâneos. Foi sepultado em Taubaté.

Em Agosto de 1927, o Dr. Cardoso Ribeiro, então Ministro do Supremo Tribunal Federal veio visitar sua terra natal que o recebeu sob ruidosas aclamações. No Forum local vestiu a toga - recebida das mãos de seu amigo e conterrâneo Dr. João Evangelista Rodrigues, em nome do povo. Entre os vários números de programa figurou a fantasia «A palmeira da saudade» escrita por A.R. e representada no

teatro «Santo Antonio». Essa palmeira ornava a chácara dos pais do Ministro. Era Juiz da comarca, o Dr. João Eremita da Silva Ramos e vigário da paróquia Monsenhor José Soares Machado, promotor principal, das homenagens. Sabendo que ainda vivia «Sea» Esmeralda Couto, que fôra sua ama de leite, o Dr. Cardoso Ribeiro para lá se dirigiu e penetrou em sua casa paupérrima e, então, ambos choraram a lágrima emotiva da gratidão e da saudade. Não precisa esclarecer que «Sea» Esmeralda foi, devidamente, contemplada.

Dr. João Evangelista Rodrigues

Nasceu nesta cidade, no dia 22 de Novembro de 1875, sendo seus pais o coronel Domiciano Rodrigues Pinto e D. Emilliana Barbosa Rodrigues.

Fêz seus estudos de humanidades no colégio «São Luis» de Itu, terminando o curso em 1891. Em 1892 o Dr. João Evangelista ingressou na Faculdade de São Paulo, tendo colado grau em 8 de Dezembro de 1895. Mais tarde casou-se com D. Cítilde Costa Rodrigues filha do Dr. Antonio José da Costa Júnior e D. Ana Inácia de Macedo Costa.

Deste casamento tiveram os seguintes filhos: Geraldo Cristiano, Maria Conceição, Maria de Lourdes, casada com o engenheiro Mário Lopes Leão e o Dr. Paulo de Tarso Rodrigues, casado com D. Oriolinda Teixeira Rodrigues. São seus netos: João Evangelista, Mário Sérgio, Neusa Maria, Carlos Roberto Rodrigues Leão, Maria Tereza e Maria Paula Teixeira Rodrigues.

O Dr. Evangelista Rodrigues, exerceu logo após, sua formatura, o cargo de promotor público de sua terra natal, do qual se afastou por ter sido eleito deputado estadual em duas legislaturas. Foi vereador e prefeito municipal de Cachoeira Paulista e a seguir ingressou na Magistratura e como Juiz foi distribuidor da Justiça em Santa Branca, Caçapava, Franca, 2.^a Vara Cível, de Ribeirão Preto e 4.^a Vara Cível de São Paulo. No início de 1935 foi convocado para o Tribunal de Apelação do Estado, tendo, então, assento na 4.^a Câmara.

Faleceu no dia 3 de Março de 1935.

Seu sepultamento em São Paulo, foi uma apoteose fúnebre, tendo comparecido, além de membros do governo o presidente da Corte de Apelação, Dr. Paulo e Silva e todos os desembargadores, magistrados, advogados.

Em que pese o trabalho de outros elementos ele foi o grande artífice da fundação da Santa Casa, (1911) da instalação da luz elétrica (1913) e da criação do Grupo Escolar (1913) que hoje tem o seu nome e cujo retrato aí foi inaugurado em Junho de 1950, com grandes festas. Quando prefeito doou seus honorários para a Santa Casa. Dos seus colegas dos tempos do colégio de Itu, foi o Dr. Altino Arantes aquele com quem convivera, quase irmamente, pois havia absoluta afinidade entre ambos, quer fôsse na crença católica ou nas letras jurídica e literárias, mas sobretudo no caráter.

Quando das ameaças que pesaram sobre nossa comarca, o Dr. Evangelista Rodrigues e Dr. Waldomiro Silveira, muito ajudaram, a mim prefeito, na manutenção do *status-quo*. Quando da inauguração de seu retrato (eramos prefeito) no Grupo Escolar que tem seu nome «A Notícia» jornal da terra publicou o seguinte:

«Já estava tardando esta homenagem ao ilustre filho de Cachoeira Paulista — Dr. João Evangelista Rodrigues.

Tanto na infância, como na adolescência, na mocidade, como no outono da vida, jamais deixou de ser o cachoeirense autêntico, vinculado à terra de seu berço pelo mais elevado afeto.

Sentiu Cachoeira nos alvares de sua vida municipal (1883); tomou-se de júbilo quando da instalação da sua comarca (1892); e mais tarde, (1913), devia assistir a inauguração do grupo escolar que hoje tem o seu nome. Depois de percorrer a escala político-administrativa - presidente da Câmara, prefeito e deputado - teria que cumprir as determinantes do destino que lhe marcara a vereda da Justiça, aos clarões de sua consciência bem formada.

Evangelista Rodrigues foi bem o modelo do cidadão, do chefe de família e do magistrado. Só quem o conheceu na intimidade pôde ainda hoje avaliar que finura, que elevação, que retidão e que caráter!

A Justiça, a verdadeira Justiça, essa que na essência é a própria consciência que se desenvolve, que se faz razão, que se faz direito, nimbada da moldura divina, teve em Evangelista Rodrigues, um apóstolo que tanto a elevou e dignificou.

Sua alma caridosa era toda feita de luz e, de benemerência... «Se a luz rola na terra, Deus colhe gênios no céu»... é do condoreiro.

Realiza-se o sonho que sonhara. A luz está rolando por aí agora: de dia dardeja no templo que fundara e, de noite, do lampadário que semeara. Há, porém, uma outra luz oculta aquecendo a memória do benfeitor - é a gratidão dos pósteros.

A. R.

Cônego Jarbas Rodrigues do Prado

Cônego Jarbas Rodrigues do Prado - (na Ordem - Cônego Melchior) - O cônego Jarbas é atestado mais eloquente do quanto pôde a força de uma vocação e o esforço contínuo jamais, sem sombra de desfalecimentos.

Vamos passar para estas páginas «ipsis literis» o necrológico do Cônego Jarbas que escrevemos quando do seu falecimento e publicado na folha local «O Cachoeirense» em 20 de Novembro de 1960 - n.º 180.

A Morte de um Justo

«Faleceu, em São Paulo, no dia 11 do corrente, o revmo. Sr. Cônego Jarbas Rodrigues do Prado (na Ordem - Cônego Melchior).

Era filho de Cachoeira, do casal Sr. José-D.Rosa Prado, sendo a data de seu nascimento, o dia 6 de Janeiro de 1888.

Desaparece o maior dos cachoeirenses, aquele que já no dealbar da existência se iluminou da luz que lhe marcaria a jornada terrena, até o beiral do oceano onde se tomam as naus que ao Eterno vão.

Deus traça, realmente, o destino de seus eleitos.

Jarbas, na sua infância, cuidava de compor presépios, armar oratórios sobre caixões e tamboretas e, aí, vestido com a simulada indumentária sacerdotal, celebrava os atos religiosos que assistia na igreja.

Jarbas, quando menino, fora empregado de seus tios - Cel. Domício - D. Emiliana e trabalhava naquela vetusta casa comercial de longas beirais e que foi demolida para que, aí, se construísse o Club atual.

Modesto, humilde, retraído e quem sabe já trabalhado pelos enlevos da graça e pelas visões de uma outra vida - quando um dia D. Ana Crispim, uma senhora muito religiosa, residente em São Paulo, visitando o casal Rodrigues Pinto, notou algo de misticismo no menino e não vacilou em convidá-lo a seguir a carreira sacerdotal.

Consultado seus pais - ei-lo na trilha desejada.

Primeiro no Seminário de Pirapora, neste Estado, depois rumo a Abadia de Averbode, na Belgica, inscrevendo-se como premonstratense - Ordem de S. Norberto.

Um dia, depois de tantos anos no Velho Mundo, chegou a notícia de seu retorno como padre - «eternamente padre», guardando segredos e mistérios que se passam na treva imensa do pensamento e do coração.

A cidade se alvoroçou, em Janeiro de 1917.

Lembro-me de tudo como se fosse agora.

Os pródomos da chegada à terra natal e as festas que então se fizeram, são relatadas na seção «Écos do Passado» 3.ª página desta folha.

Primeiro um artigo da pena adamantina de Oliveira Braga, cachoeirense e, então, promotor de justiça da Comarca de Lorena e depois duas notícias desta folha quando da sua 1.ª fase.

Lendo-se o que foi escrito há quase quarenta e quatro anos chega-se a uma conclusão impressionante. O longo tempo decorrido, os altos e baixos da caminhada, a missão árdua que é a essência de um apostolado, não alteraram se quer, uma vírgula, no roteiro do grande levita do Senhor.

Tudo aquilo que foi escrito há quase quarenta e quatro anos poderá ser reeditado agora e ratificado pelo consenso unânime de todos que tiveram a ventura de conhecê-lo.

É que a fé e a virtude no Cônego Jarbas, atingiram o estágio da sublimação e dele bem se pode dizer que era um santo, dentre os vivos a vagar na terra.

Dentre os vivos sim, em relação ao maremagnum terreno, por quanto a vida verdadeira, a vida do santo, principia além da morte «Aquele que em mim confia viverá a vida eterna».

No dia 11 de Outubro, um mês antes de sua morte, Cônego Jarbas, viu em derredor de seu leito de enfermo, seu Superior, seus colegas de habito branco. Era a festa de seu jubileu sacerdotal.

E todos levaram-lhe presentes, flores e oscularam, respeitosamente, sua fronte. Depois de joelhos, rezaram aquelas rezas que só os sacerdotes, na hora extrema, sabem rezar - assim já um lamento, uma saudade, uma lágrima - sobretudo um hino glorificando aquele que dali a pouco participaria do cortejo triunfal, em busca da esplanada da eternidade como no-lo dizem as visões do Apocalipse.

E o cônego Jarbas emocionou-se em demasia e chorou.

Todos os anos, ei-lo em Cachoeira, passando com os seus as festas de natal, ano bom e reis. Celebrava na vetusta e saudosa Capela de São Sebastião. Depois de um certo tempo foram seus coroinhas Luiz Mendes e seu sobrinho Ignácio. A esse ofício religioso podia faltar, fosse la quem fosse, menos D. Rosa, sua genitora.

Sempre fui amigo decidido do Cônego Jarbas, mais do que amigo, admirador com fóros de veneração.

Quando prefeito, dei seu nome a uma das ruas desta cidade.

Cônego Jarbas ao me agradecer, disse palavras amigas.

Parece que não fixava o olhar que, por vezes imóvel, avançava sobre nossa cabeça, quando conversava.

Eis o sacerdote que, não tardará, a ser considerado, devidamente, pela igreja católica.

Foi sepultado, em Pirapora, onde iniciara sua carreira eclesiastica.

Quero dizer também que Pirapora, guarda os despojos do meu sobrinho Chico Neto, clérigo que lá faleceu em plena adolescência, quando dirigia o côro orquestral do Seminário.

Pirapora, guarda, agora o corpo do Cônego Jarbas, professor do Chico Neto.

O primeiro beijava-me as mãos com reverência. Do segundo, sempre beijei-lhe as mãos, respeitosamente.

Foi uma graça.

Como católico convicto que sou, irei a Pirapora para, em posição de sentido, prestar minha homenagem a dois bravos soldados da fé, a dois santos que lá repousam. A.R. De «O Cachoeirense» de 20-11-960.

— De «O Estado de S. Paulo» de 15-11-60

Comunicam-nos da Chancelaria do Arcebispo:

Comunicamos ao revmo. cléro e fiéis, o falecimento, ocorrido nesta Capital no dia 12 do corrente, do revmo. con. Melchior Rodrigues do Prado, da Ordem Premonstratense.

O extinto, que foi o primeiro brasileiro a ingressar na Ordem de São Norberto, exerceu durante longos anos seu ministério no Seminário Menor Metropolitano, então a cargo dessa Ordem, sendo mais tarde o organizador da Paróquia de São José do Jardim Europa, também, entregue aos revmos. cônegos Premonstratenses.

Recomenda-se às orações de todos, essa piedosa alma sacerdotal.

São Paulo, 14 de Novembro de 1960.

Monsenhor J. Lafayette Alvares, chanceler do Arcebispado.

Ovidio de Castro

Ovidio de Castro - (Vidinho) Nasceu nesta cidade no dia 3 de Junho de 1890 e faleceu, desastrosamente, no dia 24 de Julho de 1956.

Seus pais: Florival de Castro e D. Georgina de Castro. Irmãos, Maria do Rosário (Pequenita) Antonio (Tonizinho) Francisco (Chiquito).

Casado com D. Declinda Cavalheiro teve os seguinte filhos: Elisabeth (Bezinha) Maria do Carmo (Carminha) e Manoela (Nelinha). Genros: Carlos Ligabo, José Benaton, e José Martins dos Santos.

É com júbilo que transmitimos aos pósteros, o necrológio deste homem a que me ligou amizade de quarenta anos:

Nasceu pobre e pobre viveu. Na sua meninice foi morar com seus padrinhos, o casal Francisco Vilela-D. Geraldina.

«Seu Vilela» entregava-se à profissão de domador e negociava em animais. Assim, o Vidinho se tornou meio nômade.

Pousava onde anoitecia - fosse em fazenda, casa de cabloco ou na primeira santa cruz. Com certeza já lhe falavam no subconsciente as andanças de Fagundes Varela.

Aprendeu a ler, deixou a companhia de seus padrinhos e se empregou numa casa gráfica. As tipografias são sempre o início de uma clareira. Assim foi com o grande Luís Gama.

Tão logo ponde, fundou seu jornalzinho. Em 1915-16-17 participou da redação de «O Cachoeirense» semanário fundado por José Moreira Barbosa. Depois, essa folha passou às nossas mãos e as de Alberto de Barros e do biografado. Finalmente, na companhia do Dr. Milton Pina (que logo se afastou) assume a direção de «A Notícia» em 2 de Dezembro de 1928 e nesse posto faleceu.

Bem moço, conseguiu possuir modesta tipografia. Era seu ênlevo. Artista de chapas, de vinhetas, de adôrnos, no sentido comercial e mais artista do verso em obediência a uma tendência inata. El - lo, o maior poeta cachoeirense, escravo do vernáculo, da rima e da métrica.

Se possível fosse editar seus trabalhos, teríamos vários livros em prosa e verso. Conseguiu, com ajuda de amigos, publicar a 1.a e 2.a série de seus perfis masculinos - intitulado - «Prata da Casa». Como seu amigo, na beira de sua sepultura, assim me expressel...

... um caminheiro tombara, inanimado, ao longo da jornada. Não era, porém, um peregrino vulgar que marchasse ao léu da sorte para rumos ignorados. Em que pesasse sua aparente humildade estava seguro de sua força e de seu destino. Seu cérebro era todo um lampadário - lâmpadas votivas, incendiadas, iluminando, enfeitando, compondo sua admirável imaginação. Nas rugas horizontais de seu semblante trazia o selo da experiência e carregava em suas mãos o turíbulo doura-

do dos eleitos para o ritual - o incenso das musas, suas fiéis companheiras de vigílias - cantor que fôra da terra e da gente cachoeirense. Seu coração - escrínio aberto - sem laivos de paixão, sem guarida para vingança. Sobretudo, porém, professava a religião cívica de amor à sua terra com fé, idolatria e até fanatismo. Ninguém o superou nesse culto e nessa dedicação.

Poeta de nascença e por vocação, prosador, literato e jornalista, soube manter o equilíbrio de sua pena».

De «A Notícia de 12-8-56».

Capítulo XII

Sumário - Um Pouco de Humorismo

(dos jornais da época)

Na chácara da saudade, onde outrora foi hotel do mesmo nome, recebe-se animais a trato, quer para te-los na cocheira, ou no pasto... (Hoje Mão Fria). 1878

No Largo da estação, na Rua de Baixo, distante 50 passos, encontra-se o «Botequim do Comércio» ou um Hotel de 2.^a classe... 1878.

Copeiro - Aluga-se um bonito moleque, com alguma prática de copeiro; só que tem, é meio sem vergonha. Informações nesta redação. (1878)

Vende-se uma preta, creoula, bonita figura e sem vícios. (1878)

100\$000 de gratificação - Fugiu no dia... o escravo Flauzino... tem olhos saltados, pernas grossas... no andar, joga um pouco para fora... e usa cavagnac (1879).

«Declaração Necessária - Constando, ao abaixo assinado, que espíritos mal intencionados procuram fazer-lo passar por propagandista do abolicionismo, declara-lhes que felizmente ainda tem o preciso bom senso e prudência para não se envolver nesta importante questão social, em um círculo de fazendeiros, onde conta, não poucos clientes e amigos dedicados... Dr. Antonio de Sequeira» (Dizem que o médico Dr. Sequeira era pardavasco) (1884)

Lista de Loteria - Em nosso escritório a conferência de bilhetes-grátis somente aos fregueses. (1884)

«Gêneros - Preços:

farinha - saco 7\$000, feijão - 9\$000; arroz - 12\$000; carne de vaca, kilo- \$360; carne de porco - \$500; galinha - \$800; frango - \$500. Mais barato só dando». (1884)

«A «Gazeta da Bocaina» - participa a seus leitores que continua a gosar de perfeita saúde - obrigado» (Constou que suspenderia sua publicação). (1885)

«Cofre Municipal - Sabemos que existe no cofre da Câmara Municipal desta Vila, a bela soma de seis contos de réis». (1885)

«Bichas Hamburguezas - Vende-se na farmácia Rhodes, a 400 réis cada uma, mas olhem lá, hein - somente a seus fregueses». (1885)

«Ao Ganha Pouco - Bacalhau superior, kilo - \$500; arroz superior \$240; açúcar refinado de 1.ª \$360; garrafa de vinho do Porto \$800; idem Bordeaux - \$800; saca de sal, 75 kilos - 3\$500; um kilo de chumbo para caça \$600. Ganha Pouco. . . - Ganha Nada». (1885)

«Teatro Brandão - O famoso ator Brandão e sua pequena companhia deram-nos duas noites de agradáveis divertimentos. A plateia viu a bandeira despregada». (1885)

«Barbeiro - Custódio Pereira de Azevedo -
Preços - Barba - \$200; cabelo - \$300; barba e cabelo \$400. Fiado - depende de estudos» (1885)

«Príncipe de Gales Este fidalgo herdeiro da corôa da Inglaterra recebe anualmente do Estado a ninharia de 1.600.000\$000! Pode comer bife à vontade e perú todos os dias». (1885)

«Prisão - O atual subdelegado desta Vila remeteu para a cadeia de Lorena um cidadão que foi preso por ter empalmado a um passageiro da estrada de ferro uns bons 250\$000, em boas notas. Bem feito, Marreco!!! » (1885).

Capítulo XIII

Sumário — Estrada de Ferro «D. Pedro 2.º»

Estrada de Ferro «São Paulo—Rio de Janeiro»

Estrada de Ferro Central do Brasil

Após as viagens de Saint-Hilaire, Cachoeira continuou a ser o mesmo arraial semi-abandonado. Certo é que a lavoura de café se intensificava. Derrubava-se a mata e repontava a famosa rubiácea, em searas magníficas.

Do Rio de Janeiro para Queluz convergiam os viajantes da Corte e tropeiros e, daí, para as Gerais, Guaratinguetá e Lorena absorviam os produtos de São Paulo, para redistribuí-los por aqui.

Tal era o abandono, ou desconhecimento desta região que, Emílio Zaluar, no seu livro «Peregrinação pela província de São Paulo» (1860) não faz referência a Cachoeira e, no entanto, descreve todas as cidades de Bananal a Mogi das Cruzes.

Cachoeira, como que se estiolava entre o Caminho Novo e o Paraiíba. Apenas, o grande movimento de tropas, já descrito em páginas anteriores.

A partir de 1850 começou a abrir-se para o Vale do Paraíba uma grande clareira - a Estrada de Ferro «Pedro 2.º» depois E.F.C.B.

Façamos uma referência especial a essa ferro-via, porque foi ela que animou Cachoeira nos seus alvares e se tornou a maior coo-peradora de seu desenvolvimento.

O padre Diogo Antonio Feijó, dos maiores estadistas brasileiros, anteviu o caminho de ferro como fator de progresso e de civilização. Em 1835, conseguiu do governo da Regência, a assinatura para um decreto autorizando dito governo a conceder favores à companhias ou em-presas que se organizassem para construir estradas de ferro.

Tomaz Córchrane, de família inglesa, em 1840, obteve contrato pa-ra construção de uma estrada de ferro, visando São Paulo. Malogrou essa tentativa.

«Finalmente chegaram os trilhos a Cachoeira, em 1875».

«Há ali perto, realmente, uma cachoeira no rio Paraíba e os ca-çadores de étimos não se fatigarão no assunto.

O que todavia, desejamos frisar é que, ainda Vila em 1880 e ci-dade em 1892, essa localidade, é das que mais devem à nossa melhor estrada de ferro».

A chegada dos trilhos a Cachoeira e a inauguração da estação local deu-se no dia 20 de junho de 1875, sendo diretor da Pedro 2.º o Dr. Bento Ribeiro (?) e engenheiro construtor o Dr. Newton Benaton.

«Cachoeira, ponto final da navegação pelo rio Paraíba do Sul, era, na hora, o alvo da parte paulista»...

«Pouco antes da «Pedro II» atingir Cachoeira, o govêrno de São Paulo decidira, definitivamente, construir o prolongamento da ferrovia de bitola estreita, partindo da Capital da Província... até chegar a Ca-choeira onde se ligaria á Pedro II que ali a aguardava desde 1875. Isso ocorreu tal como foi previsto em 1877».

Essa foi a Estrada de Ferro - «São Paulo Rio de Janeiro» (bito-la estreita até Cachoeira).

«E a estrada carioca que se foi unir em Cachoeira a uma outra de iniciativa paulista, deve ter influido um tanto, na maravilhosa rêde ferroviária»...

Tão logo foi proclamada a República, a «Estrada de Ferro D. Pe-dro II» passou à denominação de «Estrada de Ferro Central do Brasil» (novembro de 1889).

A baldeação - grande movimento - imperativamente, teve seu início quando os trilhos da bitola estreita e larga aqui se encontraram. Era um movimento curioso, a mudança de passageiros, malas, merca-dorias, de uma composição para outra, até 1892. Então, essa movimen-tação intensiva, deu origem à instalação de numerosas casas de pasto, hotéis e comércio avantajado. À proporção que a Central avançava seus trilhos, a baldeação foi sendo feita em outras cidades do ramal, na di-reção de São Paulo.

- No dia 23 de junho de 1852 foram concedidos privilégios a

companhia inglesa que se incumbiu da feitura da E. F. Pedro II.

- No dia 16 de novembro de 1853, foi assinado em Londres o contrato para a construção da grande ferro-via.

- Dizem, historiadores, que o início da Pedro II, foi em São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista.

E, assim, no dia 29 de março de 1858, já referido, perante S.M. o Imperador Pedro II e imensa multidão jubilosa, Cristiano Ottoni, com estas palavras terminou o seu discurso: «O farol que V.M. acendeu e à cuja luz estudarão nossos netos - é a inauguração das estradas de ferro, em nossa pátria».

Pedro II respondeu: «A Nação reconhece vossos perseverantes esforços e possuído do maior júbilo pelo acontecimento esperançoso que hoje todos aplaudimos, rogo a Deus que me conceda uma longa vida para ver os brasileiros sempre amigos, sempre felizes, caminhando com a velocidade cada vez mais crescente da civilização para o brilhante futuro que a Providência nos destinou».

- Quando do avanço da construção de estradas de ferro, Tavares Bastos, o grande sociólogo, fizera restrições a Cristiano Ottoni, os fazendeiros do Estado do Rio se opuseram ao traçado e Lins de Vasconcelos bradava no parlamento: «é estrada de ouro e não de ferro e carregará no primeiro dia toda a produção realizada e ficará trinta dias ociosa».

O grande marquês do Paraná dizia que era contrário a construção de estradas de ferro, porque nunca dariam para custeio. (Frase mais ou menos profética).

Entretanto, Castro Alves retumbava: «agora que o trem de ferro, acorda o tigre no cerro e espanta os cablocos nus - fazel desse rei dos ventos, ginete dos pensamentos, arautos da grande luz».

- Em 1865 foi resgatada a Pedro II que passou a pertencer ao patrimônio da Nação.

- Dentre os diretores mais renomados da Central do Brasil, figuram os nomes dos engenheiros: Cristiano Benedito Ottoni, (seu principal fundador) Mariano Procópio, Bento Ribeiro, Pereira Passos, Paulo de Frontin, Assis Ribeiro.

- A Central do Brasil, conserva com todo o cuidado, no Depósito de Engenho de Dentro, a «Baroneza» - locomotiva n.º 1 das ferrovias. Tem esse nome em homenagem a Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá.

Depósito da Central - Histórico

Tão logo a «Pedro 2.º» atingiu esta cidade (1875) e aqui vieram ter os trilhos da «São Paulo-Rio» (1877) em Cachoeira iniciou-se a era de seu desenvolvimento.

A direção da grande ferro-via instalou aqui uma precária oficina,

bem perto da estação. Depois de certo tempo, um incêndio devorou esse próprio federal, pois que, sua construção era toda de madeira. Então, dita oficina foi transferida para um barracão, onde permaneceu muito tempo, embora os operários tivessem que vencer dificuldades de transporte.

O Dr. Ribeiro de Almeida que exercia, como engenheiro, uma função de inspetor ou chefe do ramal, foi ter com o capitão João Marcondes que possuía uma grande chácara no bairros das Minhocas - Pitêu. Fêz ver, ao cap. Marcondes, que o Barão da Bocaina lhe oferecera, gratuitamente, terreno e lhe proporcionava todas as facilidades, se se dispusesse a instalar em Lorena as grandes oficinas da Central. Acrescentou que Cachoeira era o lugar ideal para essas instalações, mas, ninguém queria vender e ninguém previa o melhoramento. O Cap. Marcondes respondeu que - não vendia - doava à Central do Brasil, a área pedida, apenas com a condição de lhe ficar assegurado o direito de um embarcadouro para seus produtos.

E foi assim que teve início o antigo 7.º Depósito, depois I L 10. Segundo um marco existente no recinto desse próprio federal, sua inauguração oficial deu-se no dia (?) embora, com muita antecedência aí já se achassem instaladas as oficinas que durante muitos anos estiveram sob direção, primeiro, do Dr. Barreiro e depois do Sr. Ludolfo Cardoso da Rocha Santos.

O Dr. José Antonio Barreiro Júnior foi três vezes chefe do 7.º Depósito da Central desta cidade. Gostava muito de andar a cavalo. Residia num casarão da Rua Cap. Inácio Pinto, onde faleceu em 1917. Seu corpo foi transportado para o Rio de Janeiro e inhumado no cemitério de São João Batista.

Foram chefes, do depósito local, os seguintes engenheiros: Artur Araripe Júnior, Henrique da Rocha Freire, João Ramos Quitito, Lafayette Bonifácio de Andrade, Djalma Alves Ferreira Maia, João Maria Brochado Filho, Alberto Ribeiro Paz (general), Nelson Ribeiro da Mota, Mauro Moreira (capitão), Perides Moreira Pena, Leandro José de Faria, Alcides de Almeida Rego, Mário Bitencourt Sampaio, Ari Lopes Leal, Fernando Teixeira, Cristiano Teixeira Lobão, Pedro Afonso da Rocha Santos, Jaime Moreira, Antonio José de Araújo Pessoa, Hugo Belfort, Joaquim Carvalho, Jacob Manoel Wesling, Josalfredo Borges, Armando R. Carvalho, Aloisio G. de Castro, Geraldo Rocha, Descham Carvalho Filho, Waldir Pedro Monaquese, A. Fuiza de Castro, Germando Fabiano dos Santos, Luis de Luca e Silva, Jurandir Calazans, Maury Gomes Pacheco e Paulo Maciel Magalhães.

Mestres, Chefiando a Oficina

Manoel Lemes, Marcelino Ferreira, Otávio Mendes Ferreira, Joaquim Carvalho, S. Brasiliense, J. Coutinho, Rubens Carvalho, Carlos Martins, Landin Simões, Epaminondas P. Magalhães e Zacarias Nóbrega.

Diretores

A Estrada de Ferro Central do Brasil, desde seu início, até fins de Novembro de 1889, era denominada Pedro 2.º; recebeu depois, o nome de E.F.C.B.; a partir de 1941 a 1957 se converteu em autarquia; agora, pertence a Rede Ferro-Viária Nacional S/A.

Foram seus diretores desde 1855 a 1957:

Cristiano Benedito Otoni, Bento José Ribeiro Sobragi, Mariano Procópio Ferreira Lage, Vice almirante Elisiário Antonio dos Santos (Barão de Angra), Bento José Ribeiro Sobragi (2.º vêz); Francisco Pereira Passos, Herculano Veloso Ferreira Pena, Miguel Noel Nascentes Burnier, José Ewbank da Câmara, Eugênio Adriano Pereira da Cunha Melo, João Chrockatt de Sá Pereira, Ten. Coronel Antonio Geraldo de Souza Aguiar, Coronel Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, Marechal Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, André Custavo Paulo de Frontin (decassilabo), Francisco Pereira Passos (2.º vêz), Alfredo Eugênio de Almeida Maia, Gustavo Adolfo da Silveira, Gabriel Osório de Almeida, Aarão Reis, Paulo Frontin (2.º vêz), Miguel Arrojado Lisboa, Marciano de Aguiar Moreira, José Gonçalves Barbosa, Joaquim Assis Ribeiro, Caetano Lopes Júnior, João Carvalho de Araújo, Romero Zander, Caetano Lopes Júnior (2.º vêz), Capitão Aristóteles Lima Câmara, Luiz Carlos da Fonseca, Capitão Lima Câmara (2.º vêz), Arlindo Ribeiro da Luz, Luciano Martins Veras, Aristóteles de Lima Câmara (3.º vêz), Vítor Tann, Coronel João Mendonça Lima, Alberto Flores, Waldemar Coimbra Luz, Major Napoleão Alencastro Guimarães (início da autarquia) Ernani Bitencourt Cotrin, Renato de Azevedo Felo, General Durival de Brito e Silva, Gontran de Souza, Jurandir de Castro Pires Ferreira, Tenente Coronel Eurico de Souza Gomes Filho, Jair Rego de Oliveira, e Luiz Alberto Whatley.

Algumas notas sobre a Companhia «S Paulo e Rio de Janeiro»

1871 — «A lei provincial n.º 28 de 24 de Março de 1871, concedeu garantia de juros de 7% para construção de uma estrada de ferro que, partindo da cidade de São Paulo fosse entroncar na de Pedro II em sua estação terminal, na Cachoeira.

Por ato da presidência de 27 do mesmo mês, foi concedido aos cidadãos Angelo Tomaz do Amaral, Dr. Joaquim Flaminio de Godoi e João da Costa Gomes Leitão ou à companhia que elles organisassem, privilégio por 90 anos para a construção da referida estrada de ferro.

O contrato foi celebrado pela presidência a 2 de Março de 1872 com os Srs. Angelo Tomaz do Amaral e Domingos Moutinho, cessionários dos primitivos concessionários que, por seu turno, o transpassaram com as cláusulas, favores e onus à actual Companhia.

Por decreto n.º 5.047 de 7 de Agosto de 1872 foram aprovados os estatutos e sede, no Rio de Janeiro...

1884 — «A estrada foi provisoriamente aberta ao tráfico a 6 de Novembro de 1875 e, a 8 de Julho de 1876, teve lugar a inauguração definitiva com a assistência de S.A. o Sr. Conde D'Eu, Visconde do Rio Branco, Ministro da agricultura, presidente da província e mais pessoas gradas».

Francisco Ignácio Xavier Assis Moura.

(Do «Almanaque da Província de São Paulo - 1884»)

1875 — Inaugura-se a Estação do Norte (hoje Roosevelt).

Capítulo XIV

Sumário: — Vivência política

Cachoeira, no regime monárquico, republicano e ditatorial, viveu sob a direção de:

No plano federal

a) D. Pedro II, Princesa Isabel, Marechal Deodoro da Fonseca (Ditador) Marechal Deodoro da Fonseca (por eleição) Marechal Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena (†), Nilo Peçanha, Marechal Hermes da Fonseca, Wenceslau Braz, Rodrigues Alves (†), Delfim Moreira, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes, Washington Luís, Getúlio Vargas (Ditador), José Linhares (Interinamente), General Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas (†), João Café Filho, Nereu Ramos (interinamente), Juscelino Kubstchek, Jânio Quadros, João Goulart, Marechal Castelo Branco, Marechal Artur da Costa e Silva, General Garrastazu Médici, Ranieri Mazili, como Presidente da Câmara dos Deputados, ocupou seis vezes a presidência, interinamente.

b) No plano estadual: Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Joaquim de Souza Mursa [trunvirato] - Prudente de Moraes, Jorge Tibiriça, Américo Brasiliense, Cerqueira Cesar.

Presidentes: Bernardino de Campos, Campos Sales, Fernando Prestes, Rodrigues Alves, Bernardino de Campos, Jorge Tibiriça Albuquerque Lins, Rodrigues Alves, Altino Arantes, Washington Luís, Carlos de Campos (†), Dino Bueno, Júlio Prestes, Heitor Penteado.

Interventores: João Alberto, Laudo de Camargo, Manoel Rabelo, Plínio Barreto, Pedro de Toledo, general Waldomiro de Lima, general Daltro Filho, Armando Sales de Oliveira, Cardoso de Melo Neto, Ademar de Barros, Sebastião Nogueira de Lima, Fernando Costa e Macedo Soares.

Governadores: Adhemar de Barros, Lucas Nogueira Garcez, Jânio Quadros, Carvalho Pinto, Adhemar de Barros, Laudo Natel, Abreu Sodré, Laudo Natel.

(†) Faleceram no poder.

Capítulo XV

Sumário — Guerras e Revoluções

Cachoeira, na sua vida autônoma, assistiu as seguintes guerras e revoluções, participando de muitas delas.

13 de Maio de 1888 - Liberdade dos escravos.

15 de Novembro de 1889 - Proclamação da Republica.

6 de Setembro de 1893 - Rebelião da armada chefiada por Custódio José de Melo.

1897 - A guerras de Canudos.

14 de Novembro de 1904 - Revolta da Escola Militar (contra a vacinação obrigatória) chefiada pelo general Travassos, Laudo Sodré, Alexandre Barbosa Lima, e outros. Presidência Rodrigues Alves.

23 de Novembro de 1910 - Rebelião do encouraçado «Minas Gerais» chefiada por João Cândido.

28 de Julho de 1914 - A 1.ª grande guerra mundial, até 11-11-1918

5 de Julho de 1922 - Revolta dos 18 do Forte Copacabana.

5 de Julho de 1924 - Revolução em São Paulo, chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes.

3 de Outubro de 1930 - Revolução chefiada por Getúlio Vargas. Término 24-10-1930.

9 de Junho de 1932 até 28-9-32 - Revolução chefiada pelo governador Pedro de Toledo e por vários chefes militares (vide relato em separado).

1 de Setembro de 1939 - A 2.ª grande guerra mundial.

31 de Março de 1964 - Revolução chefiada pelo general Olímpio Mourão Filho, com o apoio das forças armadas.

Setembro 1968 - Ato Institucional n.º 5

Nota - Seria interessante relatar como toda essa sequência de episódios ecoou nesta cidade pelo comentário dos semanários locais. Dada a impossibilidade, pela extensão da matéria, vão apenas, as datas da vivência de Cachoeira no regime monárquico e republicano e, bem assim, as que se referem á guerras e revoluções. Esse capítulo também se veste de um sentido didático.

Capítulo XVI

Sumário: — Revoluções de 1924 e 1930

Como este livro é a história de Cachoeira, narremos sinteticamente os fatos revolucionários que aqui se projetaram, para lembrança dos pósteros, interrompendo assim, a ordem cronológica.

Revolução de 1924 - Presidente da República o Dr. Artur da Silva Bernardes, um pulso forte, representava o princípio da autoridade decidida e cujo governo se processou, em grande parte, dentro do estado de sítio.

No dia 5 de julho de 1924 - estala em São Paulo uma revolução, chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes, visando a deposição do governo da República. Prêso pelos revolucionários o general Abílio Noronha comandante da 2.ª R.M., atacado o palácio dos Campos Eliseos, Carlos de Campos, presidente de São Paulo, retira-se para Guaiaúna, estação que hoje tem o seu nome.

Ocupada a Capital pelas forças revolucionárias, coube ao general Eduardo Sócrates, dos lados da Penha, comandar o ataque para expulsar os ocupantes, o que se verificou em 28-7-1924. Enquanto, isso, nós aqui em Cachoeira, assistíamos a passagem de comboios e mais comboios de militares e material de guerra. O drama desenvolvia-se dentro da noite, pois, notícia alguma nos chegava. Havia uma barreira separando os dois campos. Nesse tempo, o rádio não existia. Finalmente, os revoltosos deixaram São Paulo no dia supra citado. Foi organizada a «Coluna Prestes» lá para outras bandas e a vida cachoeirense continuou como dantes.

Revolução de 1930 - Em 1928-1929 - O mundo econômico foi sacudido pelo terremoto que se verificou na Bolsa de Nova York. O Brasil sofreu, tremendamente, face a desvalorização de seu principal produto - o café. Quando um organismo sofre, sofrem todas as suas fibras. As grandes fortunas se derrocaram com estrondo. Procurado, Washington Luís, presidente da República - que poderia fazer, se o mal se generalizava, atingindo principalmente a nação. E começou o descontentamento - organiza-se a Aliança Nacional Libertadora, somam-se as forças da oposição incentivada pelo Partido Democrático, fere-se o pleito presidencial, Júlio Prestes é eleito, vai aos Estados Unidos pagar a visita de Herbert Hoover, João Pessoa é assassinado e, então, no dia 3 de outubro de 1930, Oswaldo Aranha, do Rio Grande do Sul, lança a frase cabalística - «que é que há?» incêndia-se o país e tem início a jornada cruenta.

Aqui pela nossa cidade passam os comboios militares na direção de Cruzeiro e Túnel.

A população vive momentos de aflição. São convocados os civis. Poucos comparecem. Há um rebate falso no Túnel e as tropas em debandada lotaram Cruzeiro e Cachoeira. Há exodo em Cruzeiro e Cachoeira toda acolhe - povo e militares - que se alojam no antigo teatro e residências. Com certo sacrifício foi mantida a ordem.

O delegado de Cruzeiro, Ferreira Rosa se ocultara. Aqui chegara o delegado Venâncio Aires, regional de Guaratinguetá.

Queria ir a Cruzeiro de qualquer maneira. A isso nos opusemos até com violência, pois sabíamos que seria sacrificado.

Cessada a falsidade do boato, tudo foi se recompondo, a tropa retornando a seus setores, mas daí a pouco - 24 de outubro - a deposição de Washington Luís, uma Junta Militar e Getúlio Vargas no poder.

O que se verificou nesta cidade parece incrível. Cachoeira como que foi tomada de assalto. As ruas se lotaram e uma avalanche de malfetores a tudo dominou.

Todos perdemos as garantias.

Pessoas que nada significavam no ambiente social se arvoram em chefes.

Era prefeito o Sr. Antonio da Silveira Mendes, delegado de polícia o Dr. Edmund Azurém Furtado. Perderam sua autoridade e foram ameaçados. O juiz de direito Dr. Eugênio Fortes Coelho, respondendo ao discurso de um orador improvisado frente à turba disse: agradeço as garantias que me oferecels, mas um juiz de direito garantido, pode ser tudo, menos juiz de direito. Se é que, nesta conjuntura, resta-me um frangalho de autoridade eu vos aconselho calma e moderação, porque a enchente passa. Ide para vossas casas. Somos todos irmãos.

Houve excesso, como é natural, em tais ocasiões, mas não muito, a não ser a depredação total da oficina gráfica de José Moreira Barbosa.

Realmente, a enchente passou e Cachoeira como todo o Brasil continuou a viver sob o regime ditatorial de Getúlio Vargas.

Capítulo X V I I

Sumário: — Revolução de 1932

«32» - Assim ficou sendo denominado esse movimento que empolgou São Paulo e o Brasil e se constituiu no maior acontecimento da nossa história republicana. Embora, já tenhamos um livro sobre esse evento cívico, em Cachoeira, no entanto, estamos escrevendo para o futuro, por isso, nossa obrigação de vincular, rápido resumo a este trabalho, para que os pósteros percebam o que foi esta cidade no transcurso da jornada constitucionalista.

O motivo que inspirou essa epopéia foi o de São Paulo e outros Estados pretenderem a constitucionalização do país. Ademais, um descontentamento generalizado morava no subconsciente do povo.

Tudo parecia errado, mas o governo discricionário, agia da maneira que entendia.

O movimento foi o estouro patriótico da alma da multidão rebelada, já standartizada para a peleja e para o sofrimento. O ditador, Dr. Getúlio Vargas, não cumprira o que prometera.

São Paulo, após a vitória da revolução de 1930, não fôra entregue a um de seus filhos e, sim, ao tenente João Alberto, promovido a coronel. Dois episódios prenunciavam o desfêcho do drama: o comício de 25 de Janeiro na Praça da Sé, quando trovejaram Ibrahim Nobre, Antonio Augusto Covelo, Armando Prado, Lourenção, Aureliano Leite...

e o ataque á sede da Legião Revolucionária, na rua Barão de Itapetininga (23-5-1932) quando caíram baleados e mortos quatro estudantes da Faculdade de Direito: Miragáia, Martim, Dráusio e Camargo. (M.M.D.C.)

Então, sôbre esses quatro cadáveres levanta-se o govêrno Pedro Toledo, assim, constituído: pasta da Justiça - Waldemar Ferreira; da Educação e Saúde Pública - Rodrigues Alves Sobrinho; da Viação-Fonseca Teles; da Agricultura - Francisco Junqueira; da Fazenda - Paulo de Moraes Barros; Prefeitura de São Paulo - Gofredo da Silva Teles; Chefatura de polícia - Tirso Martins; Comandante da Força Pública - Coronel Júlio Marcondes Salgado.

Aceso o estopim, o petardo, estourou a 9 de julho.

Como podia ser acimada de separatista uma Revolução que nesta frente contou com a presença de valentes coronéis como: Euclides de Figueiredo, Palimercio de Rezende, Melo Matos, Abílio de Rezende, Andrade, Ciro Vidal, Costa Marques, Lúcio de Castro ... se nenhum era paulista?!

Muitos livros se publicaram relatando a jornada cruenta. Prefeito que éramos em 1932 desta cidade, participamos da luta e, finalmente, escrevemos também, um livro sob o título - «Recordações de 32 em Cachoeira e setores» (Queluz, Pinheiro, Túnel, Silveira, Barreiro).

Os generais Bertoldo Klinger e Isidoro Dias Lopes (não paulistas) indigitados para a chefia do Movimento se desentenderam. Isidoro retirou-se para Santos e Klinger retardou sua chegada a São Paulo, pois que, vinha de Mato Grosso, com «a espada em continência á lei». Então, o coronel Euclides de Figueiredo toma a chefia e instala em Cachoeira a 2.a D.I.O. Esta cidade se tornou um formigueiro humano. Avalanches e mais avalanches de civis e militares aqui vinham ter. Como que se refaziam e seguiam para o front. Só de uma feita foram contados mais de seiscentos veículos nesta cidade e a cavalaria do 2.o R.C.D. de Pirassununga, estendeu-se da Estação á Rua Ignácio Pinto. No dia seguinte o 4.o R.A.M. (4.o Regimento de Artilharia montada de Itú.

Assim, foram instaladas as organizações de guerra em Cachoeira:

Quartel General - 2.a D.I.O. (2.a Divisão de Infantaria em Operações)

Coronel Euclides de Figueiredo - Comandante do Setor Norte.

Palimercio de Rezende - Chefe do Estado Maior.

Chefes da 1.a 2.a 3.a e 4.a secção: Capitães Celso Veloso, Aristóteles Ribeiro, Mena Barreto e Waldemar Galvão.

Tenentes Pedro Mena Barreto e Artur Lemos de Brito - encarregados de Ligação, Correio e Rádio.

Capitães Waldemar, Mena Barreto, Tenentes Fournier e Lobo, ajudantes de ordens.

Auxiliares - Brigada Floriano, sargentos Mazzi, Carvalinho, cabos Oswaldo, Milton, Celestino, Euclides e outros.

Civis adidos ao Q.G. - Júlio de Mesquita Filho, Roberto Moreira, Carlos Prado Mendonça, Coriolano de Goes, Eurico de Souza Leão,

Alvaro Liberato de Macedo, Tito Pacheco Júnior, José Paranhos do Rio Branco, aspirante Erasmo Flores da Cunha.

Coronel Lúcio de Castro - Chefe no material bélico:

Serviço de Engenharia - Capitão Aarão Jefferson Ferraz - Chefe. Capitão Gastão de Mesquita, tenentes Otávio Ferraz Sampaio, Alvaro de Souza Lima, Ernani Negueira, Arnaldo Camargo, Nestor Dalcilene Caiubi, Agenor de Camargo Filho, Artur de Souza Lima, Antonio Bresser Monteiro, Nelson de Godoy Pereira, Ademir de Souza Queiroz, Oswaldo Ferraz Sampaio, Fausto Seabra, Clóvis Joly de Lima, José Malheiros, Rencon e Avelino Teixeira.

Comando da Praça de Cachoeira: Comandante - capitão Mariano Chaves. Auxiliares: tenente Durval Amaral (da F.P.) Henrique Vilaboim, Walter Cardo, Joel e Alvaro Mendes.

Chefia Técnica Veterinária e Depósito de Remonta - Chefe - Major Oscar Menezes. Auxiliares: tenente Marcondes...

Serviço de Intendência: Chefe - Major Novais - Chefe de Subsistência - Capitão Guilhermino dos Santos Filho; Secretária - D. Vicentina; Auxiliares: tenentes João Joaquim dos Santos, Milton Menezes Moura, sargentos João Egidio de Souza, Cardoso, Garrido, Mozart, Andreoli, Bolívar, Mesquita; cabos Santos e Pedrosa; civis - Gumercindo, João Matos, Ary Sene e Antonio Porto Rocha.

Serviço de Transporte Constitucionalista (S.T.C.)

Superintendente - Chefe - Domicio Pacheco e Silva. Auxiliares: Alfredo Figliolini, Daniel de Paula Ferreira, José da Costa Giudice, Edmur de Souza Queiroz, Raul Ferreira, Almiro Leal da Costa, Luiz Gonzaga de Queiroz, José Roberto Rodrigues, José Rufino, João Vieira de Barros Neto, Antonio de Paula Morse, Luiz Cardoso de Melo e Eliseu Garcia.

Almoxarifado - Chefe - Ralph Pompeu de Camargo, Auxiliares: José de Oliveira Godoy, Paulo de Oliveira Godoy e Tarcilio de Aquino Lemos.

Pôsto de Abastecimento de combustível e reparos - Chefe - M. Amazonas B. Silva, Auxiliares - Francisco Rogé Ferreira...

Oficina Mecânica - Chefe - Eugênio Wissembach

Distribuição, guarda de automóveis e alojamento do pessoal - Chefe - Corállo Ribeiro - Auxiliares: Pedro Cráccio, Nilde Ribeiro dos Santos, João Waldeman, Jorge Moreira Lima, Rui Cunha, Franz Adolfo Muler, Roberto de Queiroz Teles, Danton Cândido Gomes, Cleon Mário Graciano, José Benedito de Barros, Manoel do Rego, José de Toledo Braga, Ary Ramos, Luiz Nóbrega Soares, Raul Rios Filho, Benedito Lorena, José Ribeiro dos Santos.

Q.C.M. (Quartel Central dos Motoristas) - Chefe - Vitor M. Leite - Auxiliares: Afonso Rodrigues Negrão, Eurico Toledo Carvalho, Edgarde Guedes.

Auxiliares com automóvel próprio - Carlos Araújo, Marcelo Mendonça, Paulo Ruiz, Tomaz da Cunha Bueno, Luiz da Cunha Bueno, Noé S. dos Santos, Rocha Azevedo Filho, Jorge Pacheco e Silva, Celso Ferreira Bueno, Alberto de Almeida, Carlos J. do Amaral, Joaquim da Cunha Bueno Neto, Carlos B. Monte Negro, Nelson A. Coutinho, Fernando Espindola, Ataliba P. do Amaral, Ademar de Souza Queiroz, Paulo Quartim Barbosa.

Serviço de Defesa Aérea Móvel - Chefe - Capitão Mário Bulcão Guidice, Auxiliares: Mauricio Verdier, Pierre Verdier, Luiz Carlos Borba.

Estrada de Ferro Central do Brasil - Diretor - Mário Cabral. Auxiliares: Oscar Cabral (tezoureiro), A.B. Machado Florence (secretário), Henrique Rocha Freire (chefe da locomoção), Mário Castilho (chefe da linha), Cicero Azevedo (chefe do Tráfego), Alberto da Silva Gordo (engenheiro residente). Auxiliares em serviços militares: engenheiro Galdino Rocha, Edgard Prado Lopes, Francisco Amaro Júnior, Fernando de Moraes Barros, Eudoro Prado Lopes, Egberto Prado Lopes, capitão Ernesto Luiz de Oliveira e civil João Olinto Rosa. Na estação local: Djalma José Laro, Joaquim dos Santos Pinto, Danton da Silva Jardim, Patrício Miranda.

Serviço de Saúde - A princípio Drs: Ayres Neto e Carlos Gama: Chefe: Major Aristóteles Rabelo, Auxiliares: capitães doutores: Miguel Silvio Ribeiro, Joaquim de Carvalho Parreiras, Francisco Bezerril Fonteneli, Paulo Domingos de Castro, Paulo de Faria, Arnaldo de Godoy e Dante Pavanezzi. 1.os tenentes doutorando: José Corrêa de Araújo Carvalho, Celso C. Machado de Araújo, Hamilton Gomes, Raul de Carvalho e padioleiros.

Estrada de Rodagem - Chefe - Adeodato Botelho Júnior. Auxiliares: Ulisses Perrenoud, Jordano Bruno Olivati, Vitor Resse de Gouveia, Waldo Silveira, Antonio Pompeu de Camargo, Raul Simões, Silvio Eckman, Américo de Carvalho Ramos, Dário Bueno, Alberto Veiga Filho, José Frederico Martins, Barros Amaral, Carlos Pedro, Alberto Maricato, Ricardo Capote Valente.

Chefia da 3.a residência: Adeodato Botelho Júnior, Isaac Garcez - auxiliar Inocêncio Candelária.

Departamento de Assistência à População Civil - (D.A.P.C) Chefe - Dr. Edmur de Souza Queiroz. Auxiliares: D. Carolina de Souza Queiroz, Clorinda Ferreira Bastos, Nanete Ferreira Bastos, Lili de Souza Queiroz e civis - José Porto Lopes, José Freitas Ramos, André Mota de Siqueira e contabilista José Marques dos Reis.

Cruz Vermelha - Delegado junto ao comando superior - Dr. Galeno de Revoredo. Assistentes participantes: Drs. João Matar, Moura Castilho, Jairo Ramos, Alvaro Alves dos Santos, Domingos de Oliveira

Sobrinho, A. de Sampaio Dória, A. Gomes de Matos. Acadêmicos: Anibal Cardoso Amaral, Oscar A. de Matos, José Guarani de Souza, Francisco Tancredi, Salin Haida; farmacêutico Oswaldo de Oliveira, D. Olga de Souza Queiroz, Angélica Vidigal, Carmelita Falciano e Lígia Bretaud; enfermeiros Antonio de Lima Neto e Augusto de Souza Queiroz. Corpo de Saúde (de Santos): Drs. Guilherme Gonçalves, João Carlos de Azevedo, Emílio Navajas Filho, Herman Nunes, Clóvis de Lacerda, Oswaldo Santiago, Hugo de Oliveira Ribeiro, Osório de Souza, Leite e Marcellio Dias Ferraz.

Correio Militar da M.M.D.C. - Chefe - Moacir Tavoraro. Auxiliares: João Modesto Barcelos, Ricardo Ottajano, Otávio Daiuto, Luiz Prado e Carlos Mendonça.

Serviço de Saúde - Drs. Aires Neto, Carlos Gama, Pedro, Aires Neto, Gama Rodrigues, Galeno de Revoredo, Arnaldo de Moraes Pedrosa, Moura Castilho, Plínio Caiado de Castro, Herbert de Vasconcelos. Oficiais de ligação: Coronel Alencastro Guimarães, Major José Ignácio de Assis, capitão Henrique da Silva, D. Antonia de Souza Queiroz, Dr. Milton Pina, farmacêutico: Nelson Balmaceda, Major Artur Costa, capitães: Edgard dos Santos Neves, Cristiano de Souza, João Rodrigues Barbosa, tenentes Meireles, Mário Nheco, Oswaldo Cerqueira, Fernando Costa (médicos). Farmacêutico, enfermeiros, dentistas e auxiliares: tenentes: Edgard, Oto Marcondes, Teodoro, Bondin, Pierre, sargento Seráfico, cabos João Pontes, Justo Caliguro, Simplicio, Inácio, João Pinheiro, Durval Pereira da Costa, Berione, Cesar Kerm, Oswaldo Quirino, João Barbosa, Maurício Barbosa, Mauro de Moura, Sidnei Rinaldi; D. D. Moema Barbosa, Maria B. Costa e Nair Caldas Barbosa (cosinheiras).

Auditoria de Guerra - Coriolano de Goes, Alarico Caiubi, Roberto Moreira, Eurico de Souza Leão, Paulo Quartim Barbosa. Capitão Julião Antunes Coelho; Capitão tenente Nelson de Melo (reformado da Marinha), Dr. Alvaro de Brito, Dr. Lobato, João Monteiro (capitão) tenentes Hermogens e Benedito.

Casa do Soldado - (a 1.a) Diretora - D. Olga de Souza Queiroz. Auxiliares: D. D. Marieta Romeiro, Carolina de Souza Queiroz, Lúcia Romeiro da Cruz, Sebastiana Adich, Julieta Adich, Antonieta Camargo Penteado, Otília Camargo Penteado, Glória Magalhães Bastos, Ana Magalhães Bastos, Odília Dihil, Luzia Carlomagno; Carmélia Carlomagno, Nene Lopes de Almeida, Paulina e Lourdes Lopes de Almeida, Angelina de Souza, Leonie Mendes, Idinha Rios, Mariinha Rios, Ilka de Siqueira, Helena Simões.

Casa do Soldado - (a 2.a) Diretora - D. Palmira Mendes. Auxiliares: D. D. Lourdes Pompeu de Camargo, Lucila Pompeu de Camargo, Nazareth Pompeu Pacheco e Silva, Elisa de Quadro, Magda Palm, Hilda Rifei, Adelina Mota de Siqueira, Eutália Kiel, Mariinha Teixeira Mendes.

ESTRADA DE FERRO PAULISTA - Chefe - Jaime Cintra. Engenheiros: Pelágio Rodrigues dos Santos, Henrique Florence, Hermani Rezen-de de Andrade, Francisco Oliva, Pedro de Andrade Carvalho, José Romualdo de Oliveira, João Batista Garcez, Antonio F. Cavalcanti. Médicos: Henrique Sampaio Correia, Mucio Morgel, Benedito Ferraz e Rubens Cordeiro Leite. Pessoal subalterno - 170.

SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DAS TROPAS EM OPERAÇÕES (S.A.T.O.) - Sávio Azevedo, Cícero Bastos, Inácio Bastos.

SERVIÇO DE SOCORRO E CONSERTO DE AUTOMÓVEIS - (T.O.P.) Cerqueira Leite, Renato Martins, Pacos Soares Martins.

GUARDA NOTURNA - Comendo da praça.

DELEGACIA TÉCNICA - Chefes - Alexandre Albuquerque e Plínio de Queiroz. Delegado Técnico - Leandro Duprê. Engenheiros: Martin da Silveira, Francisco Longo, Alvaro Vidigal. Auxiliares: João de Paula Souza, Filinto Silva, Nabor Araújo Monteiro, Oswaldo Carvalho.

ASSISTÊNCIA AOS DOBRES: Sociedade Vicentina - capitão - José de Oliveira Gomes, D. Maria Porto Gomes.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO CIVIL - Ed-mur de Souza Queiroz.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA - Oswaldo Machado.

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - 3 postos: bairro da Itelvina, Minhocas e Rua Capitão Inácio Pinto - Francisco Longo (chefe).

EXPEDIÇÃO DE SALVO-CONDUTO - Benjamin Fontes, José Por-to Gomes, Homero Porto Gomes, Waldemar Magalhães.

ARMAZÉM DA DELEGACIA TÉCNICA - João de Paula Souza.

TELEFONE - Alvaro Vidigal, Alcides Libio.

CASA DE COSTURA - D. D. Carolina Mota de Siqueira, Irmãs Carlomagno, Adellina Viviani, Nair Nogueira Teixeira, Maria Eugênia Pinto, Aurora e Elvira Viviani, professor João Palazo e Felipe Carlo-magno.

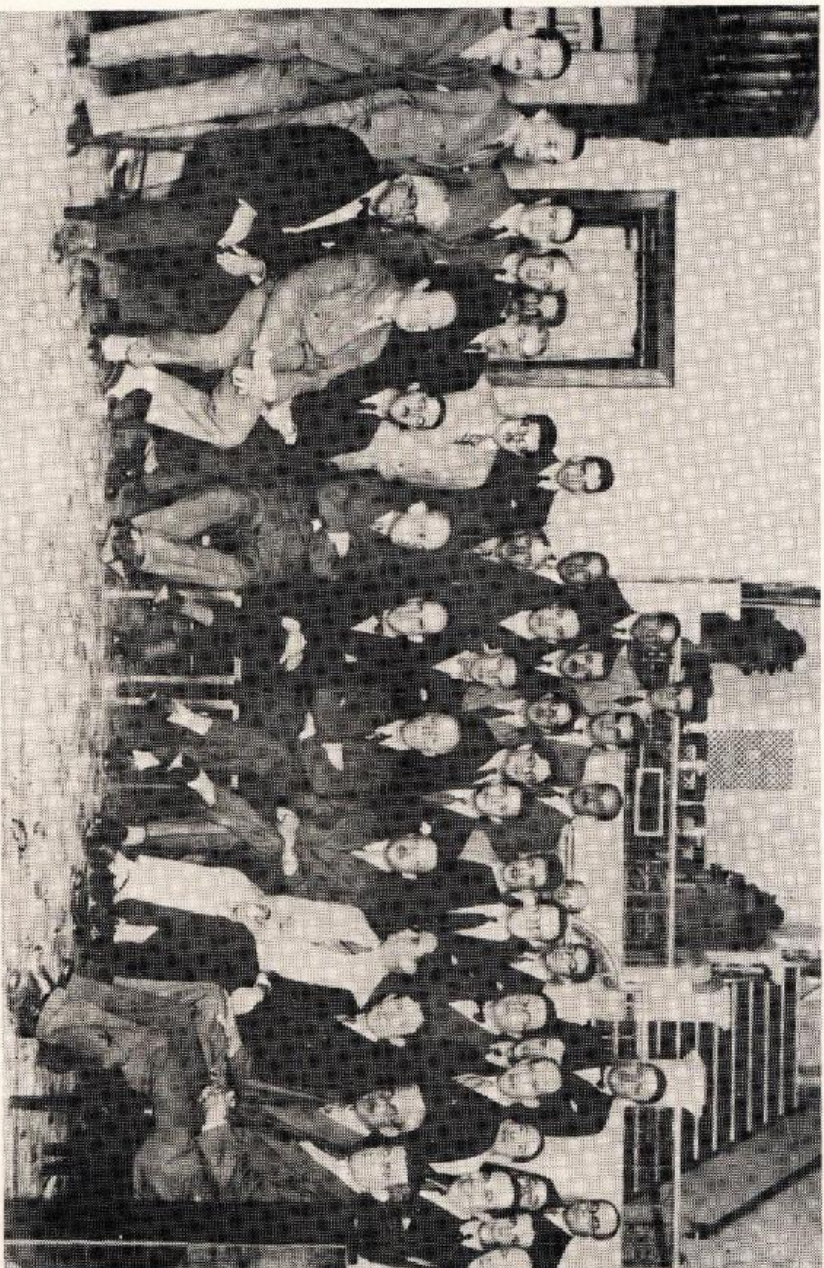
TREM BLINDADO - Irmãos Mena Barreto, Tito Pacheco e Paulo Duarte. Maquinista - Antonio Ricardi e Antonio Costa. Foguistas - João Rodrigues da Fonseca e Augusto Silva. Limpa trilhos - Joaquim Fer-nandes.

O Epílogo

RETIRADA DA POPULAÇÃO DE CACHOEIRA - 13 de Setembro de 1932.

DESTRUIÇÃO DA PONTE SOBRE O PARAIBA - 14 de Setembro de 1932, de madrugada.

Membros do
 Instituto de
 Engenharia
 que tomaram parte
 ativa nas
 operações do
 Setor Norte da
 Revolução
 Constitucionalista,
 reunidos em
 novembro de 1932,
 em São Paulo.



Senhores (da esquerda para a direita): Leven Vampré — Carlos Veiga — Plínio de Queiroz — Alexandre de Albuquerque — F.^o Funseco Telles — Antonio Prudente de Moraes — Cel. Aarão Jefferson Ferraz — Alvaro de Souza Lima — Cláudio Ferraz Sampaio — Isaac Garcez — **Agostinho Ramos** (Presidente de Cachoeira em 1932) e organizador da Reunião) — **Em pé** (da esquerda para a direita): **1.^a fila** — Horus Serra — Cláudio Caetano Braga — Argemiro Couto de Barros — Ricardo Capote Valente — Mario Cunha — Manoel de Moraes Barros — Nestor Dale Canaby — Donício Pacheco e Silva — Filipeiro de Lima — Alvaro da Veiga Coimbra — Alberto Prado Guimarães — Salvo Azevedo — J. Garcez — Donício Pacheco e Silva — Guilherme Lebeis — Alfredo Barros Amaral — Ademar de Souza Queiroz — Enami Nogueira — Sampaio Viana — Alvaro da Costa Vidigal — Dário de Castro Bueno **2.^a fila** (da esquerda para a direita): José Luiz de Melo Matos — Pedro França Pinto — José Giorgi — Lemes Brito — Gasão Moura — Waldirio Prado Guimarães — Rodolfo Valadão — Sílcio Soares de Camargo.

TERMINO DA REVOLUÇÃO - 30 de Setembro de 1932.

FORÇAS PAULISTAS - que estiveram em Cachoeira e seguiram para a front. Exército: 4.º R.I.; 5.º R.I.; 6.º R.I.; 4.º B.C.; 2.º G.A.P.; 2.º G.A.D.; 4.º R.A.M.; 2.º R.C.D.; 5.º R.C.P. 1.º B.C.R.; 5.º B.C.R., 7.º B.C.R., 8.º B.C.R., 11.º B.C.R. Polícia: 1.º B.C.P., 2.º B.C.P., 5.º B.C.P., 5.º B.C.P.M. 8.º B.C.P.

BATALHÕES PATRIÓTICOS: Amador Bueno, Piratininga, Baía, Jacques Félix, General Osório, 1.º de Justiça, Santos Dumont, Batista da Luz, Saldanha da Gama, Arquidiocesano, 7 de Setembro, Piracicabano, Ferro-Viário, Henrique Dias, Campos Sales, Funcionários Públicos, Liga de Defesa Nacional, Coluna Boaventura, Legião Negra, Tiro Naval de Santos, Brigada Minas Gerais, Trem Blindado.

NOTA - O distinto engenheiro Dr. Alberto Prado Guimarães que, em 1932 exerceu o espinhoso cargo de Delegado Técnico de Silveiras, (front.) deu, a este livro, sua preciosa colaboração, obtendo, como oferta, do Instituto de Engenharia de São Paulo, a fotografia já impressa, do grupo de engenheiros que, em Novembro de 1932, se reuniu no restaurant Ferrari - «Vira Frango» Rua Xavier de Toledo. Reputamos esse documento da mais alta valia.

NO PLANO FEDERAL - Forças ditatoriais que convergiram sobre Cachoeira, na 2.º quinzena do mês de Setembro de 1932.

EXÉRCITO DE LESTE 1.º D.I.O: Comandante - General Pedro Aurélio Goes Monteiro.

Destacamento: Coronel Daltro Filho - Eixo da E.F.C.B.

Destacamento: Coronel Cristovão Ferreira - Flanco esquerdo.

Destacamento: Coronel Guedes da Fontoura - Eixo da Rodagem Rio - São Paulo.

Destacamento: Coronel Colatino Marques - Flanco direito.

Vanguarda - Major Zenóbio Costa.

Exército: 1.º R.I., 2.º R.I., 3.º R.I., 9.º R.I., 10.º R.I., 11.º R.I., 12.º R.I., 1.º B.C., 3.º B.C., 20.º B.C., 22.º B.C., 25.º B.C., 29.º B.C., 1.º G.A.P., 1.º R.A.M., 1.º R.C.D., 4.º R.C.P. - Brigada Gaúcha - além de várias baterias de G.A.P. companhias de carros de assalto, tanks, contingentes de artilharia naval (Hercolino Cascardo) batalhões de polícia, de voluntários de vários Estados, cavalaria (coronel Newton Cavalcanti) infantaria da marinha (tropas de desembarque)...

NOTA FINAL ... - e assim, os pósteros, terão uma visão do passado e concluirão como pôde Cachoeira abrigar tantas organizações de guerra, tanta arma, tantos soldados, sem que houvesse o menor choque, o menor incidente, o menor excesso, turvando a grande jornada constitucionalista.

Capítulo XVIII

Sumário — Instrução pública primitiva. Escola Normal e os primeiros diplomados. 1.º documento oficioso. Grupos escolares. Estabelecimentos secundários e outros.

Cachoeira, como quase todas as cidades da mesma época, mantinha muito, precariamente, suas escolas - naquele tempo «isoladas» ou da «fazenda tal». O professor recebia o nome de «mestre-escola» e, escolhia para ajudá-lo, dentre os alunos, um que tivesse certo mérito - o «decurião».

A palmatória, enfeitada com fitas, dependurada na parede, por vezes, funcionava numa oferta de «bolos». A «lousa» e o «lápiz de pedra» eram o material próprio para o aprendizado de aritmética e linguagem escrita. A taboada cantada. O ensino da leitura começava pelo alfabeto (decorado), e finalmente; a cartilha (soletrada). Métodos de ensino; soletração, silabação, palavração - de João de Deus - o melhor. Obrigatório, o ensino da doutrina cristã. O mestre-escola gosava de real respeito e acatamento. Era sempre de boa idade, usava barbas longas, pince-nez, palitô de alpaca, colete e calça branca, gravata preta de rétroz e «disseminava» instrução aos filhos de fazendeiros, de colonos e aos crioulinhos escravos. Tudo precaríssimo: bancos, caixotes, tamboretas e higiene. E, assim, continuou muito tempo até que Cesário Mota Júnior, Caetano de Campos, Miss Brown, Zalina Rolim, Gabriel Prestes, João Kopke, Felisberto de Carvalho, Tomaz Galhardo, prepararam o advento de uma nova era.

Escola Normal da Praça

Pode parecer uma digressão, ou desvio do roteiro traçado, considerarmos outros assuntos, mas em se tratando da «Normal da Praça» em qualquer livro, cujo autor seja professor paulista (como este narrador) essa digressão tem lóros de gratidão. Segundo os que trataram do assunto, foi em 1821 que Martim Francisco teve a idéia ou formulou o respetivo projeto de uma Escola Normal.

Em 1846 criou-se um Curso Normal regido pelo Dr. Manoel Chaves que durante vinte anos venceu tantas dificuldades, mas, sempre com rendimentos pedagógico.

Foi justamente, em 1846 que Abelardo de Brito matriculou-se nesse Curso, figurando na 1.ª turma de diplomados.

Em 1875, João Teodoro, na presidência da Província, procurou restabelecer o Curso Normal. Seguiram-se três anos de angustia dada a falta de recursos.

Mesmo, assim, tivemos as 1.ªs turmas de 1876-77.

Em 2 de Agosto de 1880, Abelardo de Brito (diplomado pelo Curso do Dr. Chaves) acende novo facho e, então, a Escola Normal surge, em definitivo, para suas luminosas atividades - primeiro no edifício da Rua da Boa-Morte e, finalmente, na Praça da República, onde floresce.

Pode-se dizer, sem medo de errar, que a Faculdade de Direito do Largo São Francisco e a Escola Normal Secundária, no campo das ciências, do direito e, portanto, da cultura, alicerçaram esse esplendor de São Paulo que, na atualidade, sentimos, admiramos e percebemos que se desenrola ovante pelas estradas do futuro.

- Que se não olvide os nomes: de Froebel - pedagogo alemão, pioneiro das escolas normais; Maria Montessori; de Pestalozzi - pedagogo suíço - autor do «Livro das Mães»; de John Dewey, pedagogo norte-americano, autor de «Como pensamos».

- Prestemos homenagem a alguns desses luzeiros do século passado, diplomados nessas datas pela Escola Normal e que fazem, todos, no vale das sombras;

1876- José Júlio Goulart, José Luiz Flaquer (mais tarde senador), Olímpio Catão, Tomaz Paulo do Bom Sucesso Galhardo, . .

1877- Carlos Reis. . .

1882- João Francisco Belegarde, Júlio Cesar de Oliveira, Marcolino da Luz, Felicidade Perpétua de Macedo. . .

1883- Antonio M. Galvão de Moura Lacerda, Augusto Cesar de Arruda Castanho, Benedito Borges Vieira, José Carlos Dias, José Ribeiro Escolar. . .

1884- Artur Breves, Carlos Escobar. . .

1885- Fernando Bonilha Júnior, Júlio Cesar Goulart. . .

1886- Antonio A.P. Almeida Júnior, José Canuto de Oliveira, José Carneiro da Silva, Tancredo L. do Amaral Coutinho.

1887- Eduardo Bresser da Silveira, João B. da Conceição Chins, José Feliciano de Oliveira, José Monteiro Boa-Nova, Luiz Grellet, Pelópidas de Toledo Ramos. . .

1888- Aristides Epifânio de Macedo (cachoeirense), Cipriano da Rocha Lima, Domingos de Paula e Silva, Gabriel Prestes, Mariano de Oliveira, Ramon Roca Dordal, Romão Puigari. . .

1889- Aderbal de Paula Ferreira, Alexandre Marcondes Machado, Antonio Morato de Carvalho, Carlos Grellet Júnior, Gabriel Ortiz, Honora to Faustino de Oliveira, Oreste de Oliveira Guimarães. . .

1890- Alfredo Bresser da Silveira, Antonio Alves Aranha, Artur da Cunha Glória, Artur Goulart Penteado, Frontino Ferreira Guimarães, Gabriel de Azevedo Antunes, João Lourenço Rodrigues, Júlio Pestana. . .

1891 - Antonio Rodrigues Alves Pereira, Arnaldo Barreto, Benedito Maria Telosa, João Crisóstomo Bueno dos Reis, João Pinto Silva, Justiniano Freire da Paz, Oscar Thompson, ..

1892- Benedito Corte Brilho, Pedro Voss.

1893- Aristides José de Castro, Augusto Ribeiro de Carvalho, Martinho Nogueira, Miguel Carneiro, René Barreto, ..

1894- Carlos Alberto Gomes Cardim, Honorato Faustino, Lindolfo de França Machado, Moisés Horta de Macedo, ..

1895- Gabriel O. Antunes, João Carlos da Silva Borges, ..

1897- Alfredo Machado Pedross.

1899- Izaltino de Melo, J.J. Cardoso de Melo Neto (Interventor de São Paulo), Nilo Costa, Amadeu Mendes, João Augusto de Toledo, Cesar Prieto Martinez.

O primeiro documento officioso referente á instrução local, estava assim redigido:

CARTA DO 1.º VIGÁRIO DA PARÓCHIA, PE. ANTONIO CAETANO RIBEIRO, AO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DR. SEBASTIÃO JOSÉ PEREIRA.

«Ilmo. e Exmo. Snr.

Peço licença a Vossa Excia. para lembrar-lhe a necessidade urgente que temos de 2 professores de primeiras letras para esta florescente e populosa freguezia, sendo um para a povoação á Margem direita do Parahyba e outro á esquerda, na povoação do S. Bom Jesus, cuja cadeira está vaga há 8 mēzes, por fallecimento do Professor da mesma João Pedro de Alcântara.

Também he urgentíssimo uma outra cadeira do sexo feminino para o lado direito do Parahyba na crescida povoação de Santo Antonio.

Va. Exa. bem sabe o quanto a instrução moraliza ao povo; e se há lugar que d'ella precisa é, por sem dúvida, este onde se acha accumulada grande massa de povo de várias Nações.

Deus guarde a Va. Exa. por muitos annos.

Freguesia do Porto da Cachoeira, 2 de Setembro de 1.876.

Ilmo. Snr. Dr. Sebastião José Pereira Digno, Presidente de São Paulo.

Pe. Antonio Caetano Ribeiro Vig.º da Freguesia de Santo Antonio do Porto da Cachoeira».

(Despacho a Lápis) . «Responda-se que estão a concurso as cadeiras creadas nessa Freguesia».

— Depois, as efemérides vão noticiando as etapas do desenvolvimento educacional de Cachoeira até a instalação do 1.º grupo escolar.

Grupos Escolares

GRUPO ESCOLAR DA BOCAINA (HOJE «DR. EVANGELISTA RODRIGUES»)

A criação deste estabelecimento de ensino deve-se aos esforços do Dr. João Evangelista Rodrigues, então prefeito local, sendo presidente do Estado o Conselheiro Rodrigues Alves e Secretário do Interior o Dr. Altino Arantes. Decreto de 19-2-1913.

A instalação do novo estabelecimento de ensino, que tanta alegria causou, verificou-se no dia 6 de Março de 1913, pelo inspetor escolar Maurício Camargo.

Seu primeiro diretor foi o professor Rafael Sant'Ana e o primeiro corpo docente estava assim constituído; professores - Salvador Pinto Barbosa e João Palazzo; professoras - D. Maria Tereza Tolosa, D. Joaquina Bueno Moreira, D. Maria Carlos de Toledo e D. Tereza Fortes. Substitutas - D. Ubaldina Bastos e D. Elvira Augusta Nogueira. Auxiliares: Pedro Evangelista Pinto, Joaquim Braga Filho, José de Paula Rocha e Silvina de Oliveira.

Foram seus diretores, os professores: Rafael Sant'Ana, Lindolfo França Machado, Francisco Lopes de Azevedo, Manoel Mendes, João Palazzo, Agostinho Ramos, Edgard Ferraz, João Rangel, Francisco Bueno Pereira, Milton Souto Mayor, Melquiades Pereira Júnior, Joaquim de Castro, José Miranda Alves, José Neves da Silva, Ary Barreira Carriño, Francisco Cândido Reis, Francisco Rodrigues, Moisés Junqueira de Souza, Ana Posch Siqueira e Luiz Wilson Marcondes de Moura - atual.

— Esse grupo escolar, não só causou muito júbilo, quando da sua fundação, como se projetou no futuro desta cidade, nesses, quase, sessenta anos decorridos, em meses de incalculáveis benefícios.

Como evocativa lembrança publicamos o hino que durante longos anos foi cantado pelos sexagenários de hoje.

Hino do «Grupo Escolar» da Bocaina

(oferecido ao Professor Rafael Sant'Ana pelo
autor A. Guimarães - Bocaina 5-4-1913)

Lêtra do prof. Luttegardes de Castro

Música de Aristogiton Guimarães

Aos meus filhos:

Iracy, João e Aristotelina Guimarães.

I

Entre verdes e excelsas colinas,
Que circundam esta linda cidade,
Uma fonte há de luz e de vida
Um sacrário de amor e amizade.

CORO

Ó mocidade, avante!
O' mocidade sus!
Banhemos nossas fronte
Nessa caudal de luz,
Banhemos nossas fronte
Nessa caudal de luz!

II

Densas trevas do mal dispersando,
Dispersando os horrores do vício;
Eis que surge uma aurora brilhante
Que a nós todos trará benefício.
O' mocidade, etc.

III

Pelos montes e valles floridos,
Do labor nova seiva haverá;
Pelos lares alegres, felizes,
Uma vida de paz sorrirá.
O' mocidade, etc.

IV

A miséria, que o pobre persegue,
Há de extincta algum dia ficar,
Porque a luz da instrução protetora
Há de os povos ditosos tornar.

O' mocidade, etc.

V

O progresso que a pátria impulsiona,
Dando a tudo grandeza e valor,
Nessa marcha em que ovante se
expande,
Da instrução sempre vae ao fulgor.
O' mocidade, etc.

VI

Aurea fonte de luz resplendente
Ante nós vemos hoje fluir:
Dela mana o progresso da pátria,
Dela vemos a vida surgir.
O' mocidade, etc.

«VILA CARMEM» - Criado pela lei n.º 4.106 de 5 de Setembro de 1957 e instalado a 1.º 4-58, em prédio alugado e mediante a anexação de várias escolas isoladas.

«PADRE JUCA» - Decreto n.º 32201 de 10-5-58 «Passa a denominar-se Grupo Escolar «Padre Juca», o Grupo Escolar da Vila Carmem, em Cachoeira Paulista. Jânio Quadros, Vicente de Paula Lima».

Diligenciaram a criação e o nome destes grupos escolares os Srs: Manoel Duarte de Carvalho, Alfredo Vasconcelos e Vicente Buono.

Foram seus diretores: - Professora Ieda Nancy Moeller e professor - Máximo de Paula Santos, Luis Wilson Marcondes de Moura e Antonio Carlos Mazzel. (atual)

Biografia do Padre Juca - José Francisco von Atzwgen -

«Descendente de nobres alemães, passara sua infância nas cidades de Rio Claro e Piraçununga, diplomando-se professor primário.

Dedicava-se ao magistério como um sacerdote abenegado, tornando-se criança em meio das crianças, tal sua feição simples e por vezes infantil.

Era, no entanto, professor didata por excelência e sabia colher e se rejubilava com o rendimento pedagógico de suas aulas.

Espírito católico, voltado para as intimidades da fé que acende a lâmpada das vocações, um dia deixou seu querido Grupo Escolar, seus alunos, sua casa e meio em que vivia e, ei-lo agora, na plenitude do sacerdócio padre, eternamente padre.

Servidor fiel de Jesus Cristo, exato cumpridor de seus deveres, aureolado pela virtude da renúncia e pela bondade espontânea que defluiu de seus atos, de seu semblante e de suas palavras, não deixava de ser contingente social de alta expressão, visitando famílias, comparecendo às festas e sua personalidade, marcante, expansiva lhe granjeava muita simpatia e autoridade.

Se foi professor em várias cidades do Estado, exerceu também, seu munus sacerdotal em numerosas paróquia desta Diocese de Lorena e na de Taubaté.

Resolvera findar seus dias em Cachoeira Paulista e, por isso, fôra nomeado capelão da Santa Casa «São José».

Levava vida feliz, lendo, aconselhando e abriado sua pobre bolsa para a caridade.

Tal seu espírito de renúncia pelos bens da terra que, o bocadinho que possuía, adquirido pela caridade e insistência de amigos, deixou para a Diocese, pois seu ideal era possuir apenas suas vestes talares envolto nas quais desejava morrer.

Um dia, 20 de dezembro de 1957, no silêncio da noite, o punhal do sicario embebeu-se no sangue desse martir, atravessando 17 vezes o seu corpo.

Consumou-se a horrenda tragédia no apartamento, denominado por ele mesmo «Meu cêusinho», contíguo a Santa Casa.

Seu sepultamento, as homenagens póstumas que foram prestadas à sua memória, atestam as virtudes e o valor desse varão invulgar que foi professor, sacerdote e martir.

O Governo do Estado, atendendo à sollicitações locais, deu ao G.ESC. da Villa Carmem o nome de «Padre Juca», conforme Decreto de 10/5/58 publicado à 11-5-58.

Como se vê o mérito foi premiado e o martírio exaltado
A.R.
(do jornalzinho do «Padre Juca» n.º 63.)

«Paulo Virginio» - Foi criado pelo decreto de 30-12-1947. Data da instalação 1-1-1948.

Foram seus diretores: Profs. Adalberto Pereira de Souza, José Neves da Silva, D. Maria Luiza Pereira e José Gomes Roseira (atual).

A princípio funcionou no antigo edifício, onde se instalaram o Ginásio e Escola Normal, na Margem Esquerda.

Em 21-6-1962 deu-se a inauguração do suntuoso prédio, atual, que custou aos cofres públicos a importância de CRs. 9.055,224. O governador, Dr. Carvalho Pinto, fêz-se representar no ato, pelo Sr. Nicola Tortorelli.

Esse grupo recebeu o nome de «Paulo Virginio», em homenagem ao herói de Cunha que, ameaçado, chicoteado, exangue, banhado com baldes de água quente e fria, cavando sua sepultura, no dia 28 de Julho de 1932, ainda pôde murmurar, nos estertores da agonia: «São Paulo vence», (... «Incutir pode horror a um peito fero-que aos fracos tão somente a morte é dura»).

— Paulo Gonçalves dos Santos, ou Paulo Virginio, nasceu no bairro do Taboão, em Cunha, no dia 10 de Dezembro de 1892, filho de Virginio Teles Gonçalves e Maria José do Nascimento. Dedicado à lavoura, aos 18 anos de idade, casou-se com Juventina Maria da Conceição, também, do Taboão. Sua viúva e seus quatro filhos, recusaram a ajuda que a Ditadura mandou lhes oferecer.

O motivo do suplicio foi, o, de ter, Paulo Virginio, resolutamente, se recusado indiciar às forças ditatoriais, onde estavam ocultos os paulistas e os caminhos para atingi-los.

Se o governo do Estado já havia exaltado a memória de um martir - Grupo Escolar «Padre Juca» - glorificou, também, o famoso herói de Cunha nesta legenda. Grupo Escolar «Paulo Virginio».

Hino Grupo Escolar «Paulo Virgínio»

Margem Esquerda.

Letra de A.R.

Música de Nelson Lorena

I

O gentio, o ranchinho, o tropeiro,
A «Mão Fria», a capela sem luz,
A canoa, a canção do remeiro,
Este rio e o senhor Bom Jesus...

II

Simbolizam Cachoeira de outrora,
Que, sonhando, entre bençãos, partiu
Para a glória de ser, como agora,
Um recanto que sempre floriu.

III

Nosso Grupo Escolar, desta Margem,
Tem um bravo em seu nome e domínio . . .
Se, porém, nos faltar a coragem,
Eis o exemplo, de Paulo Virgínio.

IV

Contemplemos, aqui, destas salas,
Nós que somos, ainda, meninos -
As montanhas soberbas, em alas,
E o horizonte dos nossos destinos.

Côro

Pela pátria, tão querida,
O nosso grupo escolar -
Que incentiva nossa vida,
Nossa Margem, nosso lar.

«Bairro São João» - hoje - «Professora Maria José Vieira». Funcionou, primeiro, numa dependência da Santa Casa (antigo posto de Puericultura).

Foi criado pela lei n.º 8.895 de 26 de Julho de 1965 e instalado em 15 de Fevereiro de 1966.

Foram suas diretoras as professoras: Iolanda Sansevero, Ieda Nancy Mueller de Carvalho e Heloisa Fernandes de Queiroz (interina).

Transferida essa casa de ensino, para o suntuoso prédio, construído, pelo governo do Estado, no «Parque Primavera», o Diário Oficial publicou:

Lei n.º 10.114 de 13-5-65 - «O Governador do Estado de São Paulo, decreta e promulga a seguinte lei:

art. 1.º - Passa a ter a seguinte denominação o estabelecimento de ensino: - G.E. «Professora Maria José Vieira» o G.E. do Bairro São João, em Cachoeira Paulista. Roberto Costa de Abreu Sodré, Antonio Barros de Ulhoa Cintra».

D. Maria José Vieira, patrona do estabelecimento, nasceu em Guaratinguetá e, aí, diplomou-se pela Escola Normal. Lecionou, primeiro, em Cunha, de onde foi removida para a escola rural do bairro das Pitas, neste município. Aí iniciou seu apostolado, na instrução, na fé católica e na caridade. Consorciou-se com o Sr. Benedito E. Rodrigues Alves (hoje comendador romano). Removida para o G.E. «Dr. Evangelista Rodrigues», desta cidade, dedicou-se com esmero à causa do ensino, mas sobrava-lhe tempo para, como presidente da Legião Brasileira de Assistência, e, como particular, praticar tantos atos de benemerência que a tornaram uma figura central no seio da sociedade cachoeirense. D. Maria José Vieira era bem o símbolo dessas respeitáveis matronas que o passado condecora e o presente rememora e reverencia.

Faleceu no dia 9 de Abril de 1965, nesta cidade.

«Professora D. Regina Pompéia Pinto» (antigo G.E. da Lagôa Seca) Data da criação 30-11-1964. Governo Adhemar de Barros.

Data da publicação n.º D.O. 1-12-64.

Data da instalação 16-2-1965 - com a presença do inspetor escolar prof. Manoel da Cruz Paão - em prédio particular.

Foram seus diretores: professora Terezinha Silva (interina) José Roseira, Edmundo Antonio Garcia Terra e João Batista dos Santos.

No dia 14 de Dezembro de 1967 deu-se a inauguração do novo prédio.

A patrona do estabelecimento D. Regina Pompéia Pinto, nasceu em São Paulo no dia 18 de Agosto de 1885. Seus pais: Olavo de Castro Pompéia e Maria Georgina Figueira Pompéia. Lecionou, primeiro, no Embaú, depois na fazenda «Rodrigues Alves» em São Manuel, a seguir no, então, município de Jataí e, finalmente, no grupo escolar de Cachoeira.

Formada pela Escola Normal de Guaratinguetá em 1907, era prima irmã de Raul Pompéia, o consagrado literato. Faleceu no dia 29 de Setembro de 1962, nesta cidade.

«Domingos Paula e Silva» - (Bairro do Quilombo).

Data do decreto de criação - n.º «D.O.» 23 2-51.

Data da instalação 13-3-51 - quando iniciou seu funcionamento, presente, apenas, A.R. prefeito de Cachoeira.

Foram seus diretores: professora Maria de Lourdes Gomes Ramos (interina), Edgard de Andrade Ferraz, Mauro Mendes de Azevedo (substituto), Gercy Luiz dos Santos (subs.), Leonilda Areco Midões, Pedro S. Varajão (subs.), Maria Inêz de Castro Fortes (subs.), Ada Novais Lucas Rangel (subs.), José Vitor da Silva, Nadir Coutinho Garcia, Maria José Pinto Barbosa, Iolanda de Camargo Sansevero, Glaura Prado, Maria Cleuf Ferreira da Mota (subst.) Maria de Lourdes Pinheiro Silva.

Este grupo começou a funcionar em dois prédios alugados pela Prefeitura.

Domingos Paula e Silva - patrono - pertence á velha turma de professores que tanto contribuíram para a causa do ensino. Diplomou-se em 1888 pela antiga Escola Normal da Rua da Boa-Morte:

«Grupo Escolar do Bairro do Embaú» Criação - Decreto de 26-11-47.

«Pelo projeto de lei n.º 122 de 27-3-1962 - mudou seu nome para o de D. Maria Izabela Fontoura».

Data da instalação 1-8 62

Foram diretoras desses grupos as professoras Arlete Fidalgo de Oliveira Saito, Aygarrá Jacyrá de Oliveira Campos, Hélio Miranda Cardoso, Onicélia Barbosa de Paula, Maria Cardoso do Nascimento, Pedro Sene Varajão e Maria Izabel Toledo de Aguiar (atual).

Biografia-Maria Izabel Fontoura, nasceu na Corte (Rio de Janeiro) no dia 2 de Julho de 1858, na Rua São Cristóvão. Filha legítima do engenheiro Antonio Dias Galvão da Fontoura e de dona Izabel Carlota Fontoura.

Era sobrinho do arcepreste Ezequias Galvão da Fontoura. Recebeu carta de professora pública interina no dia 15 de Julho de 1885 pelo Bacharel Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho, Vice-Presidente da Província de São Paulo, tendo sido registrada na Secretaria da Instrução Pública, no livro competente, fôlha 192, a 17 de Julho de 1885 por Izaias Vilaça. A carta foi registrada em Cruzeiro no dia 15 de Setembro de 1885, pelo Major Novaes.

Chegando a Cruzeiro, o Major Novaes achou que ela não podia ficar como professora naquele lugar, de vez que só tinha casas de tábuas cobertas de zinco e muitos ingleses construindo a estrada de ferro. Com a sua concordância, transferiu-a para a Vila de N. S. da Conceição de Cruzeiro (atual Embaú). À sua chegada, houve banquetes, música e baile, pois fazia tempo que o lugar não tinha professora.

Em pouco tempo, tornou-se amiga de todos. Matriculou muitas meninas. A frequência era ótima. Com autorização do Inspetor Escolar, José Monteiro Boanova, lecionava meninos que não tinham escola masculina.

Faleceu no dia 4 de Janeiro de 1950, com 92 anos de idade.

«Educandário - D. Luíza Gomes de Lemos»

Data da instalação - 7-6-1958 - na Vila Carmen, com a presença de D. Sarah Kubitschek, então a 1.ª dama do país, presidente das Pioneiras Sociais. Além de ilustre comitiva, compareceu o Dr. Maurício Medeiros, Ministro da Saúde.

Diretora, desde a fundação - professora Carmen Fontes.

Biografia - Nasceu D. Luíza Gomes de Lemos, no Rio de Janeiro no dia 27 de Abril de 1890, filha do Comendador José Duarte da Costa Negrão e D. Maria Inês da Costa Negrão.

Consoceceu-se com o deputado federal Dr. Jaime de Souza Lemos. Era sogra dos renomados políticos Drs. Juscelino Kubitschek e Gabriel Passos.

«Escola Profissional Luiz Carlos» Fundada em 16-9-41.

Pertence ao Setor de Treinamento e Ensino da R.F.F.s.a.

Compareceram à inauguração o Major Eurico Souza Gomes, então, vice-diretor da E.F.C.B. engenheiros, pessoas gradadas.

Diretores até a presente data: Mário Silva, José Hugo Vilela, Fernando Freire Goulart, Antonio Sotero, Martinho Gonçalves Reis, Gilberto Rodrigues e Hélio Fernandes Barreiros.

Biografia do patrono - Nasceu na Capital Federal em 1880. Diplomou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Engenheiro durante longos anos da «Central do Brasil» foi seu diretor após a Revolução de 30. Poeta dos mais inspirados, escritor dos mais brilhantes, deixou na história da literatura brasileira, páginas fulgentes.

Dizem que a sua sensibilidade de artista tinha o sentido da grandeza de seu coração. Era, sobretudo, um homem bom. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras.

«Colégio Delta» - Autorizado a funcionar em 24-1-67.

Fundador e diretor - professor Juracy de Paula Lico:

Dispõe de cinco cursos colegiais técnicos, fora ginásio, a saber: Contabilidade, Secretariado, Químico-Industrial, Prótese e Estradas. O curso colegial técnico de prótese dentária é o primeiro fundado no país. O colégio funciona na Margem Esquerda, no antigo prédio do ginásio. Atualmente é frequentado por 480 alunos, sendo que 300, são de fora.

Ginásio

Estamos no ano de 1910-21 de Julho - e «A Notícia» inicia a campanha.

Desde muito que esta cidade anseava possuir um estabelecimento de ensino secundário - seja um ginásio.

Essa idéia, em forma de latência, teve sua ressonância, trazendo para aqui o Sr. Antonio Valverde Machado, interessado nesse empreendimento.

Concertado o plano com a Prefeitura Municipal e com elevado número de interessados, depois de naturais providências, verificou-se uma assembléia geral dos associados que haviam adquirido ações para a compra de um prédio, na Margem Esquerda.

Dita assembléia, convocada, foi para a aprovação dos Estatutos sob a denominação de «Associação Fundadora do Ginásio de Cachoeira» e realizou-se no dia 12 de Outubro de 1911.

Assinaram esse documento os Srs: (Dr.) Darwin Aymoré do Prado, Ary Senne Silva (Dr.), Antonio Porto Gomes, José Cupertino da Silva, Ovídio de Castro, Domingos Fortes Netto, José Nogueira da Silva, Mário Marcondes Ferreira, Antonio Lombardi, Carlos Pinto Fontes, Pedro Alexandre de Souza, Idalina Ostrosky, João Capistrano Marques, João Alter Ostrosky, José Porto Gomes, Octacilio Pereira de Souza, Aurelino Marcondes Ferreira, João Clímaco de Godoy, João Satim, Agenor de Araújo Lobão, Francisco Gonçalves, João Evangelista dos Santos, José Sebastião Gonçalves, América Marcondes Ferreira, Joanna Rossetti, Segesfredo Marcondes, Joaquim R. Motta, José de Oliveira Gomes, Justino Alves da Silva Capucho, Manoel Rodrigues Fontes, Edésio Marcondes Ferreira, Iduino Fernandes da Silva, Orlando Ferreira, Antonio Ferreira Filho, Maria do Espírito Santo Fontes, Maria Porto Gomes, Ismênia Martins, Agostinho Vicente de Freitas Ramos, Geraldo Porto Gomes, José Pinto Fernandes, Carlos Pinto Filho, Benedicto Estanislau Rodrigues Alves, Antonio Viana, Donato Carlomagno, Alexandre Thomaz da Silva Filho, José Guimarães, João Baptista de Salles, Anna Mendes, Avelino Ventura, Antonio Leite da Silva, Vicente Buono, Cypriano Peres Machado, Agnelo Pereira de Amorim, Francisco da Silva Azevedo Netto, Simão Halpern, José Porto Lopes, Oswaldino de Freitas, Nelson Varella, Edgard de Andrade Ferraz, Lúcio Gualiato, Plácido Guedes de Magalhães, Antonio Jacob, Theophilo da Silva Azevedo, Fausto Costa, Roque Cozzi, José Rodrigues do Prado Filho, Benedicto Marcondes Oliveira, Alcides Ferreira, Pe, Antonio Pereira de Azevedo, José Benedicto de Barros, Arlindo Garcia, Antonio Galvão Freire Filho, Avelino Vieira de Siqueira, Benedicto Donato Caselli, Otto Fernandes Barbosa, Arthur Moreira Barbosa, Alvaro de Andrade Ferraz, José Sávio da Silva, Victória Theodoro Jorge, José Jazão Lara, Abílio Castellão,

José Castelão, Paschoal Viviani, Maria Cândida Ferreira, Raul Rios Filho, M. C. Dabul, Alfredo José Bittencourt, Francisco de Salles Bittencourt, Esmeraldo de Aquino Lemos, Padre José Francisco von Atinzen, Benjamim Rodrigues Fontes.

A Comissão que, há mais de um ano havia se organizado, diligenciou a compra do prédio de Salvador Ciani, na Margem Esquerda, conseguiu os subscritores de ações, reformou todo o edifício, adaptando-o a seus fins, merecendo por isso a gratidão do povo de Cachoeira.

Essa Comissão era composta pelo Srs. comendador José de Oliveira Gomes, Carlos Pinto Filho, Manoel Rodrigues Fontes e Benjamim Rodrigues Fontes. A planta de reforma interna e construção de dependências internas, é da autoria de Nelson Lorena e Manoel Duarte de Carvalho - o mestre de obras.

Ligeiro histórico

Nome - Ginásio «Valparaíba»

Patrono do Estabelecimento - São Judas Tadeu.

11-8-1940 - Reunião no Clube Recreativo para fundação e compra do prédio.

3-11-1940 - Início das obras de adaptação.

10-11-1943 - Instalação do 1.º Curso de admissão.

2-1-1944 - Instalação do 2.º Curso de admissão.

3-1-1944 - Inspeção federal - Inspetor Dr. Marcel de Campos.

1-4 1944 - Exames de Admissão.

27-5-1944 - Inauguração oficial do ginásio.

Reconhecido pelo Ministério da Educação e Saúde, pela portaria ministerial n.º 00296 de 20-6-46 e autorização --
Processo G.E. 2437/57

Diretor - Prof. Antonio Valverde Machado.

Vice - Professôra Geralda Machado Valverde.

Professôres das diversas cadeiras:

Antonio Valverde, Luiz G. Mendes, Dr. Sebastião de Arruda Nogueiros, Edgard de Andrade Ferraz, Clara M. Ferreira Prado, Ana Mendes, Thereza Gomes Ramos, Homero Porto Gomes, Walter Magalhães, Nelson Lorena, Geralda Machado Valverde, Ana Maria Magalhães.

Foram diretores:

Do «Ginásio Valparaíba» - Professôres Antonio Valverde Machado, Edgard de Andrade Ferraz, Rubens Mota de Siqueira.

2.o Ginásio — «Idalina Macedo Costa de Abreu Sodré»

(I M C A S)

N.o do decreto de criação — 51.334 de 29-01-69.

Data da Instalação — 17-03-69 — no prédio do Grupo Escolar «Dr. Evangelista Rodrigues»;

Transferência para o prédio do Grupo Escolar «Prof. Maria José Vieira» no Parque Primavera, no dia 25-02-70.

Denominação de Ginásio Estadual «Idalina Macedo Costa de Abreu Sodré» decreto de 24-09-70.

Diretores — 1.a) Prof. Mabel Viana (Designada).

2.o) Otton Fernandes Barbosa (Designado)

3.o) Braziliano Augusto de Souza Neto (efetivo).

Biografia — Filha do Dr. Antonio José da Costa Junior e D.a Ana de Macedo Costa, nasceu na «Fazenda da Barra» neste município. Consorciada com o Dr. Francisco de Abreu Sodré, então, deputado estadual, tornou-se, também, o tronco de numerosa prole que muito se evidenciou e se tem evidenciado na vida social e política de São Paulo. É genitora do Dr. Abreu Sodré, ex-governador do Estado.

3.o Ginásio «José da Silveira Mendes»

Data da Instalação - 3 de Março de 1971.

Diretor — Prof. Iberê Ananias Pimentel.

Biografia — Conquanto tenha nascido no Rio de Janeiro, o patrono do 3.o Ginásio que tem o seu nome, era cachoeirense de coração. Exerceu as funções de notário do 2.o ofício, animador do «Cachoeira F. C.» e muito contribuiu para obras sociais e filantrópicas. Era grande incentivador do progresso de Cachoeira.

Escola Normal

Não fôra bastante o ginásio. A evasão de nossos estudantes para outras cidades, era um quadro entristecedor. Movimentou-se a gente cachoeirense e seus esforços, incentivo, apoio decidido, se avolumaram e, então, formou-se uma comissão composta do Prefeito Geraldo Francisco dos Santos e vereadores Otton Fernandes Barbosa e Messias Satim, para tratar do assunto. Como, o principal elemento intermediário, em São Paulo, fôra o dedicado cachoeirense Homero Fortes, eis que, ventilou-se que a novel Escola Normal teria seu nome, como patrono.

Assim, a Escola Normal Municipal «Professor Homero Fortes» que foi criada pela lei municipal n.o 3 de 17 de Abril de 1952, teve seu

funcionamento autorizado e oficializados, seus cursos; pelo governador Dr. Lucas Nogueira Garcez, conforme decreto estadual n.º 21554, em data de 10 de Julho, publicado no «Diário Oficial» de 12-7-1952.

Em homenagem á data aniversária do professor Homero Fortes, patrono (23-7-1952) foi nesse dia inaugurado, solenemente, esse estabelecimento, no grupo escolar «Dr. Evangelista Rodrigues» onde funcionou por muito tempo.

Dispendiosa se tornou a manutenção dessa Escola, não só porque os alunos, na sua maioria pobres, não podiam pagar suas taxas, como, também, porque a prefeitura estava com dificuldades. Então, o prefeito municipal, Luiz de Campos Alves, contando com o apoio da Câmara e povo, se dirigiu ao governador do Estado Dr. Carlos Alberto Carvalho Pinto e a seu secretário da Educação Dr. Solon Borges dos Reis, expondo tal situação.

Dessas providências resultou a criação de uma Escola Normal Estadual nesta cidade, conforme decreto firmado por aquelas duas autoridades - ou seja lei n.º 6850 publicada no «Diário Oficial» do Estado em 19 de Julho de 1962.

Além dessas providências locais, simultâneamente, o então, deputado Wilson Lapa em, 11-10-1960, justificou da tribuna do parlamento paulista a necessidade de ser criada uma Escola Normal nesta cidade quando, então apresentou o respectivo Projeto de Lei que recebeu o n.º 1.037 - 60. Esse projeto depois dos trâmites legais foi, seu autógrafa, entregue ao governador que o assinou, resultando daí a lei n.º 6850 de 19-7-62.

Foram diretores - D. Clara Ferreira Prado e Homero Porto Gomes.

«Colégio e Escola Normal Severino Moreira Barbosa»

Data da criação 1.969.

Diretores:

1 - Sebastião José Bittencourt.

2 - Waldecy Castro de Oliveira.

3 - Maria Carolina de Almeida Lima.

4 - Rosa Pollini Cesaroni.

5 - Roberto Francisco Riccio.

6 - Hermínia Figueira de Azevedo Rossi.

7 - Celso Monteiro da Silva.

8 - Maria Aparecida F. Valente Moreira.

Colegial 9 — José Dulcildo de Oliveira.

Jair Alves Barbosa.

Celso Monteirol da Silva.

Clovis Mota Amorim.

Verificando-se, em 1.969, a criação do Colégio e Escola Normal que receberam o nome de «Severino Moreira Barbosa» desapareceu a denominação «Professor Homero Fortes».

Biografias

O professor Homero Fortes, nasceu em Cachoeira, filho do tabelião Francisco Estácio Fortes. Diplomou-se pela Escola Normal Secundária da Praça em 1917. Além de professor primário, em várias localidades, aposentou-se como lente da Escola Normal de São Carlos.

Cachoeirense dedicado, a ele se deve o reconhecimento, pelo governo, da Escola Normal que teve seu nome.

— O major Severino Moreira Barbosa, nasceu em Recarei - Portugal. Veio para Cachoeira bem moço, aqui entregando-se à várias atividades, dedicando-se, porém, ao alto comércio. Espírito morigerado, não desgostava a ninguém. Deu todo o seu esforço no sentido de ser fundada a Santa Casa local (1.911) e a Empresa Hidro-Elétrica «Serra da Bocaina». Foi vereador e Prefeito Municipal. Faleceu em sua terra natal.

— Jardim da Infância «Nossa Senhora das Graças» - no início «Santa Catarina Labouré».

Funciona na Santa Casa.

Data da fundação — 8 de Agosto de 1.937.

Diretoras: Irmã Diniz (fundadora), professora Ana Mendes; Irmãs: Maria Vasconcelos, Celina Silva, Ângela Couto, Elizabeth e Maria Helena — atual.

Curso de Inglês — Yazyg

Fundação — 4 de abril de 1.970.

Diretor — Peter Constantinides.

Autoridades do Ensino

A instrução pública desta região, jamais, prescindiu da ação benéfica da Delegacia Regional do Ensino, sediada em Guaratinguetá.

Ocuparam o cargo de Delegado Regional, desde a instalação da respectiva Delegacia os professores:

1.ª Fase: Reforma — Antonio Sampaio Dória - de 1920 a 1924: João Alfredo dos Santos, Galaor Nazareth de Araujo, Armando de Araujo.

2.ª Fase: Reforma — Lourenço Bergson Filho - de 1932 até a presente data: Luis Damasco Pena, Anísio Novais, Eliseu das Chagas Pereira, Lino Avancini, José Pereira Éboli, Francisco Bueno Pereira.

X X X

Atualmente Cachoeira faz parte da Delegacia Regional de Cruzeiro, recentemente criada, sob a direção do professor Antero José Brandão.

X X X

População de Cachoeira Paulista	17.500 habitantes
Frequentam escolas - em 31-7-1971	5.733 alunos
Porcentagem 32,7	

Capítulo X I X

Luz e força

Cachoeira sentiu ver realizada sua aspiração de possuir força e luz elétricas quando os Srs. Martinho Guedes Pinto de Melo e Dr. Cristiano Machado, firmaram o primitivo contrato com a Câmara Municipal, datado de 27 de junho de 1910 — «Empresa Hidro-Eletrica Serra da Bocaina».

Eis os termos iniciais do contrato:

«A Câmara Municipal da Bocaina pagará aos Srs. Martinho Guedes Pinto de Melo e Dr. Cristiano Machado em prestações de 500\$000 mensais, pela iluminação pública que constará, nesta cidade de 150 lampadas de 50 velas e de 10 de 250 velas que permanecerão acesas das 6 horas da tarde às 6 horas da manhã. Dado, porém, o fato da iluminação particular atingir o numero de 600 velas, o preço da iluminação publica desta cidade descera a 4.800\$000 anuais e dado o fato da aquela iluminação subir mais a 700 lampadas o preço desta descera ainda a 3.600\$000 anuais. A empresa fornecera gratuitamente 20 lampadas de 16 velas, das quais 10 serão instaladas no interior da Igreja Matriz e 10 no interior do edificio da Câmara Municipal. Ficam sendo privilegio do Municipio de Bocaina 250 cavalos-força. Os particulares pagam por lampada de 16 velas, 3\$000 mensais» . . .

— Os concessionários desse contrato, resolveram transferi-lo à Casa Haupton, de São Paulo, na pessoa do Dr. Leopoldo Loebenberg que, pelo seu esforço e dedicação, foi a chave-mestra de toda a execução dos serviços, aliás, grandiosos para a época. Dr. Leopoldo contou, entre outros, com dois auxiliares administrativos de valor: o Dr. Carlos Yung e Avelino Ventura.

«Empresa Hidro-Eletrica da Serra da Bocaina»

São Paulo, 9 de janeiro de 1913

Rua da Boa Vista N.º 4 (sobrado)

Caixa Postal N.º 750

Exmo. Sr. Dr. Prefeito e mais membros da Câmara

Municipal de Cachoeira Paulista

«Tendo em 26 do mes p. p. sido oficialmente inaugurada a iluminação electrica da cidade de Cachoeira, a Empresa concessionaria vem pela presente submeter respeitosamente aos Ilmos. membros dessa Câmara os assuntos seguintes:

1.º) pede para que seja ratificada a ata da sessão da Câmara, em que essa Câmara prorrogou até 27 de Dezembro de 1912 o prazo para a execução de todos os trabalhos referentes ao serviço, do qual esta Empresa é concessionaria.

2.º) que o serviço seja considerado por recebido em ordem na data de 27 de Dezembro de 1912 com todas as clausulas do contrato preenchidas e que a conta da iluminação publica vigorará a partir de 1.º de janeiro de 1913.

3.º) que a Câmara se pronuncie sobre a data, da qual começa a contar o privilégio que goza essa Empresa, supondo que o mesmo deve contar da data em que começou o serviço e portanto o usufruto do privilégio.

4.º) pede para que seja alterada a clausula primeira do contrato, que prescreve que a iluminação deve funcionar das 6 horas da tarde às 6 horas da manhã, sendo óbvio que será melhor consultado o interesse do publico, se este serviço fôr feito nas horas da noite, conforme a estação do ano, devendo principiar mais cedo e parar mais tarde no inverno, podendo ser observado o regime inverso no verão.

5.º) pede para ser restituída a caução de Rs, 1:000\$000 (Um conto de reis) feita em tempo pelos concessionários primitivos para garantia da fiel execução do contrato.

6.º) pede que essa Câmara resolva sobre a lei especial que, de acordo com a clausula vigesima do contrato, deve proteger as instalações da Empresa concessionária».

Despacho:

Nestes termos

À Comissão de legislação
Ramalho.

pedem deferimento

— Mais tarde a «*Empresa H. E. Serra da Bocaina*» foi vendida a um grupo, sob a chefia do Dr. Ataliba do Vale que, teve como seu principal auxiliar, o engenheiro Bernardo Gavião Monteiro.

Finalmente, essa Empresa de luz, passou às mãos da «*Empresa de Eletrecidade São Paulo-Rio*» (Ligth).

Durante toda essa vigência, Cachoeira, sempre, manteve as melhores relações com essas Empresas, vendo nelas uma cooperadora do seu progresso. Nesse transcurso superintenderam a «*E. H. E. S. da Bocaina*» os Drs. Leopoldo Loebenberg e Ataliba do Vale e a São Paulo-Rio (Ligth) os Srs. Edgard de Souza, Odilon de Souza e Marinho Lutz. Atualmente, são vários os seus superintendentes. Sua gerência e escritório, nesta cidade, desde seu início (1.913) teve como chefes: Avelino Ventura, Paulo da Costa Faria, Israel Coppio Sobrinho, Arlindo Garcia, Domingos Rossetti e, atualmente, Mario Marcondes França.

Este narrador, que exerceu o cargo de Prefeito Municipal desta cidade, durante o «curto» prazo de, quase, vinte anos, não olvida os nomes dos Srs. Guilherme Stibler, chefe do Distrito, sediado em Guaratinguetá e R. M. Pyles, da alta direção em São Paulo, pelo seu admirável espírito publico, dedicação, tolerância e colaboração emprestadas à administração local.

Atualmente, está, assim, constituído o corpo de auxiliares da Empresa de Eletrecidade (Ligth) nesta cidade:

Chefe do Distrito, em Guaratinguetá — engenheiro, coronel Antonio Dias Guimarães;

Agente — Mario Marcondes França.

Chefe do escritório — Zildo de Jesus Freitas.

Auxiliares: José Carlos Barreto, Nery Vitorio, Flavio Francisco dos Santos e João Carlos Pereira.

Inauguração

Nota interessante:

Na data marcada 26.12.1912, o teatrinho da Rua Marechal Deodoro apresentava um aspecto festivo, ornamentado com fino gosto: galhardetes, bandeiras, festões, folhas de palmeira e ao centro lantejoulada mesa para o banquete. Anotecia. Banda de música na porta. Numerosos convidados e até senhoras de chapéu tomam lugar nas frisas (antigamente o teatrinho tinha frisas) e camarotes. Eis que é anunciada a chegada das autoridades e comitiva, tendo á frente o Dr. João Evangelista Rodrigues, prefeito municipal, Major Deocleciano Ramalho, presidente da Câmara, Dr. Leopoldo Loebenberg, diretor da Empresa, juiz, promotor, delegado, escrivães, convidados de fóra e pessoas gradas. Escurecia. O Dr. Prefeito pronuncia o discurso de inauguração. O Dr. Leopoldo, então, convida-o a ligar a chave, num dispositivo junto ao palco. Tudo estaria iluminado. Estrugiria uma tempestade de palmas.

Mas, oh decepção! Ligada e religada a chave pelo prefeito, nada. Falhara. A escuridão dominava. E, então? O banquete processou-se á luz das velas e dos lampões a kerozene.

Capítulo XX

Sumário «Cachoeira F. C.» ou «Cachoeira Futebol Clube»

No início do século começou a se alastrar a febre do jogo bretão.

Em 1908, o jovem José Randolfo Lorena, cuidou do assunto e foi o pioneiro. Iniciou em locais, hoje, irreconhecíveis, os primeiros treinos, com a turma do «arranca tóco». Mas, no interior, sempre, se marca passo.

Agora vão falar os jornais da época, alguns sobreviventes daquele tempo, o documentário de José Machado e, mesmo, o testemunho pessoal do autor desta narrativa.

O cachoeirense José de Paula e Silva exercia um cargo na Central do Brasil e sempre estava em São Paulo participando da movimentação futebolística, quando no dia 21 de abril de 1912, resolveu abrir uma lista para fundação do «Cachoeira F. C.». O povo acolheu a ideia e cooperou. E, então, no «Campo do Gaspar», mais tarde «Largo da Cadeia» a seguir «Praça da Independência», posteriormente «Praça General Izidoro Dias Lopes» e finalmente, «Praça Prado Filho» o povo se reunia para bater palmas aos gladiadores.

Conseguido o elemento principal - o campo - tudo o mais viria.

A praça de esporte era também via pública e, aí, num encontro, o velho Braz Lescura quebrou uma perna, face a um ponta-pé do jogador Pequi Mendes.

Os fundadores do futebol, em Cachoeira, foram: José Randolfo Lorena, José de Paula e Silva, José Porto Filho, João Gomes Xavier.

A 1.ª diretoria teve como presidente José R. Lorena que promoveu a primeira exibição do «Cachoeira» contra o «Rezende F. C.».

Diz o Machado que «Cachoeira foi assistir, gratuitamente, um espetáculo do qual nada entendia» qualificando o jogo de muito bruto, só servindo para estrangeiro.

Para esse jogo foi escalado o seguinte quadro:

Aquila — Xavier, Bitencourt — Porto, Tonisinho, Pergentino — Paula e Silva, Ledrolino, Chico, Tofinho, Murílio. Resultado: um empate.

O «Cachoeira F. C.» teve os seus Mecenas. Entre eles mencionamos, além dos já citados, os nomes de: Lindolfo Marcondes, Deocleciano Azevedo, José da Silveira Mendes, Edgar Ferraz.

Na atualidade o «Cachoeira F. C.» está na arena, conservando o mesmo nome, e mesma animação. Sua História nessa longa jornada de quase sessenta anos e chela de lances interessantes. — Solenizando o 1.º empate com o «Resende F. C.» o maestro Armelindo Guimarães fez sua corporação musical «Primor da Bocaína», tocar nesse dia, «Gentil Morena», de sua autoria.

— O atual campo do «Cachoeira F. C.» é doação de Lindolfo Marcondes.

A atual diretoria do Cachoeira F. Clube é a seguinte:

Presidente, Abdo Milhem Chalita, Vice-Pres. Bento Pereira da Silva, Secretários: Ademar de Oliveira, Darcy Lobão, Tesoureiros: Mauro Gonçalves da Rocha e Rosendo Paulino do Carmo; Técnicos: Aloísio Hypólito da Silva e João Carlos da Silva Azevedo, Enfermeiro: Hacy Rodrigues do Prado; Zelador: Antonio Vicente da Silva.

Em junho de 1969, o Cachoeira F. C., com esta diretoria disposta a ampliar seu patrimônio, conseguiu o mais antigo sonho cachoeirense: «Sede Social», adquirindo a antiga sede do Clube Literário de Cachoeira Paulista, pela importância de Cr\$ 53.000,00.

1.920 — Outubro 24 — É fundado o Margem Esquerda Futebol Clube.

Patronos: Dr. Alinthor Werneck Silveira de Carvalho, Milton Calvacanti Pina e Arthur Cruz Galvão do Rio Apa.

Posição da sede do município.

Latitude: S. 22°, 39', 44",

Longitude: W. Gr. 45°, 00', 33"

X X X

No 2.º volume, serão publicados outros documentos históricos e, provavelmente, a escritura da doação feita por Manuel da Silva Caldas, dos terrenos, ao Bom Jesus da Cana Verde.

Índice

A —	sob capa	
B —	Efemérides do município e comarca.	
C —	Dedicatórias.	
D —	Algumas palavras.	
E —	Minha terra.	
F —	Bibliografia.	
Capítulo I		1
Dentro da prehistória. O Rio Paraíba. Os índios puris. Algumas considerações. Primórdios. Sesmarias. Manuel da Silva Caldas. Caminhos da região.		
Capítulo II		8
Cachoeira. Início da povoação. Augusto Saint-Hilaire - «Segunda viagem a São Paulo». Ciclo do café (1834-1887). Decadência e ressurgimento do Vale do Paraíba.		
Capítulo III		13
Fatos e efemérides anteriores a 1880.		
Capítulo IV		20
Relação de antigas famílias, fundadoras de Cachoeira. Moradores da Vila da Bocaina, em 1880.		
Capítulo V		26
A primitiva capela. Freguezia. Distrito. Primeiras divisas. Município ou Vila. Cidade. Intendentes. Prefeitos. Outras divisas. Vários nomes de Cachoeira. Notas diversas.		
Capítulo VI		38
Bairros. Ruas e praças		
Capítulo VII		44
A pendência Cachoeira — Cruzeiro.		
Capítulo VIII		49
Ata de posse do município de Jataí		
Capítulo IX		50
Vila da Bocaina. O primeiro documento publicado, descritivo de Cachoeira.		
Capítulo X		55
Térmo. Comarca. Entrâncias. Juizes. Promotores. Cartórios. Serventuários. Delegacia de Polícia.		

Capítulo XI	57
Cachoeirenses ilustres: Waldomiro Silveira. Francisco Cardoso Ribeiro. João Evangelista Rodrigues. Jarbas Rodrigues do Prado. Ovidio de Castro.	
Capítulo XII	64
Um pouco de humorismo	
Capítulo XIII	65
Estrada de Ferro «D. Pedro I I», Estrada de Ferro «São Paulo — Rio de Janeiro», Estrada de Ferro «Central do Brasil».	
Capítulo XIV	70
Vivência política.	
Capítulo XV	71
Guerras e revoluções.	
Capítulo XVI	71
Revoluções de 1924 e 1930.	
Capítulo XVII	73
Revolução de 1932.	
Capítulo XVIII	80
Instrução publica primitiva. Escola Normal e os primeiros diplomados. 1.º documento officioso. Grupos escolares. Estabelecimentos secundários e outros.	
Capítulo XIX	96
Luz e Força.	
Capítulo XX	99
Cachoeira Futebol Clube.	